

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**CONFIGURAÇÃO POLÍTICA EM MICHEL DE MONTAIGNE**

**Dalton Franco**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Ciência Política da  
Universidade Federal Fluminense como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora:

---

Dr. Renato Lessa (orientador) - UFF

---

Dr. Cláudio de Farias Augusto - UFF

---

Dra. Sabrina Medeiros - UFRJ

**Niterói**

**2008**

## **Sumário**

### **Introdução**

p. 1

### **Capítulo 1**

#### **Aparelho Cético**

p. 2

### **Capítulo 2**

#### **Aplicação Cética em Michel de Montaigne**

p. 36

### **Capítulo 3**

#### **Configuração Política em Michel de Montaigne**

p. 69

### **Conclusão**

p. 103

### **Anexo**

p. 105

## **Resumo**

O trabalho que segue disserta sobre a chamada teoria política combinando a apresentação de uma reflexão antiga e uma elaboração moderna. O objetivo em curso tenta articular o pensamento cético moderno com a política ocidental do século xvi. Os processos mentais da sképsis parecem caminhar para as teorias do conhecimento de modo geral, e diante disso tenta-se promover um esforço de adesão dessa vertente ao pensamento da política, aos seus meios e objetos que mobiliza. O móbil para esse percurso é a obra do ensaísta Michel de Montaigne.

Pressupõe-se, por um lado, que há uma conexão causal possível entre a reflexão ordenada por Sexto Empírico, a recepção e elaboração dada por Michel de Montaigne, que por sua vez configuram procedimentos de reflexão e imagens possíveis da política e seus derivados. Ao mesmo tempo, imaginamos que o trabalho do ensaísta sofre de endemia cética soprada ao longo dos seus três livros, os Ensaio, e que, portanto, constitui matéria igualmente remetida à reflexão e imagens dos negócios da cidade.

A partir disso discutimos os argumentos oferecidos por Enesidemo e Agripa, com o propósito de aclarar a entrada na reflexão não-simétrica de Michel de Montaigne e, também, conferir uma proposta de introdução que credencie uma leitura conduzida de um trabalho que parece não possuir vínculos analíticos sistemáticos ao primeiro golpe de vista. Esse tratamento permite consagrar a adesão do ensaísta ao que dispôs Pirro de Élis mais de dezoito séculos antes.

Do pirronismo retiramos o fio analítico para procedermos a um ajuste organizado das diversas produções dos Ensaio de Michel de Montaigne para o tratamento da política. Observamos assim o trabalho do pensador orientando parte dos seus esforços filosóficos para esse domínio específico sem ignorar as limitações que essa métrica impõe. O ensaísta pensa a reflexão e a política, e esta última de duas maneiras, elaborando um diagnóstico pessimista do ponto de vista ontológico, bem como prescrevendo um tipo de ordenamento via ensaios teóricos ou mesmo num domínio retórico.

*Primeiro ato:*

Os deuses, sentados ao lado de Zeus, estavam reunidos em conselho no salão dourado e, entre eles, a majestosa Hebe servia o néctar. Eles o saboreavam em taças de ouro, contemplando a cidade dos troianos. (Homero, *Ilíada*)

*Segundo ato:*

O universo tem tantos centros quantos os seres vivos que nele existem. Cada um de nós é o centro do mundo e do universo, e ele se desmorona quando alguém nos sussurra ao ouvido: *Está preso!* (Alexandre Soljenítsin, *Arquipélago Gulag*)

Wendel, Yan

## **Agradecimentos**

Depois de alguns anos trabalhando com Indicadores Sociais, efeitos da UFRuralRJ, imaginava quão abstrata era toda aquela marcha de medição de caráter fundamental a confecção e também para os resultados de decisões políticas. Concluí que poderia ser a política, e não solitariamente a economia, o ponto que conduzia o que havia de mais ou menos trabalhoso nesses esforços, fosse resultado de alguma interpretação sistemática mobilizada de uma teoria social ou mesmo de alguma decisão acidental. A UFF me permitiu um novo esmero profissional. Além da recepção amigável recebida do seu Departamento de Ciência Política, manifesta pelas generosas entrevistas que obtive do Prof. Eurico de Lima Figueiredo, agradeço o apoio que recebi do CNPq por seu intermédio. Simultaneamente sou grato pelo treino intelectual plural que recebi dessa escola, especialmente as aulas oferecidas pelo Prof. Renato de Andrade Lessa. Não sei exatamente como apontar no trabalho onde deveria citar o termo *notas de aula*, assim, colonizado por essa dúvida que pervaga, caminhei sem oferecer a transparência adequada ao trabalho desse mestre, outrossim, sigo solitário com os erros e eventuais equívocos de interpretação que a minha própria fantasia produziu a partir das matérias.

Ofereço um pavoroso eclipse a vários nomes, mas creio expressá-los por alguns intelectuais a quem submeti à minha decisão e modo de aderir à política com os assuntos de minha predileção: Inês Patrício, Georgheton Nogueira, Rogério Rocha e Délcio Lima. Igualmente, rendo gratidão às audições que a Pedagoga Ariléa Duarte me ofereceu, bem como a conecto ao Intelectual e Empreendedor Social Giovanni Harvey, ambos do militante infatigável Instituto Palmares de Direitos Humanos. Não poderia deixar de anotar a assiduidade e acuidade que me foi oferecida pela reluzente Daniele dos Santos Grimião, figura que conduziu comigo e Michel de Montaigne um verdadeiro triálogo.

Agradeço à minha família por acreditar em coisas que não existem e disso à sabiamente me comunicar estímulos à segui-las. Quatro anos de estudo de uma jovem senhora chamada Leni Maria Rodrigues Franco conseguiram apoiar incondicionalmente outros vinte e um até o momento dessa contagem. E dela estendo à minha eterna gratidão a Elton e Ilton.



## Introdução

A teoria contemporânea tenta insistentemente simular as imagens sociais segundo as coisas que existem, tal como se apresentam num momento e segundo um padrão de repetição. O esforço invariavelmente deve produzir soluções concretas aos problemas cotidianos. Essa pressão se abate sobremaneira a investigadores profissionais que emprestam imagens constituídas debaixo de gabaritos clássicos para provocações pretensamente contemporâneas. Trata-se de uma perspectiva que contrata a reflexão como produto instantâneo, alojado no espaço e sujeito a um padrão ferramental. Não precisamos de muito exercício para extrair alguns predicados desse plano de observação, há uma seriada produção intelectual, exalando datas e infestadas de ferramentas atualizáveis.

Se vasculharmos coerência, podemos acusar que problemas contemporâneos devem obedecer a artifícios atualizados, e disso proceder a resultados semelhantes. A resposta a tais interrogações é verificada sob recipientes incrustados de termos de atenuação da certeza ou ainda da consagração velada da verdade. Entretanto, seja qual for o veículo e o aspecto que essa imagem prefigure, ela reiteradamente se presta a falar de uma asserção privada e evidente para quem à confecciona. E como o resultado não prescinde de pelo menos uma resposta radicalmente contrária, somos lançados de volta ao ponto de partida e o monstro horrendo da dúvida se alastra sobre os diversos percursos da pesquisa, de modo que parecem eternizar a fabulação humana sob o contraste entre o que é e o seu termo rival.

A máquina que produz *coisas que existem* supostamente atualizáveis diante de problemas também tocados de ineditismo replica um e só grande produto, a pesquisa. Esse é o termo que liga as dúvidas ontem e hoje e que é capaz de arrefecer boas quantidades de inovações quando olhamos as *coisas que não existiam*. E o dragão maldito da dúvida empurra a pesquisa à revelia do resultado dos seus procedimentos pretensamente renovados de investigação e simulação da sociedade.





# Capítulo 1

## Aparelho Cético

### *Índice*

**Apresentação** p. 3

**Preâmbulo** p. 4

**Sképsis** p. 8

Pirro de Élis (Pirronismo) p. 09

Sexto Empírico p. 10

**Dez Modos** p. 11

Tropo 1: **Diferenças Entre os Animais** p. 14

Tropo 2: **Diferenças Entre os Seres Humanos** p. 14

Tropo 3: **Diferentes Constituições dos Órgãos dos Sentidos** p. 15

Tropo 4: **Circunstâncias que Afetam o Sujeito** p. 17

Tropo 5: **Posições, Intervalos e Lugares ou Circunstâncias do Objeto** p. 17

Tropo 6: **Combinações** p. 19

Tropo 7: **Quantidades** p. 20

Tropo 8: **Relatividade** p. 21

Tropo 9: **Freqüência** p. 22

Tropo 10: **Costumes e Persuasão** p. 22

**Os Oito Tropos da Causalidade** p. 24

Tropo 1: **Princípio da Não-Confirmação** p. 24

Tropo 2: **Princípio da Pluralidade Causal, ou Monocausalidade Arbitrária** p. 25

Tropo 3: **Princípio da Incompatibilidade Formal** p. 26

Tropo 4: **Princípio da Falácia Analógica** p. 27

Tropo 5: **Princípio da Idiossincrasia** p. 27

Tropo 6: **Princípio da Seletividade** p. 28

Tropo 7: **Princípio da Inconsistência** p. 28

Tropo 8: **Princípio da Incerteza Hiperbólica** p. 28

**Os Cinco Tropos de Agripa** p. 29

Tropo 1: **Disputa** p. 29

Tropo 2: **Regressão ao Infinito** p. 30

Tropo 3: **Relatividade** p. 30

Tropo 4: **Hipóteses** p. 30

Tropo 5: **Reciprocidade ou Circularidade** p. 31

**Epílogo** p. 32



## **Apresentação**

O presente capítulo versa sobre o ceticismo antigo. Nesta etapa ele é tratado como um aparelho específico de reflexão filosófica remetido a enunciados dogmáticos de modo geral. A demonstração do chamado Aparelho Cético obedece a seis momentos distintos após essa breve apresentação.

A exposição sumária dos obstáculos céticos é precedida de uma visão preambular que faz uso de um par de assertivas contrárias para erguer um impasse interpretativo sobre a natureza de algo. Introduzimos a essência de um fenômeno, objeto ou dado empírico sendo observados por mais de um intérprete ou teórico social, ao mesmo tempo consideramos outro tipo de indivíduo que não se ocupa desse tipo de formulação, o homem comum. Finalmente, apresentamos a resposta cética a esse tipo de disputa teórica.

Fazemos emprego de Pirro e Sexto Empírico para chegarmos aos argumentos céticos construídos para responder aos dilemas interpretativos erguidos pelos filósofos dogmáticos. Esse recurso não tem a menor presunção de estabelecer alguma narrativa exaustiva, pelo contrário, nos servimos da escassa biografia de ambos para introduzirmos o material cético sistematizado e conhecido.

A partir de Pirro e Sexto apresentamos com parcimônia o trabalho de Enesidemo, que constitui o terceiro e o quarto momento. Perfazem um total de 18 argumentos enumerados de um a dez e posteriormente de um a oito. Essa divisão separa a natureza dos dois trabalhos. Os Dez Modos iniciais estão referidos às tentativas de construção de conhecimentos fundados em base empírica. Os Oito Modos finais tentam obstruir tentativas de caráter etiológico. Finalmente, apresentamos Agripa, onde enfatizamos o caráter suspensivo ventilado pelo ceticismo face ao autismo dogmático.

O sexto ponto desse capítulo articula os cinco que o antecedem. O objetivo dessa etapa, em termos agregados, é refletir com mais clareza a etapa seguinte do trabalho, o Capítulo 2, que trata da Aplicação Cética em Michel de Montaigne.

## Aparelho Cético

### Preâmbulo

Com uma freqüência disciplinada os filósofos ou mesmo os cientistas põem e tiram imagens da sociedade, fazem isso com alguma robusta presunção de que ao colocarem, estão bafejando algo imantado num sistema ordenado pela razão e que, portanto, constitui um resultado desejoso de certeza. Quando as removem, com as mais diversas motivações, eles crêem ter um pedaço específico tal como se fora pinçado com instrumento equivalente de excisão.

Se considerarmos que a sociedade é um objeto de entendimento, que é expresso por sua vez sob incontáveis narrativas distintas entre si, o que temos como conclusão constitui um conjunto de afirmações cada qual relatando uma coleção de conteúdo<sup>1</sup>. Cada imagem posta na sociedade enceta uma descrição supostamente tocada por algum nível daquilo que lhe parece ser a verdade. Nelson Goodman lembra que do lado de fora desse aparelho cognitivo polifônico há algo que ele chama de *homem da rua*<sup>2</sup>. Esse personagem pode ser compreendido como uma parte da sociedade que de algum modo recebe o produto dessa experimentação cognitiva do intérprete do objeto sociedade<sup>3</sup>.

Por coerência, coloquemos mais uma condição à essa reflexão, imaginando que a sociedade pode ser lida como um mundo social, ou simplesmente mundo, deduziremos então que há uma grande diversidade de narrativas sobre o que seja o mundo ou, em termos derivados, os *mundos sociais possíveis*<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Uso provisoriamente o termo *objeto de entendimento* para designar, por exemplo, o objeto que provoca a reflexão, tal como explicado pacientemente para Glauco no diálogo. Platão. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2006. (p. 219)

<sup>2</sup> Goodman, Nelson. *Modos de fazer mundos*. Trad. de António Duarte. Porto: Edições Asa, 1995 (Originalmente publicado em 1978). (p. 58)

<sup>3</sup> Hume, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. Interessa-nos contrapor rapidamente a Seção III, Da Associação de Idéias, em que o poeta é colocado ao lado do nosso intérprete: *toda poesia, que é uma espécie de pintura, nos coloca mais perto do objeto do que qualquer outro tipo de narrativa, o ilumina com mais força e delinea com mais distinção as menores circunstâncias que, embora pareçam supérfluas ao historiador, servem vigorosamente para avivar as imagens e satisfazer à imaginação*. (Col. Os Pensadores) (p. 43)

<sup>4</sup> Lessa, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

Interessa-nos um ponto ou resultado específico dessas descrições, manifesta dos seguintes termos:

- a. *No quadro de referência A, o Sol move-se sempre*  
 b. *No quadro de referência B, o Sol nunca se move*<sup>5</sup>

Dos enunciados *a* e *b* podemos perceber que do mesmo objeto de entendimento, o Sol, referenciado distintamente conforme A e B, chegamos a conclusões díspares. Por ansiedade, exercitemos pesquisar alguma coisa como solução da divergência dos enunciados. Para esse esforço poderíamos imaginar algo sob o nome de critério, um enunciado *c*; contudo, o que assim chamássemos, constituiria outra seleção de conteúdo, nominado agora a partir de uma nova narrativa *idiótica* daquilo que constitui o mundo<sup>6</sup>.

O personagem de Goodman teria razão absoluta de não perceber nenhuma natureza especial que o abalasse diante do contexto *a* ou *b*. Ele poderia mesmo observar o enunciado *c* e não verificar nenhuma expressão de coerência com as imagens tal como elas se apresentam nos fenômenos cotidianos<sup>7</sup>. Para ele as assertivas podem lhe inocular inclusive um grau elevado de estranhamento no caso do terceiro enunciado, uma vez que há outro tipo de elemento que fornece o parâmetro de decisões no mundo ordinário, já que opomos a esse, um mundo, não raramente abstrato<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> Cf. Goodman, 1995 (p. 39)

<sup>6</sup> Emprego o termo *idiótico* para designar uma patologia de tipo autista, referida a autismo, onde se cria um mundo mental autônomo.

<sup>7</sup> Estamos tratando do fenômeno representado pelo intérprete dogmático em oposição às representações ordinárias e seus modos de pautarem a decisão do personagem de Goodman. *Ainsi l'opposition n'est pas seulement entre choses (pragmata) et discous (logoi), mais entre les représentations des choses, sans que nous ayons à nous soucier de la manière dont les phénomènes sont représentés.* Dumont, Jean-Paul. *Le Scepticisme et le Phénomène*. Paris: Librairie Philosophique, 1972 (p. 174) Deste, ver ainda o trabalho traduzido por Jaimir Comte: Dumont, Jean-Paul. *Ceticismo*. Originalmente: *Scepticisme*. Encyclopaédia Universallis France, 1986, p. 509-513. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br>, acessado em 08/2007.

<sup>8</sup> Goodman, *Ibid.*, [...] *a maioria das versões da ciência, da arte e da percepção afastam-se de várias maneiras do mundo útil familiar que ele atamancou a partir dos fragmentos da tradição científica e artística, e afastam-se também da sua própria luta pela sobrevivência. Este mundo, na verdade, é aquele que mais freqüentemente se considera como real; porque a realidade num mundo, como o realismo num quadro, é largamente uma questão de hábito.* (p. 58) Unger, Peter. *Ignorance: A Case for Scepticism*. Glasgow: Claredon Press, Oxford, 1975. O autor formula o problema *about the external world*. (p. 11)

Se precipitarmos sobre *c* uma atitude anterior a decisão do agente diante dos enunciados em questão, a suspeição sobre o estatuto de verdade na proposição *a* ou da proposição *b*, opondo uma mera pergunta dubitativa, teremos como ponto de chegada o nosso interesse imediato. O conjunto de processos mentais cético não possui nenhuma motivação especial para aceitar ou negar as proposições<sup>9</sup>. Essa dúvida quanto à razão presente numa ou noutra assertiva constitui material suficiente para a interrupção do julgamento.

Não há conteúdo especial na primeira (*a*), segunda (*b*), ou mesmo na terceira (*c*) proposição dos enunciados para um cético. Sobre o que fazer exatamente diante desse dilema do entendimento, entre decidir por uma ou por outra afirmação, o cético permanece com a pesquisa do objeto. Ele dará o seu assentimento para a existência dos corpos por um lado, sem, contudo, ser convencido da razão pela razão<sup>10</sup>.

Essa relação peculiar com as imagens que aparecem sob características dogmáticas constitui a postura comum do ceticismo grego antigo. Dentro da rotina cotidiana, em algum momento do relacionamento dos agentes sociais com a vida, tal como ela se apresenta, eles são capazes de demonstrar essa postura, um cético, por sua vez, se utiliza dessa perspectiva rotineira e sistematicamente diante dos objetos problematizados filosoficamente. Mais do que isso, eles ordenaram um conjunto de obstáculos contrários à uma observação e definição nesses termos do que quer que seja algo<sup>11</sup>.

Podemos nos deter um pouco mais nesse ponto. O que Annas e o próprio Hume estão afirmando é que os céticos estão, por exemplo, preocupados com os resultados das proposições filosóficas e que, portanto, não referem o seu aparelho dubitativo para as proposições ordinárias, os dilemas do homem comum entre as experiências diárias. Segundo a própria Annas a preocupação do cético é remover o conteúdo dogmático de nossa esfera de decisão

---

<sup>9</sup> Julia, Annas. *The modes of scepticisms*; Coordenação de Jonathan Barnes. Oxford: Cambridge University Press, 1985. *Sceptiques are doubters: they neither believe nor disbelieve, neither affirm nor deny*. (p. 1)

<sup>10</sup> Hume, David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução: Deborah Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Livro I, IV (p. 220)

<sup>11</sup> Annas, loc. cit.

ordinária, primando por uma vida prática, não referida a processos filosóficos de decisão.

*Scepticism, they claimed, by relieving us of our ordinary beliefs, would remove the worry from our lives and ensure our happiness*<sup>12</sup>. Por essa razão, o homem da rua de Goodman pode continuar a expressar as suas decisões sobre certo e errado e também sobre toda sorte de dilemas morais, a julgar pela natureza do escopo a que o cético emprega o seu sistema filosófico, ou ainda, à sua forma de filosofar. A prescrição cética é, podemos adiantar, uma vida sob tranqüilidade ou imperturbabilidade.

Uma vida livre de incômodos acerca da certeza e natureza intrínseca das coisas é o centro da preconização dos céuticos antigos. A atitude dogmática é, por excelência, aquela que se ocupa obsessivamente dessa postura analítica decisiva. Mas o que constitui um dogma e do que é feito o seu operador para o nosso interesse imediato? Responde, abaixo, Renato Lessa.

*d. dogma* é qualquer proposição que pretenda determinar o que as coisas são por natureza, nelas mesmas, com base em entidades não evidentes (átomos, hexâmeros, *apeíron* etc...);

*e. dogmático* é alguém possuído por uma dupla patologia: *oiésin* e *propetéian*, que, de acordo com o bom Rev. Bury, significam *self-conceit* e *rashness*; em outras palavras, o dogmático combina uma espécie de narcisismo cognitivo com uma radical – e perigosa – ausência de qualquer hesitação<sup>13</sup>.

Por sua vez, para Popkin o dogmatismo é desagregável e, por essa razão, o ceticismo dirigiu seus esforços para fronteiras posteriores às da filosofia, tratando na mesma bateia os cientistas e os teólogos<sup>14</sup>. Ou seja, filósofos, teólogos e cientistas experimentaram igualmente um modo antagonista distinto de observar a vida e a sociedade, viram uma visão de mundo equipada para a neutralização de diversos aparelhos cognitivos conforme veremos.

Portanto, a natureza das obstruções do ceticismo antigo estará remetida primordialmente para *d*. No seu lugar, diante de proposição com essa estatura,

<sup>12</sup> Annas, Julia and Barnes, Jonathan. *The Modes of Scepticism: Ancient Texts and Modern Interpretations*. New York: Cambridge University Press, 1985. (p. 9)

<sup>13</sup> Lessa, Renato. *Agonia, Aposta e Ceticismo: ensaios de filosofia política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 (p. 98)

<sup>14</sup> Popkin, Richard H. *Ceticismo*. Organizador: Eigenheer, Emílio M. Niterói: EDUF, 1986 (p. 1)

o fenômeno e as suas aparências carregam material suficiente para as práticas da vida sem perturbações<sup>15</sup>. O operador dogmático (*e*) tem pela frente então um tipo de filosofia que a todo instante lhe provocará sistematicamente todas, ou quase todas, as proposições resultantes de suas elucubrações abstratas e de resultados decisivos. Ao que aparece, a pesquisa continuada é um caminho para a felicidade de acordo com a letra de Smith na passagem abaixo.

Tendo suspenso o juízo acerca de todas as teorias filosóficas, inclusive das teorias éticas, o cético não vê como se possa dispor de uma teoria dogmática para orientar nossas vidas. Mais do que isso, entende que uma teoria filosófica não é a melhor garantia da felicidade e, em geral, perturba nossa vida e conduta. A melhor maneira de viver e buscar a felicidade, aos olhos do cético, é simplesmente mergulhar na vida cotidiana e gostosamente deixar-se levar por ela<sup>16</sup>.

Até o momento definimos explicitamente um dos lados da querela entre dois sistemas cognitivos, bastante evidenciados inicialmente em *d*, e em *e*, mas também presentes na passagem de transição expressa no excerto do trabalho de Smith. Estamos então considerando para fins analíticos que há uma discussão entre os céticos e os filósofos dogmáticos e que, hipoteticamente, estão em lados opostos. Entretanto, o lado cético dessa disputa ainda carece de uma demonstração mais detida do conjunto de processos mentais e dificuldades oferecidas para o seu antípoda. Antecipamos para quem ele olha, mostramos um pouco de como se comporta e qual objetivo procura, exibiremos então uma parcela mais expressiva do material que constitui o ceticismo e de que modo essa composição será empregada ao longo desse ensaio.

### **Sképsis<sup>17</sup>**

<sup>15</sup> Porchat Pereira, Oswaldo. *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 2 ed. *Isso que não podemos rejeitar, que se oferece irrecusavelmente a nossa sensibilidade e entendimento, é o que os céticos chamamos de fenômeno (τὸ φαινόμενον, o que aparece). O que nos aparece se nos impõe com necessidade, a ele não podemos senão assentir, é absolutamente inquestionável em seu aparecer. [...] O que nos aparece não é, enquanto tal, objeto de investigação, precisamente porque não pode ser objeto de dúvida.* (p. 176)

<sup>16</sup> Smith, Plínio Junqueira. *Ceticismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (p. 52)

<sup>17</sup> *Usado a propósito dos filósofos céticos na acepção de dúvida, hesitação, incerteza, o substantivo sképsis tem, contudo, o sentido originário de percepção pela vista, observação, consideração, visto ser derivado de sképtomai, verbo cujo sentido denotativo é voltar o olhar para, olhar atentamente, considerar, observar. Sképtomai é ainda usado com os sentidos figurados de examinar, meditar, refletir. [...] exame, reflexão, especulação, meditação.* Nota técnica extraída de: Popkin, Richard H. *Ceticismo*. Organizador: Eigenheer, Emílio M. Niterói: EDUF, 1986.



Conforme apresentei brevíssimas pistas na parte anterior desse ensaio, o ceticismo se apresenta composto de um conjunto de desafios articulados para a obstrução das proposições dogmáticas. Possui uma história pouco explicitada diante das grandes escolas do Peloponeso<sup>18</sup>. Se observarmos as grandes figuras da filosofia ocidental mais conhecida, dificilmente grassarão os nomes de seus principais mestres e representantes, salvo indiretamente. Perto da escola socrática, por exemplo, a posição do ceticismo é bastante diminuta.

Os registros céticos na história são obra de autores bem peculiares dos quais sabemos muito pouco, e algumas de suas obras são encontradas de modo incompleto ou por registros indiretos<sup>19</sup>. Ou seja, o ceticismo constitui uma das muitas visões de mundo que sofreu com a descontinuidade ou mesmo ausência de registros sistemáticos se estabelecemos qualquer tipo de comparação com algumas das mais famosas escolas gregas<sup>20</sup>. Por certo não nos ocuparemos de historiá-lo, contudo, passaremos pelos principais referenciais que nos interessam que estão presentes nessa vertente.

#### Pirro de Élis (Pirronismo)

Uma das primeiras referências do ceticismo antigo é erguida a partir de uma figura nebulosa, da qual se tem mais hipóteses do que propriamente informações seguras<sup>21</sup>. Há registros razoáveis de sua vida por meio de seu discípulo Timon em suas obras *Silli* ou *Sátiras*<sup>22</sup>. Há ainda indícios de que Pirro da cidade Élis tenha seguido viagem com Alexandre o Grande numa de suas campanhas e teria trazido, portanto, algum resultado intelectual de encontros com povos da Índia<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> Prado Jr, Bento; Porchat Pereira, Oswaldo; Ferraz Jr, Tércio Sampaio. *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981 (p. 11). Creio que a leitura de um trabalho de Stanford ajuda na compreensão geral do ceticismo, ao menos por dividir ceticismo e incredulidade: Stanford Encyclopedia of Philosophy. *Skepticism*. Publicado em 2001 e revisado em 2005, 27p. Disponível em: <plato.stanford.edu/entries/skepticism/>, acessado em 10/2006.

<sup>19</sup> Cf. Popkin, 1986

<sup>20</sup> Lessa, Renato de Andrade. *Vox Sextus. Pluralidade dos Mundos, Estratégias Cognitivas e Conhecimento Ordinário nas Reflexões Políticas dos Modernos*. Rio de Janeiro. 1992. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (p. 23)

<sup>21</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985. *Pyrrho of Elis is for us a shadowy figure*. (p. 10)

<sup>22</sup> Hankinson, J. R. *The Sceptics*. London and New York: Routledge, 1995 (p. 52)

<sup>23</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985. *The biographical tradition connects Pyrrho's thought with the Indian ascetics (or 'naked sophists' as the Greeks called them) whom Pyrrho allegedly met during his travels with Alexander*. (p. 12)

A vida de Pirro é quase uma incógnita, ao passo que seu trabalho não goza do mesmo obscurantismo. Ele imprimiu ao ceticismo um modo de vida levando a cabo uma prática sistemática da canônica cética. Desse modo, pertence a ele uma das principais identidades e também um guia para o ingresso no ceticismo antigo<sup>24</sup>. Do interior da obra de Sexto Empírico, é a partir desse personagem que a expressão *pirronismo* emerge; o que faz referência imediata ao conteúdo conhecido em forma sistêmica<sup>25</sup>.

### Sexto Empírico

A reflexão grega vivia um momento de muita harmonia com o empirismo e o médico Sexto Empírico também esteve envolto nesse modo de operar o entendimento<sup>26</sup>. A medicina estava bastante relacionada com a produção filosófica, por essa razão ainda, a produção sistemática do material cético hoje disponível é resultado do trabalho sextiano<sup>27</sup>. A partir dele o ceticismo ganhou as feições delineadas tal como hoje as conhecemos ordenadas a partir dos *Tropos*, ou argumentos, orientados para a suspensão do juízo<sup>28</sup>.

The goal of sceptical philosophy, according to Sextus, is *ataraxia*, the state of tranquility which is supposed to attend the purgation of all cares and concerns [...], although this is not peculiar to the Sceptics. *Ataraxia*, on their view (PH 1 25-30), supervenes upon suspension of judgement (*epoché*) as to the real nature of things; and *epoché* is induced by the fact that conflicting appearances are the subject of undecidable disputes [...]<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985. *Not all that he wrote has survived, but we still possess the Outlines of Pyrrhonism, a general introduction to Pyrrhonism in three books, and a further group of eleven books known collectively as Against the Mathematicians.* (p. 16)

<sup>25</sup> Lessa, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Há uma variante condicionada cética posta de lado momentaneamente – dado que trabalharemos mais detidamente com o *pirronismo* –, trata-se do Ceticismo Acadêmico. Ele é considerado a derivada dogmática do ceticismo (dogmáticos negativistas, céticos dogmáticos), pois acreditam poder *destruir toda e qualquer proposição dogmática*. p. 26-28. Um bom representante dessa corrente, conforme faremos menção nesse trabalho é Cícero.

<sup>26</sup> Annas and Barnes, op.cit., p. 16. Ver também o trabalho de Stough traduzido por Jaimir Conte. Stough, Charlotte. *Sexto Empírico*. Originalmente como: Dancy, Jonathan e Sosa, Ernest (org.) *A Companion to Epistemology*. Blackwell Companion to Philosophy, 1997, pp. 475-477. Disponível em: <www.portal.filosofia.pro.br>, acessado em 06/2007. Ver também Vickers, que alia ceticismo, empirismo e reflexão. Vickers, John M. *I believe it, but soon I'll not believe it any more: Scepticism, empiricism, and reflection*. Publicado em 2000, revisado em 2003. Acessível em: <www.springerlink.com>, acessado em 12/2006.

<sup>27</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985 (p.16)

<sup>28</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985 *In Sextus' writings we see greek scepticism fully formed.* (p. 17)

<sup>29</sup> Hankinson, J. R. *The Sceptics*. London and New York: Routledge, 1995 (p. 155)

Observando a obra de Sexto Empírico, Renato Lessa dispõe as três características principais do ceticismo, parcialmente explícitas na passagem anterior do trabalho de Hankinson: (a) o princípio da *isosthenéia*: equípolência entre argumentos dogmáticos contrários a respeito de coisas não-evidentes; (b) a atitude de *epoché*: suspensão do juízo diante de diferentes proposições igualmente plausíveis e verificáveis; (c) a obtenção da *ataraxia*: estado de quietude ou imperturbabilidade derivado da interrupção da atividade dogmática<sup>30</sup>.

### Dez Modos

Esse ponto nos pede uma reflexão de corte diretivo. Obviamente há diversos personagens igualmente importantes para a construção do que chamo aqui de aparelho cético, contudo considero não incorrerem em perdas demasiadas introduzindo com parcimônia algumas figuras capitais. Aqui, nos interessa mais a construção da imagem que lhe dá conteúdo e conformação teórica, e menos os aspectos biográficos pormenorizados das figuras centrais ou periféricas.

A partir desse ponto do trabalho serão expostos mais claramente os tropos que dão ou ajudam a dar concretude filosófica ao ceticismo. Para fins explicativos, iniciaremos os tropos contidos no material de Enesidemo, que são um total de 18 – aqui enumerados de um a dez, sucedidos na apresentação posteriormente anunciados de um a oito – e conseqüentemente os cinco argumentos contidos no trabalho de Agripa. Passemos agora aos primeiros Dez Modos de suspensão.

Enesidemo, no contexto do ceticismo de tipo pirrônico, produziu originalmente dez tropos sistemáticos orientados para a condução da conclusão da impossibilidade de conhecimento dogmático<sup>31</sup>. Os 10 Modos de Enesidemo observam um tipo específico de oponente, pois essas notações, que primam

<sup>30</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 229)

<sup>31</sup> Striker, Gisela. *Essays on Hellenistic Epistemology and Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. *The Ten Tropes of Skepticism are, as histories of philosophy tell us, a systematic collection of all or most important arguments against the possibility of knowledge used by the the ancient Pyrrhonist. The list of eight, nine, or ten tropes, or modes of argument, presumably goes back to Aenesidemus, the revival of the Pyrrhonist school in the first century B. C. (p.116)*

essencialmente por um resultado suspensivo, estão observando a tentativa de forja de conhecimento, estabelecido pelos operadores dogmáticos, a partir de uma base de talho empírico<sup>32</sup>.

Cada um dos argumentos se dirige a um tipo específico de apresentação de algumas das esferas possíveis do entendimento a partir do sujeito ou do objeto. Eles são dispostos detidamente de várias formas e, para Hankinson, assumem a seguinte notação ou ordenamento sintético:

- (1)  $x$  appears  $F$  relative to  $a$ ;
- (2)  $x$  appears  $F^*$  relative to  $b$ ;
- (3) at most one of the appearances of (1) and (2) can be true;
- (4) no decision procedure tells decisively either for (1) or (2);

So

- (5) we should suspend judgement as to what  $x$  is like in its real nature<sup>33</sup>.

Pela notação pirrônica, em (1) o objeto  $x$  aparece  $F$  em  $a$ ; em (2) o mesmo  $x$  aparece como  $F^*$  observando  $b$ ; Em (3) vemos que as duas narrativas [(1) e (2)] podem ser verdadeiras (*isosthenéia* ou *equípolência*); em (4) temos que nenhum procedimento pôde dizer algo que nos conduzisse para a assertiva (1) ou mesmo (2); finalmente, em (5), somos então guiados a suspender o juízo sobre a real natureza do objeto  $x$ <sup>34</sup>.

Em (3) e (4) somos dirigidos a uma situação irresoluta, o que por sua vez nos encaminha para uma conclusão, posta em (5), onde o melhor caminho a ser tomado é o da suspensão do juízo, ou a atitude de *epoché*. Como estamos diante de um percurso cognitivo dogmático para estabelecer à essência de algo evidente ( $x$ ) a partir de domínios não-evidentes ( $F$ ,  $F^*$ ), o cético tem motivação para concluir pela *ataraxia*, depois de percorrer a *isosthenéia* e a *epoché*<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Cf. Lessa, 1995. *Tem por alvo as pretensões de conhecimento empírico, dirigindo-se tanto a aspectos do objeto como a problemas localizados na órbita do sujeito de conhecimento.* (p. 29)

<sup>33</sup> Cf. Hankinson, 1995 (p. 156)

<sup>34</sup> Os operadores do dogmatismo cético podem ser sumariados na seguinte estrutura atribuída a Arcesilau: (1) Nothing can be known (including that very statement); (2) We should suspend judgement about everything; (3) To eulogon, 'the reasonable', is the criterion for conducting one's life; (4) Assent is not necessary for action. Bett, Richard. *Carneades' Pithanon: A Reappraisal of its Role and Status.* Oxford Studies in Ancient Philosophy, New York, Volume VII, n. 1, p. 59-94, Anual, 1989 (p. 67)

<sup>35</sup> Cf. Hankinson, 1995 (p. 155)

Podemos dizer que o material que preenche os Modos de Enesidemo, a partir da notação apresentada, demonstrará a baixa capacidade que os movimentos cognitivos dos operadores dogmáticos têm para apresentar a definição da natureza intrínseca daquilo que aparece<sup>36</sup>. Se postos lado a lado, seus resultados prefiguram invariavelmente um resultado diafônico tal como denotado pelo par  $(F, F^*)$ . O próprio Sexto Empírico é quem nos ajuda com a antecipação desse material de Enesidemo, abaixo ele faz um sumário rápido que pode nos ajudar com a descrição que percorreremos em seguida.

*First*, the mode depending on the variations among animals; *second*, that depending on the differences among humans; *third*, that depending on the differing constitutions of the sense organs; *fourth*, that depending on circumstances; *fifth*, that depending on positions and intervals places; *sixth*, that depending on admixtures; *seventh*, that depending on the quantities and preparations of existing things; *eighth*, that deriving from relativity; *ninth*, that depending on frequent or rare encounters; *tenth*, that depending on persuasions and customs and laws and belief in myths and dogmatic suppositions<sup>37</sup>.

O que podemos extrair da enumeração de Sexto é que há Modos mais articulados com o sujeito de entendimento, com os objetos de entendimento, e ainda uma combinação dos modos do sujeito e objeto<sup>38</sup>. No primeiro, segundo, terceiro e quarto Modos, o (a) *sujeito* está em destaque, constituindo um grupo; no sétimo e décimo tropos, o (b) *objeto* julgado está sob a mira cética; no quinto, sexto, oitavo e nono modos, (c) *sujeito e objeto* estão na bateia cética<sup>39</sup>.

#### Tropo 1: **Diferenças Entre os Animais:**

- (1)  $x$  parece ser  $F$  a animais do tipo  $K$ ;
- (2)  $x$  parece ser  $F^*$  a animais do tipo  $K^*$ ;

<sup>36</sup> Acredito que fazemos justiça se mencionarmos a notação de Annas and Barnes apresentada no trabalho de Renato Lessa de onde poderemos notar uma distinção na quantidade de termos: (1)  $x$  aparece como  $F$  em  $S$ ; (2)  $x$  aparece como  $F^*$  em  $S^*$ ; (3) não podemos preferir  $S$  a  $S^*$ , ou *vice-versa* (equípólencia); (4) não podemos afirmar ou negar que  $x$  seja realmente  $F$  ou  $F^*$  (suspensão do juízo). E, a partir desse ponto, todas as notações expressas em idioma português são extraídas do mesmo trabalho. Cf. Lessa, 1995 (p. 47)

<sup>37</sup> Empiricus, Sextus. *Outlines of Scepticism*. Trad. de Annas, J. and Barnes, Jonathan. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 (p. 13). Desse ponto em diante como *Hipotiposes Pirrônicas*, essa e as demais edições, representado por: HP I, 36-39.

<sup>38</sup> Dumont, Jean-Paul. *Les Sceptiques Grecs: textes choisis*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966 (p. 50)

<sup>39</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985 (p. 19)

- (3) eqüipolência entre  $K$  e  $K^*$ ;
- (4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Há mais de um sujeito de entendimento, é o que sustenta o ceticismo, por essa razão o Tropo 1 se ocupa de explicitar essa diversidade. Os objetos se apresentam distintamente para diversos intérpretes, constatamos uma grande variedade de diferenças físicas entre os animais, o que por sua vez pode ser compreendido como uma miríade de seres e percepções díspares<sup>40</sup>. Em (1) ele aparece como  $F$  aos animais de tipo  $K$ , por conseguinte, em (2) ele se apresenta para animais de tipo  $K^*$  como  $F^*$ . Novamente estamos diante do par ( $K$ ,  $K^*$ ), ou dito de outra forma, podemos encará-lo como uma pareada patologia idiótica que tenta explicar aquilo que aparece a partir do não-evidente. Sexto leva ao limite essa comparação entre animais, elege o cachorro e inicialmente as capacidades de seu olfato e demonstra que a afirmação de desigualdade da comparação não apresenta pertinência, apenas para a debilidade cognitiva do *self-satisfied*<sup>41</sup>.

#### Tropo 2: **Diferenças Entre os Seres Humanos:**

- (1)  $x$  parece ser  $F$  a seres humanos do tipo  $H$ ;
- (2)  $x$  parece ser  $F^*$  a seres humanos do tipo  $H^*$ ;
- (3) eqüipolência ente  $H$  e  $H^*$ ;
- (4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Se por outro lado fecharmos o escopo em apenas um desses tipos de intérpretes, somos arrastados para um dilema não menos cativo do resultado suspensivo de acordo com o Tropo 2. Pela notação, vemos que o objeto aparece como  $F$  a seres humanos do tipo  $H$ , por outro lado, o mesmo  $x$  aparece  $F^*$  para seres humanos de tipo  $H^*$ . Para Sexto cada corpo é assolado por um tipo específico de humor, afecção, e assim em função deles a aparência das coisas pode variar e:

<sup>40</sup> Cf. HP I, 36-55. [...] *That the animals' eyes contain mixtures of different humours, that they should also get different appearances from existing objects [...] Smell too will differ depending on the variation among animals.* Perfume, paladar e etc. são outros exemplos que ele explorará contra os *self-satisfied*. (p. 13-16)

<sup>41</sup> Cf. HP I, 60-65.

[...] there are many differences in our choice and avoidance of external things; for Indians enjoy different things from us, and enjoying different things shows that varying appearances come from existing objects<sup>42</sup>.

Para os propósitos globais desse ensaio, cabe notar a referência que Renato Lessa faz das tentativas de resolução das objeções entre si. Segundo anota, Sexto aventa quatro alternativas: i. que acreditemos em *todos os homens*, com efeitos sujeitos a toda sorte de crença em julgamentos díspares; ii. que acreditemos em *alguns*, o que nos sujeitaria a decidir em *quais*, recuperando a eqüipolência; iii. que acreditemos na *maioria*, com efeitos igualmente suspensivos, uma vez que ninguém está apto a consultar e distinguir sem idiosincrasia o conjunto da humanidade para entender o que apraz a sua maioria; iv. que acreditemos nos *sábios*, o que, onde mais facilmente poderíamos opor o fato de que, eles mesmos, entre si, não concordam sobre a natureza do que quer que seja<sup>43</sup>.

### Tropo 3: **Diferentes Constituições dos Órgãos dos Sentidos:**

- (1)  $x$  parece ser  $F$  ao sentido  $S$ ;
- (2)  $x$  parece ser  $F^*$  ao sentido  $S^*$ ;
- (3) eqüipolência entre  $S$  e  $S^*$ ;
- (4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Na passagem anterior, em (iv), se tivéssemos depositado um pouco de confiança num desses intérpretes, o Tropo 3, nos devolveria a situação suspensiva por outro meio ainda mais radical. *Nem mesmo a solidão cognitiva do sábio, imune a contaminação opiniática, poderá ser tomada como infensa à dúvida cética*<sup>44</sup>. Aqui uma menção rápida a um personagem é imperativa, antecipando um período posterior, entre os desafiantes do ceticismo, a fábula de Descartes caminha na experimentação do caminho oposto, ainda que seja modesta no começo da jornada rumo à certeza do sujeito<sup>45</sup>. Abaixo, Sexto comenta o absurdo do operador dogmático, eles são mera parte na disputa.

<sup>42</sup> Cf. HP I, 80.

<sup>43</sup> Cf. Lessa, 1992. (p. 246)

<sup>44</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>45</sup> Descartes, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. *Pode ser que me engane e talvez não passe de um pouco de cobre e de vidro o que tomo por ouro e diamantes. Sei o quanto estamos sujeitos a nos enganar naquilo que nos diz respeito, e também o quanto os pensamentos de nossos amigos nos devem ser suspeitos, quando são a nosso favor.* (p. 7)

When the self-satisfied Dogmatists say that they themselves should be preferred to other humans in judging things, we know that their claim is absurd. For they are themselves a part of the dispute, and if it is by preferring themselves that they judge what is apparent, then by entrusting the judging to themselves they are taking for granted the matter being investigated before beginning the judging<sup>46</sup>.

O terceiro tropo é derivado direto do segundo e concentra a querela mais radicalmente no equipamento que interage com o sujeito. O par (F, S) e o par (F\*, S\*) põe os sentidos em desacordo inarredável sobre a essência do objeto, ao sentido S ele se apresenta com uma propriedade, ao mesmo tempo, se mostra com outra conformação ao sentido S\*. Abaixo segue outro pequeno excerto do próprio Sexto sobre o experimento do mel.

[...] and honey appears pleasant to the tongue (for some people) but unpleasant to the eyes; it is impossible, therefore, to say whether it is purely pleasant or unpleasant.

Após um conjunto de objetos experimentados, Sexto conclui e sugere a transição para o modo de circunstâncias:

Hence we will not be able to say what each of these things is like in its nature, though it is possible to say what they appear to be like on any given occasion<sup>47</sup>.

Tropo 4: **Circunstâncias que Afetam o Sujeito:**

- (1) x parece ser *F* a *y*, estando *y* em situação *S*;
- (2) x parece ser *F\** a *y*, estando *y* em situação *S\**;
- (3) eqüipolência entre *S* e *S\**;
- (4) suspensão do juízo a respeito de *F* ou *F\**.

De acordo com a notação, o objeto aparece ora como *F*, ora como *F\**, e que para isso o sujeito estará envolto na situação de tipo *S*, e que o sujeito em seguida estará inserido na situação de tipo *S\**. Novamente estamos diante de um par de proposições (*F*, *F\**) erguidas com o mesmo estatuto de convicção e caminho mental cognitivo, ou seja, a explicação daquilo que aparece, com base em coisas não observadas.

---

<sup>46</sup> Cf. HP I, 90.

<sup>47</sup> Cf. HP I, 92-93.



Por S e S\* temos que há um conjunto de circunstâncias que se colocados em perspectiva, podem interferir decisivamente sobre os processos de julgamento e demais constrangimentos orgânicos com rebatimento sobre o sujeito. O quadro pode ser aplanado por uma pergunta de tipo: que circunstâncias oferecem a melhor posição para a operação inequívoca do sujeito? Conforme o fragmento, Dumont faz a provocação mais detalhada do sujeito.

Selon que les dispositions des sujets sont conformes ou non à la normale les objets leur procurent des impressions différents. Les sujets en proie à la frénésie ou à l'extase croient entendre des voix surnaturelles, et nous nullement; de même ils disent souvent sentir des exhalaisons de résine, d'encens ou autre, et mainte autre chose encore, alors que nous ne sentons rien<sup>48</sup>.

O estado normal ou o patológico, a juventude ou a velhice, o movimento ou o repouso? Os objetos se abatem sobre nós de maneiras diversas. Essas são algumas das circunstâncias que expressam conteúdo suficiente para a suspensão do juízo quando a condição das coisas é alvo da consideração cética<sup>49</sup>.

#### Tropo 5: **Posições, Intervalos e Lugares ou Circunstâncias do Objeto:**

- (1)  $x$  parece ser  $F$  na condição  $C$ ;
- (2)  $x$  parece ser  $F^*$  na condição  $C^*$ ;
- (3) eqüipolência entre  $C$  e  $C^*$ ;
- (4) *epoché* a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Ou ainda,

- (1.5a)  $x$  appears  $F$  at interval  $I$
- (2.5a)  $x$  appears  $F^*$  at interval  $I^*$
- (1.5b)  $x$  appears  $F$  in background  $B$
- (2.5b)  $x$  appears  $F^*$  in background  $B^*$
- (1.5c)  $x$  appears  $F$  in posture  $P$
- (2.5c)  $x$  appears  $F^*$  in posture  $P^*$ <sup>50</sup>

Como podemos perceber dos dois mapas, o objeto oferece um conjunto de circunstâncias analíticas ao sujeito, capazes de lhe oferecer um painel obscuro para a decisão e a condução ao resultado certo de tipo dogmático. O intervalo

<sup>48</sup> Cf. Dumont, 1966 (p. 68)

<sup>49</sup> Cf. Dumont, 1966 (p.69). Ver também Annas and Barnes, 1985 (p. 78)

<sup>50</sup> Cf. Annas and Barnes, 1985 (p.102)

de aparições do objeto, o lugar e a posição são motivos suficientes para produzir um conjunto narrativo polifônico do que quer que seja o objeto ao olho do sujeito de conhecimento. As posições e intervalos são bem marcados no fragmento abaixo.

Since, then, all apparent things are observed in some *place* and from some *interval* and in some *position*, and each of these produces a great deal of variation in appearances, as we have suggested, we shall be forced to arrive at suspension of judgment by these modes too<sup>51</sup>.

Como podemos depreender da análise das duas representações do quinto tropo, há um conjunto de circunstâncias que desmobilizam a certeza, senão vejamos. O objeto ( $x$ ) aparece como  $F$  na condição  $C$ , que por sua vez pode ser representada pelo conjunto  $(I, B, P)$ ; ao mesmo tempo, considerando um diálogo entre apenas dois *self-satisfied*, ele aparece como  $F^*$  na condição  $C$ , ou seja, sob o conjunto linear simplificado de tipo  $(I^*, B^*, P^*)$ . Como introdução ao conteúdo provocativo do Tropo número 5, exercitemos imaginar apenas intervalos contínuos ( $I$ ) na condição  $C$  e intervalos descontínuos ( $I^*$ ) na condição  $C^*$ . Desse modo, a conclusão do excerto anterior nos ajuda com a resposta desse breve parêntese.

Tropo 6: **Combinações:**

- (1)  $x$  aparece como  $F$  em  $S$ ;
- (2)  $x$  aparece como  $F^*$  em  $S^*$ ;
- (3) eqüipolência entre  $S$  e  $S^*$ ;

A combinação  $M = x + y + \dots$  Parece ser  $F$

A combinação  $M = x + y + \dots$  Parece ser  $F_1$

---

A combinação  $M = x + y + \dots$  Parece ser  $F_n$

Alarguemos o parêntese. Estamos diante de um movimento de desagregação da notação geral do ceticismo conforme expusemos pelo desenho ampliado de Hankinson. Assim, a passagem do Tropo 5 para o Tropo 6 também expressa uma espécie de continuidade do macro objetivo contido na referência inicial do trabalho, narrada pelo caminho cognitivo *eqüipolência*, *suspensão do juízo* e *ataraxia*. No Tropo 4, vimos que o sujeito não consegue depreender por si, o

<sup>51</sup> Ibid., p. 99 Grifo nosso

que seja o objeto sem considerar certas circunstâncias, por sua vez, no Tropo 5, quando ele concentra os esforços no contexto, percebe que ele se apresenta de diversas formas. Essa constatação nos conduz para observarmos então as manifestações do sujeito com as apresentações do contexto.

O objeto se apresentará, segundo o Tropo 6, necessariamente interado com outros objetos de um cenário, que por sua vez poderá ser observado sobre uma variedade diversa de interações<sup>52</sup>. Para sermos fiéis ao vocabulário do Tropo, o objeto será combinado de tantas formas possíveis, de maneira que o julgamento operará sob condição quase infinita de organizações de cenários de entendimento. Vejamos então como pode ser concluída a questão.

[...] toda ação perceptual traz consigo a ação de um *juízo* automático. Sua finalidade seria, diante do amorfismo das combinações, estabelecer recortes e ênfases, tornando possível, dessa maneira, a emissão de proposições a respeito do mundo.

[...] Perceber um objeto é percebê-lo *como* algo<sup>53</sup>.

Se tomarmos mais da combinação das circunstâncias que afetam o sujeito (Tropo 4) e das que afetam o objeto (Tropo 5) para então observarmos as diversas combinações do objeto com o ambiente (Tropo 6), teremos como ponto de chegada o segundo termo apresentado no ponto em questão. Um sujeito sobre efeito de icterícia terá o seu equipamento perceptual sujeito a um tipo de observação ocular de um mundo de tendências amarelas. Os *mecanismos perceptuais alteram de modo necessário as condições externas dos objetos*<sup>54</sup>.

Dessa forma, não falamos numa circunstância que enceta equípolência, mas sim numa estrutura que expressa uma linguagem binária, a combinação M, expressando uma aparência de tipo F<sup>55</sup>. Podemos demonstrar o argumento, acredito que mais adequadamente como  $M \leftrightarrow F$ , ou em termos mais unidirecionais  $M \rightarrow F$ . As diversas combinações (M), implicando uma aparência

<sup>52</sup> *Un objet ne nous apparaî jamais seul, mais toujours uni à quelque autre chose: à l'air, à la chaleur, à la lumière, au froid, au mouvement. Dans ce mélange, comment connaître l'objet lui-même?* Brochard, V. *Les Sceptiques Grecs*. Paris: Librairie Philosophique, 1986 (p. 257)

<sup>53</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 62)

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 63

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 64

distinta (F). *Com esse Modo, a relatividade aparece como mecanismo inerradicável da percepção [...]*<sup>56</sup>.

#### Tropo 7: **Quantidades:**

- (1) x parece ser *F* em quantidade *Q*;
- (2) x parece ser *F\** em quantidade *Q\**;
- (3) eqüipolência entre *Q* e *Q\**;
- (4) *epoché* a respeito de *F* e *F\**.

Os objetos se abatem sobre o sujeito perturbados por diversos predicados, é o que denota o Tropo 7. Eles podem vir em proporção e forma distinta, e se considerarmos que são percíveis, teremos então motivações adicionais para concluirmos pela relatividade. Eles assumirão *sempre* um grande número de aparências, o que para Sexto parece claro.

That none of the external objects affects our senses by itself but always in conjunction with something else, and that, in consequence, it assumes a different appearance, is, I imagine, quite obvious<sup>57</sup>.

A notação resume o Modo que se detém nos objetos e também caminha para a suspensão. Nela podemos ver o retorno do pareamento (*Q*, *Q\**) e a suspensão do par (*F*, *F\**). O Modo é curto no trabalho de Sexto e também carregado de exemplos. Entre eles um nos interessa em especial, pois dá uma boa dimensão do argumento em questão. Abaixo, a apreensão do som pela audição humana na letra sextiana.

And since the same sound seems of one quality in open places, of another in narrow and windings places, and different in clear air and in murky air, it is probable that we do not apprehend the sound in its real purity; for the ears have crooked and narrow passages, which are also befogged by various vaporous effluvia which are said to be emitted by the regions of the head<sup>58</sup>.

#### Tropo 8: **Relatividade:**

- (1) x aparece como *F* no contexto relacional *R*;

<sup>56</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>57</sup> Empiricus, Sextus. *Outlines of Pyrrhonism*. Translated by R. G. Bury. Great Books in Philosophy. Nova York: Prometheus Books, 1990 (p.53). Desse ponto, cito como: HP I, 125.

<sup>58</sup> Ibid., loc. cit.

- (2)  $x$  aparece como  $F^*$  no contexto relacional  $R^*$ ;
- (3) eqüipolência entre  $R$  e  $R^*$ ;
- (4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Reposto o caminho suspensivo, esse Modo deseja mostrar que as coisas aparecem para nós em contextos relacionais. As coisas aparecerão para o intérprete de maneiras distintas, sendo um homem, acusará uma característica, se animal, outra. Assim, as coisas serão iguais ou diferentes relativas a algo. De acordo com Sexto:

We have thus established that all things are relative, we are plainly left with the conclusion that we shall not be able to state what is the nature of each of the objects in its own real purity, but only what nature it appears to possess in its relative character. Hence, it follows that we must suspend judgment concerning the real nature of the objects<sup>59</sup>.

Esse Modo assume uma feição síntese dos demais<sup>60</sup>. Sua característica se expressa definidamente dizendo que todas as afecções dogmáticas são relativas, tal como vem sendo tratado desde o Modo do Sujeito. Ele se apresenta como a matriz resumo do conteúdo dos demais<sup>61</sup>.

#### Tropo 9: **Freqüência:**

- (1)  $x$  aparece como  $F$  na freqüência  $f$ ;
- (2)  $x$  aparece como  $F^*$  na freqüência  $f^*$ ;
- (3) eqüipolência entre  $f$  e  $f^*$ ;
- (4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

A constância e a raridade com que nos deparamos com os objetos são decisivos para oferecermos considerações ao seu respeito. Se os vemos com freqüência, temos uma relação de um tipo, se não, a raridade nos coloca numa posição peculiar diante do mesmo. Vejamos um exemplo *concreto*, narrado por Sexto do Modo em questão.

How much amazement, also, does the sea excite in the man who sees it for the first time! And indeed the beauty of a human body thrills us more at the first sudden view than when it becomes a customary spectacle<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> Cf. HP I, 137-140.

<sup>60</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 66)

<sup>61</sup> Cf. HP I, 137-140.

<sup>62</sup> Cf. HP I, 141-144.

O caminho do *self-satisfied* atribuirá uma propriedade conforme a raridade do objeto, como a preciosidade atribuída ao cometa, o mesmo movimento explicaria a relação ordinária que se têm com a água. Assim temos que o Modo se refere aos pares: raro, trivial; inédito, não-inédito; estranho, familiar<sup>63</sup>. Não podemos afirmar nada sobre o par (F, F\*).

#### Tropo 10: **Costumes e Persuasão:**

- (1) x aparece como F à persuasão P;
- (2) x aparece como F\* à persuasão P\*;
- (3) eqüipolência entre P e P\*;
- (4) suspensão do juízo a respeito de F ou F\*.

É possível extrair desse Modo ainda alguns elementos mais marcados no trabalho sextiano com corte comportamental: *ethics, being based on rules of conduct, habits, laws, legendary beliefs, and dogmatic conceptions*<sup>64</sup>. Um a um, um contra outro, o Modo trabalha a suspensão de juízo. Vejamos como Sexto Empírico manifesta a oposição de leis na passagem.

And law we oppose to law in this way: among the Romans the man who renounces his father's debts, but among the Rhodians he always pays them; and among the Scythian Tauri (habitants of the Crimea) it was a law that strangers should be sacrificed to Artemis, but with us it is forbidden to slay a human being at the altar<sup>65</sup>.

Regras de conduta, Hábitos e Costumes, Leis, Crenças derivadas de lendas e finalmente, Concepções Dogmáticas. Tratando, por ordem de entrada, como R, H, L, C, D, o Modo da relatividade assume uma feição aterradora que oporá (R, R\*), (R, L), (R, L\*)... Procederíamos assim até a última combinação possível. Desse contexto, a notação pode ser expressa num apontamento síntese, manifesto sob a forma de *persuasão*<sup>66</sup>. Por essa rubrica compreendemos as várias manifestações resultantes dos antagonismos em disputa pela certeza dos objetos. Seria no mínimo enfadonho fazermos um exercício caso a caso nesse momento, contudo, segue abaixo uma rápida aplicação.

<sup>63</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 69)

<sup>64</sup> Cf. HP I, 144-148.

<sup>65</sup> Cf. HP I, 148-152.

<sup>66</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 70)

- (a1)  $x$  aparece como  $F$  a  $R1, H1, L1, C1, D1$ ;
- (a2)  $x$  aparece como  $F^*$  a  $R2, H2, L2, C2, D2$ ;
- (a3) equípólencia entre  $(R1, H1, L1, C1, D1)$  e  $(R2, H2, L2, C2, D2)$ ;
- (a4) suspensão do juízo a respeito de  $F$  ou  $F^*$ .

Nenhum dos domínios internos possui qualidade melhor ou pior, boa ou má. Contra princípios dogmáticos, Sexto opõem aquilo que aparece contra o seu equivalente: *we oppose law to belief in myth* [...] e também na conformação de leis com o mesmo movimento intelectual: *we oppose law to dogmatic supposition*<sup>67</sup>. Como podemos perceber, um dogma grassa ao mesmo nível de mitos, lendas e hábitos. Não há conteúdo que qualifique um dogma ao mesmo tempo em que desqualifique aquilo que é patente.

### **Os Oito Tropos da Causalidade**<sup>68</sup>

Dos Dez Modos de Enesidemo, seguem-se outros Oito narrados por Sexto empírico<sup>69</sup>. Diferente dos caminhos suspensivos armazenados nos dez primeiros, eles perseguem outra patologia do autismo dogmático, presente nas descrições etiológicas. Isto é, nessa exposição do material pirrônico, a explicação da aparência sob o domínio do não-evidente sofrerá oposição dos Modos de Causalidade.

No instante em que o personagem de Goodman e o intérprete do objeto o mobilizam, o dogmático lhe emprestará uma causa. A origem do efeito terá uma explicação não evidenciada para demonstrá-la. No entanto, a cadeia causal sofre uma quase infinita quantidade de interferências e hipóteses, de sorte que o seu conteúdo explicativo pode não passar de uma máxima interna do intérprete. Vejamos como Smith apresenta esse ponto.

É fundamental notar que *há uma enorme diferença entre a causa desse processo (um objeto) e o efeito produzido em nós (uma percepção)*. E isso não nos deve espantar, já que esse processo, ainda que complexo e eficaz, é muito precário e sujeito a excessivas variações e deformações para que possa nos dar, no final, uma informação verdadeira sobre sua causa inicial<sup>70</sup>.

### **Tropo 1: Princípio da Não-Confirmação:**

<sup>67</sup> Cf. HP I, 148-152.

<sup>68</sup> As notações que seguem são extraídas da interpretação conferida por Renato Lessa ao legado cético.

<sup>69</sup> Cf. HP I, 148-152.

<sup>70</sup> Cf. Smith, 2004 (p. 13)

De acordo com Sexto Empírico, não há clareza explicativa contida na narrativa de tipo se *causa*, logo, *efeito* (causa→efeito). Aquilo que aparece não pode ser explicado pelo seu contrário, o domínio de tipo não-evidente. Abaixo, um fragmento do próprio Sexto:

[...] Is the mode in accordance with which causal explanation, which are all concerned with what is unclear, have no agreed confirmation from what is apparent<sup>71</sup>.

A enfermidade dogmática pressupõe o conhecimento da natureza do mundo para explicar aquilo que aparece, contudo, para Sexto, aquilo que aparece deve ser explicado pelo seu equivalente<sup>72</sup>. De modo contrário o dogmático cai numa regressão ao infinito. Hume aponta que se nós perguntássemos a um homem porque acredita num fato, obteríamos como resposta uma razão, que por sua vez seria baseada noutro fato<sup>73</sup>. *O espírito nunca pode encontrar pela investigação e pelo mais minucioso exame o efeito na suposta causa*<sup>74</sup>. A regressão pode então ser posta do seguinte modo: (A) aquilo que aparece ← (B) explicado por uma máxima privada ← (B-1) baseada num experimento ou nova máxima privada ← (A-1) aquilo que aparece.

## Tropo 2: **Princípio da Pluralidade Causal, ou Monocausalidade Arbitrária**

Liberado da preocupação com a trilha até a suspensão, esse Tropo se apresenta ante a certeza dogmática de pautar uma explicação numa única causa. Por outro lado, Sexto, lembra da multiplicidade delas, expostas ao sujeito, presentes nesse tipo de investigação.

[...] Some people often give an explanation in only one mode, although there is a rich abundance enabling them to explain the subject of investigation in a variety of modes<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> Cf. HP I, 180-186 (1994).

<sup>72</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 272)

<sup>73</sup> Cf. Hume, 1999. *Um homem, ao encontrar um relógio ou qualquer outra máquina numa ilha deserta, concluiria que outrora havia homens na ilha. [...] E constantemente supõe-se que há uma conexão entre o fato presente e aquele que é inferido dele. Se não houvesse nada que os ligasse, a inferência seria inteiramente precária.* (p. 49)

<sup>74</sup> Cf. Hume, 1999 (p. 51)

<sup>75</sup> Cf. HP I, 181.



Segundo Renato Lessa, quando alcançam alguma generosidade, os dogmáticos conseguem hierarquizar um conjunto de causas submetidas a uma causa central do objeto. Por outro lado, ela é *uma das patologias suscitadas pela indecidibilidade provocada pela pluralidade de causas*<sup>76</sup>. Smith as põe numa posição distinta, de modo que o cético tem na verdade uma hipótese de pluralidade, fazendo então a vez do refutável, já que sua base (hipotética) se fixaria na posição de onde o sujeito é afetado por uma diversidade de causas sem ter como decidir pela real<sup>77</sup>. Sob essa perspectiva, o dogmático estaria sujeito a seguinte síntese.

- (a) eu não sei que não-H (H é uma hipótese cética);
- (b) se eu não sei que não-H, então eu não sei que C;
- (c) logo, eu não sei que C.

Visto dessa perspectiva, o cético ataca com uma multiplicidade de hipóteses causais, por outro lado, a caminhada cognitiva de corte etiológico está aferrada ao conhecimento C. A tríade pode ser relida da seguinte maneira: i. não sei se o cético está errado; ii. como não posso afirmar isso, logo não posso afirmar conhecer; iii. se não posso afirmar isso, não tenho conhecimento.

### Tropo 3: Princípio da Incompatibilidade Formal

[...] they assign causes that display no order to things that take place in an ordered way<sup>78</sup>.

Esse princípio se reporta ao invólucro da etiologia. Segundo Sexto os dogmáticos estão opondo uma causa sem ordem a um mundo ordenado. Os fenômenos estão sob um tipo de organização natural, ao passo que o caminho etiológico vem de uma matriz de tipo atomista. Uma origem difusa não pode ser rebatida sobre eventos estáveis<sup>79</sup>.

(d) Desordem → (o) Ordem

<sup>76</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 276)

<sup>77</sup> Cf. Smith, 2004 (p. 18); Ver também Hume e a aplicação com as hipóteses sobre a bola de bilhar, op. cit., 1999, p. 51.

<sup>78</sup> Cf. HP I, 182

<sup>79</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 277)

(o) Ordem fenomênica → (o) Ordem fenomênica

Segundo o esquema, a incompatibilidade formal está no fato de uma origem difusa e obscura explicar um curso naturalmente ordenado prescindindo de uma causa fundamental. Para um pirrônico, ordenamento fenômeno explica ordenamento fenômeno, *i.e.*, (o) contra (o). Aqui é importante a lembrança de um personagem do ceticismo pirrônico do Século XVI, Michel de Montaigne, que vai introduzir a questão de maneira distinta, onde serão possíveis pareamentos combinados do nosso esquema simplificado<sup>80</sup>.

#### Tropo 4: Princípio da Falácia Analógica

Esse Tropo se volta contra o princípio de analogia entre coisas díspares. Uma vez que o domínio do não-evidente não pode ser corretamente definido, não se pode estabelecer vínculo automático com o aparente. A evidência não estabelece a existência ou o domínio seguro do não-evidente<sup>81</sup>. Desse ponto, o dogmático emite uma definição do que seja algo, contudo, constitui uma assertiva privada do que seja, explicando por sua vez aquilo que aparece. Desse modo, *os dogmáticos produzem uma decisão a respeito do caráter objetivo e pré-representacional do mundo*<sup>82</sup>. Nas palavras de Sexto Empírico a explicação toma a seguinte forma:

[...] when they have grasped how apparent things take place, they consider that they have apprehended how non-apparent things take place. But perhaps unclear things are brought about similarly to apparent things, perhaps not similarly but in a special way of their own<sup>83</sup>.

#### Tropo 5: Princípio da Idiossincrasia

[...] just about all of them give explanations according to their own hypotheses but reject what opposes them, even when this has equal plausibility<sup>84</sup>.

<sup>80</sup> Montaigne, M. *Ensaíes*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Trad. de Sérgio Milliet (L I, Cap.I, p. 33) *Por diversos meios chega-se ao mesmo fim*; e (LI, Cap. XXIV, p. 129) *Uma mesma linha de conduta pode levar a resultados diversos*. (Coleção Os Pensadores)

<sup>81</sup> Cf. Smith, 2004 (p. 19)

<sup>82</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 278)

<sup>83</sup> Cf. HP I, 183

<sup>84</sup> Cf. HP I, 184

De certa forma esse Tropo foi antecipado de maneira pulverizada no trabalho até aqui, contudo, conforme o fragmento, ele lembra que as afirmações dos dogmáticos, pautadas em hipóteses, são privadas, ainda que rejeitem as máximas opostas. Mais do que isso, o dogmático despreza veementemente o primado da inscrição e das circunstâncias conforme vimos no Tropo equivalente. *Ao contrário, a estratégia dogmática, tipicamente idiótica, define de forma automática seus próprios constrangimentos. E ainda, os constrangimentos da cognição dogmática definem um cenário de radical solidão*<sup>85</sup>.

### Tropo 6: **Princípio da Seletividade**

[...] they often adopt what is concordant with their own hypotheses but reject what oppose them, even when this has equal plausibility<sup>86</sup>.

A explicação do Tropo 6 é ainda mais econômica que a do anterior. Pelo princípio da seletividade, o dogmático faz uso seletivo ao desconsiderar, pelo menos, dimensões importantes para a compreensão a que se submetem. Dentro de seu autismo há um imperativo de coleta daquilo que lhe empresta concordância. Por outro lado, ele despreza aquilo que lhe parece estranho, outrossim, gozam desse estatuto as afirmações contrárias, conforme a breve definição de Sexto. Há depreensão menos angélica: *A objeção, aqui, dirige-se menos à epistemologia do que ao domínio de uma ética do conhecimento*<sup>87</sup>.

### Tropo 7: **Princípio da Inconsistência**

[...] they often assign causes which conflict not only with what is apparent but also with their own hypotheses<sup>88</sup>.

O argumento fala então da inconsistência primária de algumas hipóteses dos dogmáticos, aqueles imperitos que aventam contra as próprias bases. Esse intérprete parece desprezar, ignorar ou pelo menos não concordar com o

<sup>85</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 281)

<sup>86</sup> Cf. HP I, 183.

<sup>87</sup> Cf. Lessa, 1992 (p. 282); Hume, por sua vez, acha que essa redução e sistemática simplificação é o máximo que podemos alcançar dentro da problematização cética. Op. cit., 1999 (p. 52).

<sup>88</sup> Cf. HP I, 184.

comportamento do seu par do Tropo 6. Ele parece ser menos competente, ou pelo menos ético, portanto, já que uma definição é o que procura. Com boa vontade, podemos dizer, ele sofre de dilemas éticos e também lógicos.

### Tropo 8: **Princípio da Incerteza Hiperbólica**

[...] often when what seems to be apparent is just as puzzling as what is being investigated, they rest their teaching about what is puzzling upon what is puzzling<sup>89</sup>.

Diante do embaraço apresentado sobre a quantidade de incertezas atinentes ao objeto, o dogmático deflagra uma busca desesperada por explicação fora do domínio aparente. O caminho que percorre, uma vez colocada a dúvida no interior de sua pesquisa, é o de procurar sanar uma dúvida por outra com teor ainda menos explicativo. Pois, *diante da impossibilidade de validar, através dos fenômenos, proposições esotéricas, os dogmáticos acabam constrangidos a buscar confirmações em enunciados esotéricos subseqüentes*<sup>90</sup>.

### **Os Cinco Tropos de Agripa**

Os argumentos de Agripa perpassam toda a narrativa do ceticismo na obra de Sexto Empírico, por essa razão, os cinco tropos poderão ser percebidos como circunstâncias nas quais a suspensão do juízo é novamente colocada na ordem da postulação cética. Há mesmo quem os veja como uma síntese para expressar a impossibilidade do dogmático apresentar uma crença justificada, é o caso de Lammeranta<sup>91</sup>.

### Tropo 1: **Disputa**

O Modo da disputa centra a posição cética na *diaphonía*, o desacordo de proposições, dirigida tanto a dogmáticos quanto ao senso comum. Nessa circunstância então, as certezas dogmáticas podem ser entendidas como afecção que se abate sobre o homem comum em suas certezas sobre as essências daquilo que lhe aparece no dia a dia. Dessa maneira, o ceticismo

<sup>89</sup> Cf. HP I, 184.

<sup>90</sup> Cf. Lessa, 1992 (p.283)

<sup>91</sup> Lammeranta, Makus. *The Pyrrhonian Problematic*. In. *The Oxford Handbook of Skepticism*, ed. J. Greco. Disponível em: [www.external.stir.ac.uk](http://www.external.stir.ac.uk). Acessado em 14/05/2007.

pode ser percebido como o meio filosófico para observar o desacordo incorrigível presente entre os homens onde quer que grasse o dogmatismo<sup>92</sup>. O Tropo é angular em relação aos demais, diante do qual os dogmáticos traçarão estratégias escapistas<sup>93</sup>.

De acordo com Lemmeranta, o Tropo 1 de Agripa pode ser expresso tal como se segue:

- (1) S1 believes that  $p$ .
- (2) S2 believes that  $\sim p$ .
- (3) At most, one of them is right.
- (4) The disagreement between S1 and S2 is irresolvable.
- (5) We should suspend judgment about  $p$ .

### Tropo 2: **Regressão ao Infinito**

Ao tentar escapar da suspensão posta pelo Tropo da Disputa, o dogmático deflagraria uma corrida para superar a equípolência por outros meios. Assim, nessa circunstância ele apresentaria uma proposição  $a1$  apoiada numa evidência  $e1$  que, por sua vez, necessitaria de um conteúdo que a comprovasse de tipo  $c1$ . A prova da evidência  $c1$  estaria sujeita a mesma narrativa para fins de comprovação, o que por sua vez daria início a regressão. Assim, a evidência ( $e1$ ) oferecida como prova de uma asserção ( $a1$ ) necessita de prova ( $c1$ )<sup>94</sup>.

### Tropo 3: **Relatividade**

Segundo Renato Lessa esse argumento não parece ter origem no material de Agripa, uma vez que Sexto faz remissão ao Modo anterior, das Hipotiposes.

---

<sup>92</sup> Para Hankinson o Tropo 1 de Agripa pode também ser expresso segundo a seguinte notação: (1) it now seems to me overwhelmingly (subjectively) likely that  $p$ ; (2) not- $p$  is compatible with absolutely any degree of evidence  $E$  that  $p$ , and hence that; (3)  $E$  cannot entail  $p$ ; (4)  $p$  is certain only if not- $p$  is not possible, then; (5) I cannot be certain that  $p$ ; Hence; (6) I suspend judgement as to  $p$ . Cf. Hankinson, 1995 (p. 184)

<sup>93</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 92)

<sup>94</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 92)

Assim, trata-se de reafirmar que nada é apreendido a não ser em conexão com circunstâncias que afetam os objetos e os sujeitos de conhecimento<sup>95</sup>.

#### Tropo 4: **Hipóteses**

O modo das hipóteses se apresenta como a circunstância em que o dogmático parece não subscrever a regressão ao infinito, por meio de uma estratégia pretensamente isenta da *diaphonía* (desacordo infinito). Para evitar a regressão, ele firma um patamar a partir do qual pode então ter um argumento que não demanda prova. *Uma vez revelados em seu mergulho em direção ao infinito, os dogmáticos teriam como único recurso – além daquele representado pela completa rendição – o apego a proposições inegociáveis*<sup>96</sup>.

Esse tipo de recurso pode ser também compreendido como um tipo de *petição de princípio*, pois, nesse momento, o dogmático fixa um ponto a partir do qual as coisas têm que ser aceitas necessariamente<sup>97</sup>. Formalmente o Modo da Hipótese pode ser expresso como segue:

Se *diaphonía*, então regressão;  
 Se interrupção da regressão, então hipótese;  
 Se hipótese, então *diaphonía*<sup>98</sup>

#### Tropo 5: **Reciprocidade ou Circularidade**

- (a) *P1* deriva de *P2*;
- (b) *P2* deriva de *P3*;
- (c) *P2* deriva de *P1*

*P1* (posterior) é assumido como verdadeiro porque deriva de *P2*

*P2* é assumido como verdadeiro porque deriva de *P1* (anterior)

Estamos diante de uma tentativa de provar uma asserção com base num termo derivado de si mesmo. *Qualquer desdobramento que faça com que algum  $P_n$*

<sup>95</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 93)

<sup>96</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 94)

<sup>97</sup> Genovesi, Antonio. *A Instituição da Lógica*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977. Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro. Vol. IV (p. 125)

<sup>98</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 94)

*derive de P1 incorrerá em absurdo lógico* se temos em vista que *P1* é ao mesmo tempo um termo anterior e também posterior da proposição<sup>99</sup>.

Assim sendo, o dogmático, depois de tentar bloquear a regressão ao infinito por meio de uma interrupção, com o recurso de uma hipótese, agora tenta desprezar ambas as tentativas e propõe a demonstração por meio de algo derivado de si mesmo.

## **Epílogo**

Acaso tenha obtido algum êxito nessa etapa do trabalho, demonstrei em algumas palavras algo da ambição do conhecer humano, manifesto mais claramente na presunção dogmática, de modo geral, pronunciadamente na pretensão de alguns ramos da ciência e, mais amplamente, na filosofia. Da mesma maneira, contrapus a essa mesma ambição um domínio da ação humana pouco ou nada coerente com esse tipo de manifestação da reflexão. Para tanto, usei como títere a imagem social estereotipada pelo personagem de Goodman, o *homem da rua*.

Por um lado, estão colocadas as pretensões idióticas e narcísicas de um sujeito que pesquisa e que interpreta a aparência dos fenômenos com vistas à emissão de pareceres amplos e definitivos do que seja a essência desses reféns do entendimento. Por outro lado, de qualquer forma o homem comum encontra-se em contato com os produtos das afecções oriundas dessa atitude cognitiva. Pouco atento a questões que expressem aquilo que seja algo por meio de processo análogo de pesquisa, mas que, de algum modo, direta ou indiretamente trava contato com essa produção.

Essa elaboração extenuada da natureza das coisas acontece a todo instante com os filósofos. Num bar, bebendo um chope, segundo a imagem aplicada por Porchat Pereira, os filósofos diriam mais ou menos as mesmas coisas sobre a aparição dos fenômenos, ao passo que divergiriam radicalmente quando dissessem *sobre* os fenômenos. A representação dessa perspectiva é

---

<sup>99</sup> Cf. Lessa, 1995 (p. 95)

bastante didática. O excerto é longo, porém, bastante útil para revelarmos em nuance a *diaphonia*.

Suas diferentes doutrinas oferecem leituras diferentes e entre si incompatíveis dessa experiência comum que eles consensualmente descrevem, elas interpretam os fenômenos de diferentes maneiras.

Cada um deles certamente rejeitaria as interpretações de todos os outros e pretenderia ser a sua própria leitura filosófica do fenômeno comum em questão a única capaz de dele dar integralmente conta. Sua discordância doutrinária é total, tanto quanto seu acordo *pré-filosófico* sobre o fenômeno e como descrevê-lo é, suponhamo-lo, inteiro<sup>100</sup>.

Dessa explosão de discursos, podemos dizer, emerge uma figura em perspectiva do ceticismo. Inicialmente ele se apresenta como a concepção que atesta e derruba a diversidade de narrativas sobre a existência real das coisas em si, colocando-as sob um constrangimento avassalador; noutra momento, e assim que é compreendido, pode e deve ser observado como uma das filosofias em disputa, constituindo outra narrativa em curso imersa na *diaphonia*.

Desse ponto então pode ser verificado como uma posição filosófica preenchida de caracteres positivos e particularmente orientada para a vida prática livre de perturbações dogmáticas. Essa conclusão, a meu ver, é capaz de bloquear em boa medida alguma ênfase interpretativa que conduza o pirronismo, por exemplo, a uma chave para a paralisia. Ao contrário, o cético não se precipita com a facilidade que o dogmático se permite, o que faz dele um inquiridor infatigável.

O tratamento dado aqui a vertente grega da *sképsis*, conforme dito, organizado de maneira sistemática por Sexto Empírico, privilegiou a apresentação genérica e particular dos conteúdos de Enesidemo, Agripa e as considerações de Sexto Empírico. Em conjunto, guiados pelas notações ou, na letra cética, *tropos*, o conteúdo conhecido orienta para o caminho *isosthenéia*, *epoché* e *ataraxia*.

---

<sup>100</sup> Pereira, Oswaldo Porchat. *Sobre o que a parece*. Revista Sképsis, São Paulo, Ano 1, n 1, p. 7-42, 2007 (p. 19). Disponível em: <[www.skepsis.com](http://www.skepsis.com)>, acessado em 10/2007.



Os Dez Modos de Enesidemo dão a materialidade e a sistematicidade necessárias para expressarmos formalmente o caminho cético que clareia o percurso cognitivo dogmático quando este articula sujeito e objeto para o entendimento. O resumo dos dez argumentos iniciais manifesta os obstáculos e constrangimentos a que está submetido o percurso para a essência. A variedade de animais, seres humanos, composições orgânicas, circunstâncias que afetam o sujeito, circunstâncias que afetam o objeto, combinações, quantidades, relatividade, frequência e persuasão são o material sistemático para tanto. Eles constituem a primeira bateria de argumentos erguidos nesse ensaio para demonstrar a incapacidade de alguns recursos cognitivos e que, por conseguinte, nos conduzem a suspensão do juízo: agrupados, são descritos como Modos do Sujeito, Modos do Objeto e Modos Mistos.

Desse ponto seguem os Oito Modos de Enesidemo. Esse material privilegia o caminho para a *ataraxia*, sem explicitar a suspensão de juízo, interrompendo as ambições etiológicas. A gana de conhecer a origem daquilo que aparece é obstruída sistematicamente, a sua explicação por algo que não aparece, o não-evidente, é o sintoma mais pronunciado do *self-satisfied*.

O primado do caminho *causa*, então, *efeito* é alvo da obstrução sistemática do primeiro dos oito tropos. A escapar disso, o dogmático incorre num movimento de arbitrariedade causal, onde eleger idiossincriticamente uma única causa. O terceiro movimento manifesto na patologia dogmática é a incompatibilidade formal entre as ordens que supõe conectar, o não-evidente pelo seu contrário, o evidente. Na seqüência, a analogia entre o indefinível e o evidente é o objeto refém do cético. O princípio da idiossincrasia é diluído entre os demais tropos, uma vez que as assertivas do dogmático só lhe dizem respeito. Seu pressuposto, por exemplo, tem compartilhamento estreito, alcança o seu próprio emitente.

Com traços que apontam para questões que podem envolver éticas (impostura, proibidade) e pesquisa, o princípio de seletividade manifesta uma atitude de coleção arbitrária de conteúdo para a confirmação daquilo que se quer asseverar sobre o fenômeno. A inconsistência é outro tipo de manifestação

dogmática que denota, senão fragilidade intelectual, pelo menos franca imperícia. Diante desse quadro, o dogmático tem como engenho de escape a pronúncia de incontáveis afirmações daquilo que não aparece para explicar o evidente.

O material de Agripa apresenta alguns elementos não explorados nos tropos anteriores que elegemos para esse trabalho. E de um total de cinco, o Modo da Disputa se ocupa de denunciar e consagrar a *diaphonia* filosófica como resultado imediato da produção de corte dogmático. Uma clara distinção presente nesse argumento diz respeito ao alvo da obstrução cética, dessa vez referida a qualquer tipo de dogma. Por outro lado, a partir de estratégias de fuga dessa atitude de obstrução cética, podemos entender os demais argumentos remetidos para um conjunto de circunstâncias onde o *self-satisfied* fantasia estar posto em segurança da ameaça da sképsis.

Ao tentar posicionar aquilo que diz ser a prova (1) evidente de sua afecção, o dogmático se vê obrigado a apresentar uma prova (2) de sua prova (1), que por sua vez necessitará de uma prova (3) para a prova (2), que por sua vez não prescindirá desse movimento, configurando uma infinita regressão (Tropo 2). Seguiu-se então na apresentação proposta que para a vertente cética nada se apresenta dissociável. Os fenômenos têm suas representações relativas a algo e segundo quem o recebe (Tropo 3).

Outro comportamento sisífico inaugura uma assertiva inegociável na figura de hipótese. Esta posta, não se remove a objeção, apenas se apresenta uma petição de começo segundo um critério meramente arbitrário, e que, portanto, só diz respeito ao seu emissor (Tropo 4). Finalmente, outro expediente aplicado representa como prova da assertiva algo derivado da mesma, ou seja, o enunciado é verdadeiro se sua prova for um derivado de si mesmo (Tropo 5).

## **Capítulo 2**

### **Aplicação Cética em Michel de Montaigne**

#### ***Índice***

**Apresentação** p. 37

**Preâmbulo** p. 38

**Cético** p. 43

**Conhecimento** p. 49

**Religião** p. 55

**Aplicação** p. 61

**Epílogo** p. 66



## **Apresentação**

O presente trabalho expõe uma proposta de recepção do ceticismo antigo no Século XVI no cerne do trabalho do Ensaísta Michel de Montaigne. Seu estribilho é manifesto pelo ceticismo de aplicação. Essa tentativa também está dividida em seis momentos distintos a exemplo do capítulo que antecede a esse.

Em primeiro lugar forjamos Montaigne como pensador que repercute uma obra pulverizada de ceticismo antigo e acadêmico no seio das discussões intelectuais do seu século. Para os nossos propósitos ele o faz de duas maneiras distintas, sob uma arguta interrogação das suas próprias faculdades intelectuais, manifestando um “eu” que fala, consigo mesmo, bem como interrogando as questões e definições demonstradas ou praticadas no coração da disputa fincada em França.

Decorre dessa visão que a comunicação entre Montaigne e seu juízo e Montaigne e os fenômenos em curso são repercutidos por intermédio do legado cético. Assim sendo, o esforço que segue a essa proposta procura evidências claras em seu trabalho que manifestem essa disposição.

O terceiro momento procura uma atenção de Montaigne para a elaboração das teorias e o conhecimento de modo geral, bem como especulamos, segundo os Ensaaios, que tipo de elaboração está sendo ensaiada. Foi possível capturar nessa pesquisa que nos Ensaaios há um forte enaltecimento do pensamento livre.

Na seqüência interrogamos então que tipo de adesão ele lança sobre a religião e também o tipo de elaboração que surge do que chamamos de Aplicação Cética em Michel de Montaigne. O sexto ponto também articula os cinco anteriores, a exemplo do tratamento que demos ao capítulo anterior. O objetivo dessa etapa é configurar ao menos como Montaigne pensa para disso extrair o que ele pode pensar sobre o objeto política, ou seja, traçar mais claramente como e o que ele supostamente pensa da política no terceiro capítulo.

## **Aplicação Cética em Michel de Montaigne**

## Preâmbulo

Dada a sua especificidade analítica, a elaboração cética possui certamente múltiplas portas de entrada na vida intelectual ocidental depois da sua fundação no período helênico, há ainda um período posterior ao seu nascimento onde supostamente foi esquecida. Ela foi retomada mais explicitamente no século XVI na Europa e França, que constitui o principal período de interesse desse ensaio. Esse momento conteve pelo menos um grande debate peculiar que apresentaria o aparelho cético contra as proposições teóricas contidas nos movimentos de reforma religiosa e também no de contra reforma, com efeitos diversos, às vezes análogos, para ambos os lados em disputa<sup>101</sup>.

Para Popkin, um dos expoentes na historiografia do ceticismo, com a redescoberta do trabalho de Sexto, o composto cético se empresta a função de centro da disputa filosófica entre os lados opostos no contexto da querela religiosa.

Com a redescoberta no século XVI dos escritos do pirrônico grego Sexto Empírico, os argumentos e pontos de vista dos céuticos gregos tornaram-se parte do núcleo filosófico das lutas religiosas que ocorriam nesta época<sup>102</sup>.

Por outro lado, no mesmo documento, convém destacar, Popkin é curiosamente bastante duro com relação ao trabalho de legado verdadeiramente sextiano para o ceticismo, e, por conseguinte só o coloca numa posição angular para a formação do pensamento cético dos modernos pela sua natureza única e, implicitamente, acidental. Nesse sentido o valor da obra do grego será posto pela mera capacidade de apresentar um relato sistemático apto a dar concretude a uma postura filosófica. Senão, segue:

Foi um escritor do helenismo, obscuro e sem originalidade, cuja vida e carreira são praticamente desconhecidas. Mas, por ser o único cético pirrônico grego

<sup>101</sup> Maia Neto, José Raimundo. *Panorama historiográfico do ceticismo renascentista*. Revista Sképsis, São Paulo, V. 1, n. 1, p. 83-97, Ano 1, 2007 (p. 86) Disponível em <[www.revista-skepsis.com.br](http://www.revista-skepsis.com.br)>, acessado em 10/2007.

<sup>102</sup> Popkin, Richard. *História do Ceticismo: de Erasmo a Spinoza*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000. (p. 49)

cuja obra sobreviveu, acabou por desempenhar um papel fundamental na formação do pensamento moderno<sup>103</sup>.

De qualquer forma que a qualifiquemos, a obra sextiana consiste a fonte direta ou indireta para a grande profusão de recepções dos pensadores modernos, da mesma maneira para Michel de Montaigne<sup>104</sup>. Para Popkin, a publicação da obra de Sexto no XVI, por Henri Estienne em 1562, foi capital para a retomada coordenada do ceticismo, especialmente na obra de Montaigne.

Foi apenas após a publicação das obras de Sexto que o ceticismo tornou-se um movimento filosófico importante, especialmente como resultado de Montaigne e seus discípulos<sup>105</sup>.

Entretanto, com relação a Michel de Montaigne, há um aspecto persistente na obra de Popkin que o instala numa época e num tempo onde a dúvida primaz do conflito religioso tenha sido o estopim para a postura do filósofo. Passa então uma mensagem na qual o contexto teria amoldado a resposta automática de feições céticas como necessárias. O século traz, nessa perspectiva, uma insistente componente que empurra o espírito do perigordiano ao aparelho cético. Segundo essa visão, o refúgio a um mundo de crenças abaladas, imediatamente posterior ao fim da idade média, é acompanhado de um encontro de Montaigne com a obra de Sexto seguido de conseqüências pirrônicas explosivas em sua obra. Dessa crise contextual, segue-se para Popkin aquilo que deflagraria uma crise cética privada, mais marcada no ensaio Apologia de Raimond Sebond. Assim, segundo ele:

Os sistemas intelectual e religioso, que haviam sido construídos na Idade Média, estavam desmoronando e tornava-se cada vez mais difícil dizer em que acreditar. Justamente quando o mundo de Montaigne se desfazia, aconteceu ele ler o principal trabalho cético antigo sobrevivente: a obra de Sexto Empírico<sup>106</sup>.

Skinner também trabalha de fora pra dentro quando olha Montaigne, ainda que explore um pouco mais o humanismo, o faz de maneira não menos

<sup>103</sup> Cf. Popkin, 2000 (p. 49-50)

<sup>104</sup> Moureau, Pierre. *Montaigne – O Homem e a Obra*, in M. de Montaigne, *Ensaio*. Brasília/São Paulo, Ed UnB/Hucitec, 1987, vol. 1. Trad. Sérgio Milliet. 1-92 p. [...] graças ao velho médico grego, os céticos modernos recolham as armas dos céticos antigos. (p. 9)

<sup>105</sup> Cf. Popkin, 2000 (p. 74)

<sup>106</sup> Popkin, Richard H. *Ceticismo*. Organizador: Eigenheer, Emílio M. Niterói: EDUF, 1986. (p. 20-21)

automatizada que Popkin. Do pesquisador do pensamento político moderno todo o contexto do quinhentos é capaz de explicar a movimentação de Montaigne para decidir pela introspecção. A partir disso, sua criatividade seria mobilizada para uma exploração de si como resultante quinhentista.

Essa ênfase na capacidade criativa do homem veio a tornar-se uma das doutrinas mais influentes e ao mesmo tempo mais características do humanismo renascentista. Acima de tudo, contribuiu para se voltar maior interesse para a personalidade do indivíduo. O homem passou a sentir-se em condições de utilizar sua liberdade, de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria pessoa. Isso, por sua vez, permite compreender a maior complexidade psicológica que constatamos em boa parte da literatura quinhentista, assim como a paixão pela introspecção que mais tarde levaria Montaigne a dedicar toda a sua energia criativa ao estudo de sua própria natureza<sup>107</sup>.

A corrente liderada pelo Popkin parece mais conforme o apetite de Montaigne, preenchida de substantivo pirronismo e claramente defronte a uma disputa de caráter teórico e concomitantemente de rebatimentos práticos, diferente da preconização marcada pela exaltação da capacidade criativa do homem postadas *acima de tudo*. É patente que o ambiente de crise intelectual surgida do fim da idade média e início do renascimento são uma boa medida para a experimentação, mas o que merece destaque é que a matéria montaigniana não está embalada em invólucro tão otimista conforme veremos.

Ainda que se trate de uma abordagem historiográfica diversa, o escrutínio de Maia Neto do registro cético do renascimento põe, a meu ver, em linhas planas a efetiva contribuição de Montaigne, segundo a vertente que ele batiza como Popkin-Schimitt. O trabalho enumera várias passagens da contribuição dessa dupla de historiadores do ceticismo, para os nossos propósitos uma delas constitui substância elucidativa:

Entronzaram (sobretudo Popkin) Montaigne como pirrônico e fideísta e como o principal cético renascentista e principal responsável pela grande influência do ceticismo na filosofia moderna<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato J. Ribeiro e Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras. (grifo nosso) (p. 119)

<sup>108</sup> Cf. Maia Neto, 2007 (p. 87)



De fato Montaigne se revela como um grande expoente de um tempo e observou um ambiente de turbulência inigualável, contudo seu trabalho é, ao que parece, introspectivo e só então voltado para os problemas de sua época. É quase impossível mesmo expressar uma linha ou um conjunto causal nítido para dizer quem determina a sua matéria cética, se seu tempo o determina ou se o contrário, se ele é voluntariamente um cético<sup>109</sup>. Contudo, esta constitui a hipótese da qual esse trabalho mais se aproxima, imaginando, a partir disso, que sua filosofia é mais manifesta pelo percurso epistemológico internalista e então cognitivo.

Não é um (1) *tolo quem não desconfia afinal de seu juízo*, se reconhece ter sido por ele enganado mil vezes? Quando me convenço, diante dos argumentos que me apresentam, de que minha opinião é errônea, não é tanto a ignorância que se evidencia a meus olhos – seria pouco – é minha fragilidade que constato, é a (2) *traição de minha inteligência*, e chego a conclusão de que *tudo está a exigir reforma*.

Em todos os meus outros erros, ajo da mesma maneira e tiro dessa regra grande proveito na vida. Não olho, no caso, o fato, como uma pedra em que ocasionalmente tropeço; (3) *o que ele me revela é que possivelmente tudo precisa ser revisto e reajustado*. Saber que dissemos ou fizemos uma tolice, pouca importância tem; (4) *o importante é saber que somos tolos*<sup>110</sup>.

O que precede a análise do *fato* é uma avaliação detidamente no *juízo*, sua mobilidade está sob a mira do autor, o que ele frisa é a alta capacidade deste nos conduzir no mais das vezes ao engano. Quando se convence da fragilidade do juízo, não acha motivo especial no equívoco resultante dos processos deste, acha na verdade um meio claro de demonstração de ignorância permanente. A conclusão é que o seu equipamento cognitivo merece reforma, suas aplicações epistêmicas devem se repetir com constância. O *fato*, entendido como qualquer resultado do processo de cognição, demonstra a necessária constância da reforma da opinião. Finalmente, em (4), mais importante no fato é a sua capacidade de conduzir a

<sup>109</sup> Bencivenga se ocupa de observar os jogos mentais produzidos por Montaigne, uma das razões para repousar sobre esse trabalho essa posição pouco taxativa. Bencivenga, Ermanno. *The Discipline of Subjectivity: An Essay on Montaigne*. Princeton: Princeton University Press, 1990 (p. 49-62)

<sup>110</sup> Montaigne, Michel de. *Ensaaios*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção os Pensadores) LIII, XIII, p. 362 De agora em diante, quando me referir a essa coleção farei uso da citação de Livro representado pela letra “L” (LIII), capítulo em Romanos (XIII), e página representada em algarismos precedidos da consoante “p.” (p.362). Desse modo, a mesma citação seguiria como: Cf. LIII, XIII, p. 362

conclusão de que somos tolos e pouco ou nada equipados para dele extrairmos opinião definitivamente verdadeira.

É preciso então uma elaboração sofisticada para apresentarmos o contexto conduzindo o pensamento de Montaigne, é patente que ele se relaciona com o ambiente intelectual em curso, mas o ponto é que o gênio de sua obra pode ser mais bem observado numa chave internalista onde o fato pode não ser condição automática de sua matéria<sup>111</sup>. Ele pode, colateralmente, através de sua narrativa, revelar mais sobre o perigordiano, do que sobre este e o ambiente.

É mais difícil do que parece acompanhar o espírito na sua marcha insegura, penetrar-lhe as profundezas opacas, selecionar e fixar tantos incidentes miúdos e agitações diversas. É uma ocupação inédita e excepcional, mas das mais recomendáveis, que nos afasta das ocupações habituais a que se entrega em geral a gente.

Não há descrição mais difícil do que a de si próprio, nem mais aproveitável, mas é *necessário enfeitar-se*, arranjar-se para *se apresentar em público*. Assim, enfeito-me sem descontinuar, por isso que me descrevo constantemente<sup>112</sup>.

A primeira passagem deixa uma forte sugestão de que a companhia e observação introspectiva devem ser levadas a efeito em profundidade, o espírito promove por si um conjunto de acidentes e agitações que conferem mobiliário legítimo para uma pesquisa. Esse trabalho lhe apresenta a capacidade de se afastar de análises exteriores e habituais com resultados já conhecidos e narrados, desse modo, o trabalho de se observar é composto por motivação suficiente para não sair de si mesmo<sup>113</sup>.

Fixar um ponto em si se apresenta antecipadamente à dificuldade presente em qualquer pesquisa de tipo factual, o movimento humano lhe atrai mais<sup>114</sup>. O homem constitui então um objeto de conhecimento tão ou mais precioso do

<sup>111</sup> Cf. LII, X, p. 349 *Não se preste atenção à escolha das matérias que discuto, mas tão somente à maneira por que as trato.*

<sup>112</sup> Cf. LII, VI, p. 325 (grifo nosso)

<sup>113</sup> Cf. LII, VI, p. 321

<sup>114</sup> Cf. Moreau, 1987 [...] *Montaigne deixa-se tentar pelo ceticismo. O movimento universal, essa 'passagem' perpétua – esse vir a ser sem fim que transporta, segundo Heráclito, os seres e as coisas – obsedam-lhe a imaginação [...].* (p. 5)

que aquilo que o cerca<sup>115</sup>. É um labirinto que deve ser observado e também que, em síntese, o mapa do singular apresentaria mais substância provocativa do que os universais, conforme apresenta Friedrich:

Montaigne parfait définitivement dans l'observation de soi sa conviction que le singulier est plus riche que l'universel et que l'on ne vient jamais à bout du labyrinthe humain. Il est à lui-même le labyrinthe le plus surprenant, mais aussi le plus accessible et le plus précieux pour la connaissance<sup>116</sup>.

Assim, o que está em representação é uma observação de Montaigne de duas maneiras distintas: uma que o vê contextualmente, e outra que o recebe como pensador de uma natureza idiossincrática bem marcada, ainda que seja legitimamente um pensador de talho geral quinhentista<sup>117</sup>. E, pela abordagem sugerida, a partir dos fragmentos montaignianos, diversa da visão de Lima, a pesquisa introspectiva resulta em análises do ambiente expressas em embalagens enfeitadas ou dissimuladas, para se *apresentar em público* num contexto de enfermidade, também segundo ele mesmo<sup>118</sup>.

### Cético

O ponto que conecta originalidade e o contexto montaigniano pode ser encarado como cético, perpassado por outros cem números de influências igualmente amoldadas ao que ele próprio considera e, ao cabo, assimila como seu<sup>119</sup>. Friedrich assinala que *scepticisme et ignorance sont des conditions élémentaires de sa sagesse*<sup>120</sup>.

<sup>115</sup> Cf. LII, X, p. 349 (Ibid)

<sup>116</sup> Friedrich, Hugo. *Montaigne*. Paris: Gallimard, 1968. Trad. Robert Rovini. (Col. Tel) (p. 220)

<sup>117</sup> Cf. Popkin, 1986 *Montaigne apresentou a crise do homem moderno, que não conseguia encontrar qualquer fundamento para acreditar em algo. Qualquer crença era possível de ser contestada* (p. 21)

<sup>118</sup> Para quem Montaigne está a apresentar-se realmente *sem os adornos retóricos*. Lima, L. Costa. *Montaigne: A História Sem Ornatos*. Revista de História e Estudos Culturais, Rio de Janeiro, V. 3, n. 2, p. 01-115, Ano 3, 2007 (p. 5) Disponível em <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>, acessado em 08/2007. Na seqüência Cf. LII, XVIII, p. 48 *Pintando-me para outrem, pinte a minha alma com cores mais nítidas do que a apresentava primitivamente*. Cf. LIII, IX, p. 278 *Tenho-me livrado de tudo, [ele se refere à guerra] mas lamento que isso se deva ao acaso – e também a minha prudência – mas não a justiça*. (grifo nosso)

<sup>119</sup> Cf. LII, XVII, p. 38-39 *Quem desejasse saber a autoria dos versos que cito nesta obra, colocar-me-ia em grande dificuldade. Entretanto, não bati senão a portas conhecidas e célebres, não me contentando com o valor intrínseco do pensamento, mas cioso de que proviesse de quem o tivesse rico e honroso e cuja autoridade se juntasse à razão*. Também em LII, X, p. 349 *Quanto às razões, às comparações e aos argumentos que transplanto para meu jardim, e confundo com os meus, omiti muitas vezes, voluntariamente, o nome dos autores [...]* (o grifo é nosso)

<sup>120</sup> Cf. Friedrich, 1968 (p. 317)

O tamanho da pretensão capciosa de Montaigne dá uma boa confirmação do diagnóstico de Friedrich. Ele está ocupado da descrição humana, ao passo que os demais procuram a verdade para educar; ele percorre um caminho diverso, está em busca da descrição para só então descobrir algo da natureza humana. Em qualquer caso poderíamos ter uma ordem direta, na qual o descobrir seria posteriormente acompanhado da narrativa noticiosa do conhecimento, por conseguinte seguida de algum procedimento pedagógico. Seu movimento é mais original, pois descrever revelará, ou não, a capacidade de se conhecer o homem.

Outros autores têm como objetivo a educação do homem; eu o descrevo. E o que assim apresento é bem malconformado. Se o tivesse de fazer, faria-o sem dúvida bem diferente. Acontece que já está feito. *Os traços deste seu retrato são fiéis, embora variem e se diversifiquem*<sup>121</sup>.

A autodescrição que por um lado se expressa recheada de pouca ambição, por outro, no fim do fragmento, já apresenta sintomas de uma segurança adicional de percurso. Ela manifesta que o seu traço é fiel, ou seja, pelo menos uma descrição de natureza pode ser oferecida, não obstante, a cada momento. Dessa maneira, os traços estão sujeitos a quantidades ímpares de variações e, dentro delas ainda, há grandes diversificações. A segurança sobre a fidelidade não põe de lado a qualidade da análise, ela não está isenta de dificuldades, apenas aponta um caminho metodológico. As coisas mudam continuamente, o que torna a fixação algo com dificuldades quase obstrutivas.

O mundo é movimento; tudo nele muda continuamente; [...] tudo participa do *movimento geral e do seu próprio*; e a imobilidade mesma não passa de um movimento menos acentuado. Não posso fixar o objeto que quero representar: *move-se e titubeia como sob o efeito de uma embriaguez natural*<sup>122</sup>.

Como resposta a esse movimento contínuo, a embriaguez natural do movimento do indivíduo e do geral, temos um forte motivo que explica o recurso ao ensaio, a tentativa contínua, a expressão e preferência por uma busca pirrônica infatigável do quer que seja algo. O pressuposto da ignorância relatada por Friedrich é o composto adicional.

<sup>121</sup> Cf. LIII, II, p.153 (o grifo é nosso)

<sup>122</sup> Cf. LIII, II, p.153 (grifo nosso)

A esse geral e particular que se movem continuamente dificultando uma narrativa definitiva dos objetos, ele procede alguns recursos, dentro do ensaio livre, com completa falta de pauta definitiva, mas articulada por um método, uma certeza na qual prevalecerão tentativas de um ensaio de si que não termina. *Se connaître est plus urgent que connaître lês choses* como um movimento já bem conhecido da filosofia antiga<sup>123</sup>.

Os Ensaio se materializam como uma busca constante de apresentar algo em face de tamanha fragilidade do juízo. O sistematismo não contém consistência nem mesmo no sujeito, e por essa razão, quando vai aos objetos, o resultado já é cativo de corrupção<sup>124</sup>. A imaginação trará embaraços tamanhos que a qualidade do que *seja* estará sujeita a um ambiente indefinível. Observar e fixar alguns acidentes, e pintá-los como aparecem num fragmento de momento, é assim a alocação dos Ensaio.

Observo e anoto os diversos (a) *acidentes que ocorrem dentro de mim* e as (b) *concepções mais ou menos fugidias que minha imaginação engendra*, as quais são por vezes (c) *contraditórias ou porque tenha mudado* eu, ou porque o objeto da observação apareça dentro de um (d) *quadro e de uma luz diferentes*. Daí acontecer-me, não raro, cair em contradição [...] Se minha alma pudesse fixar-se, eu não seria hesitante; falaria claramente, como um homem seguro de si. (e) *Mas ela não pára e se agita sempre à procura do caminho certo*<sup>125</sup>.

Os acidentes, a contradição, o quadro de referência e a conclusão pela pesquisa interminável passam pela marcação proposta acima. Podemos vertê-las em conjunto (a, b, c, d, e) no quarto, quinto, sexto e oitavo tropos do material suspensivo de Enesidemo<sup>126</sup>. Assim, o sujeito está constrangido a um conjunto de afecções internas que deterioram as tentativas de fixação de algo, some-se a isso a ação da imaginação, as contradições mobilizadas dessa origem difusa e os infinitos quadros de referência nos quais o sujeito opera.

<sup>123</sup> Cf. Friedrich, 1968 (p. 222)

<sup>124</sup> Cf. LII, XXVII, p. 73 *Eu, que mais me preocupo com o alcance e o interesse de meus comentários do que com a ordem e a lógica da apresentação, não hesito em incluir aqui uma bela história, pois, quando valem realmente à pena, arrasto-as até pelos cabelos.*

<sup>125</sup> Cf. LIII, II, p.154

<sup>126</sup> Woodruff, Paul. *Aporetic Pyrrhonism*. Oxford Studies in Ancient Philosophy, Oxford, Clarendon Press, V. 6, p. 139-168, Annual, 1988 (p. 154). O autor confere autoria aos Modos de Enesidemo e questiona alguns aspectos da originalidade de Sexto, bem como demarca um campo para o *pirronismo aporético*.

Como portas de saída Montaigne têm a constatação quase infinita e ao mesmo tempo momentânea da suspensão do juízo<sup>127</sup>.

A substância mais sistemática de aplicação cética em Montaigne está concentrada no seu mais longo Ensaio, Apologia de Raimond Sebond – que será bastante explorado nesse trabalho –, talvez por causa daquilo a que propõe, qual seja, fazer a defesa de Sebond contra os ataques da razão<sup>128</sup>. Considerando ao menos em termos temporais, as duas colunas do ceticismo passam pelo crivo de Montaigne ao longo de boa parte dos Ensaio, contudo, a atitude pirrônica é mais explícita que o conteúdo de viés acadêmico. Essa divisão, notoriamente, não é muito pedagógica, mas podemos apresentar esquematicamente o cético acadêmico como um indivíduo intoxicado pela certeza de que não é possível se atingir o saber, ou, dito de outra forma, se uma assertiva puder ser falsa, então ela não é conhecimento<sup>129</sup>.

Por sua vez, um pirrônico diria que isso é a demonstração da outra face do dogmatismo, o de corte negativista, e que, portanto, nem isso é possível ser afirmado. Segundo Striker, os acadêmicos nem sempre afirmam que não é possível o conhecimento e que, logo, está mais inclinada a pensar que a própria corrente cética pirrônica expressa mais uma *school politics than of differences in content*<sup>130</sup>.

Os expoentes do ceticismo dito acadêmico e pirrônico são apresentados indistintamente no trabalho, assim, podemos entender que Montaigne não se aferra a esse tipo de demarcação<sup>131</sup>. Carnéades, Arcesilau, Cícero, Pirro e Sexto Empírico entram de acordo com o curso dos Ensaio, mas são oportunamente convocados na Apologia. Segundo Montaigne, o fundamento das idéias humanas dogmáticas precisa ser derrubado, e para tanto ele não

<sup>127</sup> Cf. LIII, II, 165 *Luto na medida de minhas forças*, [diante de mais uma metamorfose] *mas sem saber até onde poderei chegar. O que quer que aconteça, entretanto, quero que saibam de que altura caí.*

<sup>128</sup> Cf. LII, XII, p. 370 (Apologia de Raimond Sebond - Apologia)

<sup>129</sup> Striker, Gisela. *Essays on Hellenistic Epistemology and Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. O trabalho dedica um capítulo especial a essa discussão, *On the difference between the Pyrronists and the Academics*. (p. 135-149)

<sup>130</sup> Cf. Striker, 1996 (p. 136)

<sup>131</sup> Cf. LII, XXIX, p. 77 Pirro, num ensaio de título que remete a virtude, é alvo de uma pintura de conteúdo inverso.

escolhe fixamente a maneira, vejamos então, inicialmente, parte da energia desferida contra a opinião fundamentada:

É preciso dominar tão tola vaidade e solapar ousada e energicamente os fundamentos ridículos sobre os quais se erguem as opiniões errôneas<sup>132</sup>.

O ataque é coordenado de um jeito particularmente cético, ou seja, o golpe sobre a tentativa ostensiva de se fixar um fundamento, não evidente, para a explicação de um fenômeno. Sob a batida do sistematismo, o extrato é capaz de transmitir uma virulência de corte negativo, o que desenharia um Montaigne Acadêmico. Todavia, a passagem abaixo pode enfronhar grande obscuridade a esse tipo de divisão.

(a) O próprio Cícero, que afixa todo o seu valor de seu saber, principiava, em sua velhice (segundo Valério Máximo) a *desprezar as letras*. (b) Quando as cultivava, fazia-o sem optar por nenhuma solução, tendendo ora para uma seita ora para outra, segundo o que lhe parecia mais certo, (c) sem contudo se afastar da dúvida da Academia: 'Vou falar, mas em nada afirmar; tudo investigarei, sempre desconfiado de mim mesmo'<sup>133</sup>.

Podemos ler o fragmento em pelo menos três direções diferentes. A primeira onde Montaigne delinearía um Cícero pirrônico, francamente inclinado a não cortejar as letras, lida como conhecimento, e que quando se aproximava, não pendia para uma ou outra direção, numa postura de *epoché*. Na segunda direção, em (b), Montaigne retoma a divisão clássica. Ao cabo, podemos concluir que o tratamento dado não se fixa nas divisões esquemáticas, ainda que ele empregue ocasionalmente mais ou menos a distinção de corte mais nítido entre a vertente antiga e a de Cícero<sup>134</sup>.

Os dois últimos excertos removidos da Apologia têm conteúdo emblemático do tipo de aplicação cética de Montaigne que poderia ser compreendida como uma postura de ceticismo pirrônico com utilizações contextualizadas de feições

<sup>132</sup> Cf. LII, XII, p. 410

<sup>133</sup> Cf. LII, XII, p. 419-420

<sup>134</sup> Dumon, Jean-Paul. *Le Scepticisme et le Phénomène: essai sur la signification et les origines du pyrrhonisme*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1972. O emprego sistemático do material de Sexto o leva a concluir por uma postura de respeito à fidelidade histórica. *Cette distinction constitue, par l'insistance avec La maintient Montaigne, un retour décisif à la fidélité historique*. (p. 42). Cf. LII, XII, 470 O próprio Montaigne apresenta a definição das correntes céticas. Ele faz menção, inclusive, a postura probabilística assumida em alguns momentos entre os acadêmicos.

negativistas. Observando quadro a quadro a Apologia, talvez ele penda para Sexto Empírico, conforme a intenção de Dumont, não obstante, esse trabalho se aproxima da hipótese de que ele use a ambas indistintamente de acordo com o resultado da pesquisa de si que deseja transmitir, face aos fenômenos que verifica<sup>135</sup>.

O ceticismo de aplicação em Montaigne faz dele um tipo inovador pelo menos na medida em que ostensivamente faz uso para narrar a si mesmo e, por extensão, como percebe os fenômenos, como os pensa e como lhes pinta<sup>136</sup>. Da tomada de posição na querela político-religiosa ele se pronuncia de fora da vertente de Pirro, afinal, *não será mil vezes preferível evitar um julgamento a se meter em discussões fantasistas e puramente polêmicas?*<sup>137</sup> Como corolário, temos que estão na disposição montaigniana tanto as fragilidades incontestes do juízo acompanhados de uma pesquisa interminável via Ensaio, bem como a aplicação útil dessa decisão diante da introdução violenta de questões evidentes como a partição do agregado social francês<sup>138</sup>.

Podemos mesmo observar na passagem outra matéria, onde ele teria a posição firme do lado da vertente sextiana, não obstante, essa leitura pode facilmente ser fragilizada se de um lado descortinarmos a substância das *discussões fantasistas*. Façamos a coisa de pelo menos um axioma básico: ele

<sup>135</sup> Cf. LII, XVII, p. 28 *Há pelo menos igual talento em dar realce a um assunto vazio de sentido quanto em defender outro de peso*. Sugiro aqui um forte conteúdo de *isosthenéia*. Cf. LIII, XIII, p. 364 *A atenção que de há muito aplico em analisar-me, habilita-me a julgar com algum discernimento*. Pouilloux, Jean-Yves. *Lironie Du Sort*. In *Montaigne et L'Histoire*. Textes réunis par Claude-Gilbert Dubois. Paris: Editions Klincksieck, 1988. p. 91-101 A perspectiva do trabalho é historiográfica e introduz alguns dos temas que provocam as elaborações de nosso interesse. *Montaigne va s'efforcer, en dépit de tout, en dépit de l'acharnement du sort (de la peste, de l'anarchie civile, de la confusion politique et religieuse) d'interroger l'énigme de l'histoire qu'il vit*. (p. 92)

<sup>136</sup> Cf. LII, XII, p. 466 *E quem não entende de si, de que há de entender? [...] Não pode ser a medida de tudo já que não conhece a própria medida*. Cf. LIII, XIII, p. 364 [...] *E quando me esforço, poucas coisas me escapam das que se verificam ao redor de mim e possam auxiliarme nessa tarefa: fisionomias, raciocínios, tendências. Tudo estudo: o que convém evitar e o que cumpre imitar*. Cf. LIII, IX, 301 *Gosto de andar dando cabriolas, à maneira dos poetas, que é ligeira, alada, demoníaca, como diz Platão*.

<sup>137</sup> Cf. LII, XII, p. 422

<sup>138</sup> Cf. Moreau, 1987 *As próprias perturbações e desordens preparam uma sociedade em que as verdadeiras paixões religiosas e as convicções políticas se dissipam em uma elegante corrupção*. (p. 13). Também em LI, XXIII, p. 128 [...] *uma inovação que acaba por se impor pela violência* [...]



está ao lado do partido católico<sup>139</sup>. Se percebermos que na ocasião o lado católico é apresentado como uma das partes nas fantasias em disputa, como consequência, nós temos que ele está momentaneamente fora, pelo menos, da vertente de Pirro de Élis.

A flexão de Montaigne verte a matéria cética ora por uma alça, ora por outra, por si ou para si. Ele antecipa a confissão de ignorância num contexto menos definido de disputa e, então, vejamos nisso uma última passagem dessa definição do que chamo de ceticismo de aplicação.

Imagine-se uma contínua confissão de ignorância, um juízo sempre indeciso acerca de todos os assuntos, e ter-se-á a escola de Pirro. Se tento descrever como me é possível esse estado de espírito, é porque muitos não o percebem e mesmo os que escrevem a respeito fizeram-no com obscuridade, de diversas maneiras<sup>140</sup>.

## Conhecimento

Essa posição de radical aplicação cética produz um relacionamento igualmente antipático com o que seja o conhecer, tal como enfaticamente apresentado pela ciência e filosofia dogmáticas observadas por Montaigne. O aparelho cético está posto na obra de Montaigne num concentrado extraordinário contra a razão e os seus hipotéticos operadores primaciais. No entanto, uma pausa para a perspectiva de Villey pode ajudar na montagem de uma reflexão um pouco mais calma.

Villey, um dos intérpretes de viés *fasista* ou *etapista* da obra de Montaigne, vê o ceticismo como mais uma das múltiplas influências do gascão em direção a um eterno auto-retrato, a pintura de si. E segundo essa perspectiva, Montaigne foi se desenhando e, durante esse percurso, teria empregado autores à medida que os lia, do mesmo modo com Sexto Empírico.<sup>141</sup> Num parco resumo aqui da

<sup>139</sup> Cf. LII, XIX, p. 51 *É freqüente vermos as boas intenções, quando mal orientadas, provocarem os piores resultados. Nesse conflito que leva a França à guerra civil, o melhor partido, o mais justo, é sem dúvida o que tem como objetivo a manutenção da religião e do governo que existiam antes da perturbação da ordem.* Ressalvados os exageros de conduta católica inclusive. (grifo nosso) Ver também: Burke, Peter. *Montaigne*. São Paulo, Edições Loyola, 2006. Trad. Jaimir Conte. (Col. Mestres do Pensar). 116 p. *Montaigne não simpatizava com o protestantismo [...]* (p. 42)

<sup>140</sup> Cf. LII, XII, p. 423

<sup>141</sup> Villey, Pierre. *Os Ensaios de Montaigne*, in M. de Montaigne, *Ensaio*, Brasília/São Paulo, Ed UnB/Hucitec, 1987, vol. 2. Trad. Sérgio Milliet. 1-78 p. *Como acreditar que Sexto Empírico*

obra de Villey, podemos dizer que ele observa Montaigne por meio de uma audaciosa cronologia: um período estóico, uma crise cética e a conclusão do auto-retrato.

Podemos oferecer a essa tentativa, bem como a intentos correlatos de disposição linear, algo que concorra a submeter boas narrativas sem fundo cético. Para o gascão, qualquer espírito engenhoso é capaz de extrair de frases simples um conteúdo disparatado do sentido original. A passagem é pródiga pelo menos em convicção.

[...] (a) cada qual traz em si a causa das aparências. [...] (b) De quantas falsidades ou mentiras uma frase clara, pura e perfeita quanto possível, não é ponto de partida! [...] (c) Há tantas maneiras de interpretar, que é difícil, qualquer que seja o assunto, um espírito engenhoso não descobrir o que lhe convenha<sup>142</sup>.

(d) Vede como estudam e aprofundam Platão, cada qual se vangloriando de o ter a seu lado e interpretando a seu modo. Passeiam-no por todas as opiniões do século e obrigam-no a tomar partido. Forçam-no mesmo à contradição segundo as idéias em voga. [...] (e) Os pirrônicos teriam dito não saberem se [o mel] é doce ou amargo, se não é doce nem amargo, ou se é doce e amargo, pois chegam sempre à conclusão de que o ponto litigioso se presta a dúvida<sup>143</sup>.

Há um gosto inequívoco aproximado muito periféricamente de uma adesão as correntes da filosofia e ciência no fragmento como também noutros momentos dos Ensaio<sup>144</sup>. Não obstante, Villey observa pela margem de Montaigne, parece tratar como diminuto o descaso e obstrução quase generalizada dos movimentos da razão filosófica e científica. Uma questão pode introduzir o desacordo com essa posição: por que então ele seguiria os Ensaio de acordo com uma razão desarrazoada? A marcação dos Ensaio em tempos, épocas onde ele estaria mais ou menos afeito a um ou outro pensador que estivesse lendo, se rebateria, nessa perspectiva, dentro dos Ensaio. Entretanto, o andar montaigniano é muito afeito a *cabriolas*<sup>145</sup>.

---

*conduzirá, ele também, Montaigne à pintura de seu Eu? Plutarco trata de assuntos familiares, mas um filósofo apegado ao mais abstrato dos problemas filosóficos, o problema do conhecimento? Sexto parece dar as costas à direção que Montaigne segue.* (p. 31) Villey, Pierre. *Les Essais de Montaigne*. Paris: Librairie Nizet, 1992 (189p)

<sup>142</sup> Cf. LII, XII, p. 490

<sup>143</sup> Cf. LII, XII, p. 491

<sup>144</sup> Cf. LII, XVIII, p. 49; Também em LI, XX, p. 92

<sup>145</sup> Cf. LI, X, p. 58-59 *O acaso é meu senhor: a oportunidade, a companhia, o próprio fogo das minhas palavras atuam sobre o meu espírito que produz então muito mais do que quando com ele me isolo, o consulto e o obrigo a trabalhar.*

Na anotação proposta, temos, pelo menos, uma forte amostra da aversão a razão científica e filosófica dogmática. Estão presentes, ao menos diretamente, a idiosincrasia, indeterminação causal, hipóteses, e uma forte alusão de simpatia aos enunciados de preenchimento pirrônico. Essa proposta externalista não é unânime e a corajosa tentativa de Villey não goza de sucesso, por exemplo, na interpretação de Hartle e Schaefer<sup>146</sup>. Sobre o registro temporal, a resposta de Schaefer, que procura uma clara postura política de Montaigne nos Ensaio, traz mais concordância com as cabriolas montaignianas. Ante a sugestão dos tempos estóicos da obra de Montaigne, o início do desmonte acontece da seguinte maneira nas grevas de Schaefer:

It is not difficult to find a multitude of instances where the text of the Essays contradicts Villey's interpretation. On the one hand, many of the chapters that Villey assigns to Montaigne's early period contain thoughts he attributes to the 'late' Montaigne<sup>147</sup>.

A interpretação de Villey parece desprezar a endêmica componente cética na observação dos fenômenos do sujeito analisados por Montaigne<sup>148</sup>. A posição de Montaigne com relação à ciência e filosofia dogmática é obstruída se o colocamos a sofrer passivamente a influência coordenada e linear de Plutarco ou Sêneca com efeitos nos Ensaio<sup>149</sup>. A montagem do conhecimento em Montaigne passa pela tentativa de observar fenômenos internos e só então

<sup>146</sup> Hartle, Ann. *Michel de Montaigne: Accidental Philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. *Villey's thesis may capture something of the changing tone of the three books [período estóico, crise cética e auto retrato], but it cannot stand as an accurate account of Montaigne's thought, even if one believes him to be simply a philosophical follower, for he quotes dozens of philosophers with apparent approval throughout all three books.* (p. 11) Schaefer, David Lewis. *The Political Philosophy of Montaigne*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990.

<sup>147</sup> Cf. Schaefer, 1990 (p. 26)

<sup>148</sup> Cf. LI, III, p. 39 *Nunca estamos em nós; estamos sempre além. [...] é necessário adquirir antes de mais nada o conhecimento de si próprio e daquilo a que está apto.* Ver também a figuração do eu, em: Marin, Louis. *L'écriture de soi*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999 (p. 113-125)

<sup>149</sup> Cf. LII, XII, p. 457 *Não querem pronunciar-se francamente acerca da ignorância e da fragilidade da razão humana para não fazer medo às crianças, mas as revelam suficientemente sob a aparência de sua ciência confusa e contraditória.* Cf. LII, XII, p. 457 *Direi o mesmo da filosofia. Tem tantas formas diferentes e tanto falou, que abarcou todos os nossos sonhos e devaneios. A fantasia humana nada mais pode conceber que não se depare nela: 'nada se dirá, por mais absurdo, que não tenha sido dito por algum filósofo'.* (o fragmento em aspas é de Cícero). *Isso me proporciona maior liberdade ainda para divagar publicamente, tanto mais quanto, embora emanando de mim só, e sem que ninguém mos tenha sugerido, meus propósitos terão sempre alguma relação com outros já mantidos e não faltará quem diga um dia: eis de onde os tirou.* Ainda em LII, X, p. 349

externos. As experiências generalizadas dos sujeitos e a sua própria confecção de conhecimento são determinantes para tomada de decisão na vida ordinária, pois é o que importa para uma vida sem a perturbação promovida pelas especulações sobre a verdadeira natureza das coisas<sup>150</sup>.

Fenômenos internos e externos podem ser relidos numa matriz cética, apresentados como uma plataforma da qual poderemos traduzir o conhecimento de corte dogmático pelo seu entendimento como mera opinião. A natureza e o acaso assumem papel determinante na perspectiva montaigniana. O conhecimento de percurso dogmático é mais uma das asserções justificadas com o mesmo peso das asserções injustificadas. As primeiras estão baseadas em hipóteses que são passíveis de assertivas radicalmente antagônicas se erguidas pelo mesmo caminho cognitivo, assim especialmente as que almejam o estatuto de regras gerais. Finalmente, para Montaigne, a certeza absoluta, a fantasia e a insegurança andam juntas. Assim sendo, acredito que depois dos excertos podemos seguir sem o empréstimo de Villey.

Minhas idéias são o que as fez a natureza. Para formá-las procurei não seguir nenhuma regra; [...] A que doutrina se ligam? Só o soube depois de as expor e julgar do resultado: pertenço a uma nova espécie, sou um filósofo que se tornou filósofo por acaso e sem premeditação<sup>151</sup>.

Aos que, para combater, se apóiam em hipóteses, cumpre opor como axioma as teses contrárias àquelas acerca das quais se discute. Todas as que o homem é capaz de imaginar podem emitir-se; têm todas igual autoridade, se entre elas a razão não estabelece uma diferença. É preciso, pois, compará-las; e antes de tudo as que se apresentam como regras gerais e pesam mais. Querer chegar a uma certeza absoluta é, até certo ponto, prova de loucura e de extrema insegurança<sup>152</sup>.

Tentativas de forjar algum mapa das operações daquilo que pensa Montaigne com respeito a algum tipo de produto dogmático devem obedecer ao mínimo de observância com relação à vertente freqüentada por Pirro<sup>153</sup>. A formação das idéias para Montaigne tem como ponto de partida um fundamento possível

<sup>150</sup> Cf. LIII, XII, p. 334 *Não precisamos de muita ciência para vivermos satisfeitos.*

<sup>151</sup> Cf. LII, XII, p. 453

<sup>152</sup> Cf. LII, XII, p. 457

<sup>153</sup> Cf. Hartle, 2003 *O trabalho marca três aspectos que conduzem ao tom cético dos Ensaios: o elogio da diversidade de opiniões, o senso comum cético e moderação com relação a idéias diferentes e, finalmente, a reiterada fala elogiosa ao ceticismo.* (p. 13)

em pelo menos três fontes, todas essas sob ordenação pouco nítida: a operação dos sentidos, a operação da razão e a interferência da paixão<sup>154</sup>.

A soma da aplicação dos sentidos e das operações da razão sofrerá a interferência contínua de uns cem números de afecções definidas como paixão<sup>155</sup>. Essa notação será capaz de produzir, no ponto de chegada, uma infinita quantidade de idéias dessemelhantes. A conclusão é pelo menos diafônica, o que sobra para o conhecimento de matriz dogmática é resultado de profecia e das adivinhações<sup>156</sup>.

No lugar do conhecimento erguido sob hipóteses, premissas, petições de princípio e o convite a autoridades de outros autores, ele promoverá um julgamento livre e permanente<sup>157</sup>. A razão e os sentidos são as principais motivações para uma postura experimental, tal como preconizada por Montaigne. Uma das explicações não poderia ser menos cética: a razão não se abate diretamente sobre as coisas, ela é guiada pelos sentidos e estes, apenas operam pelos objetos que conseguem captar<sup>158</sup>.

Assim tem-se que os objetos se apresentam aos sentidos, aos que os homens possuem, e da recepção se dirigem então a razão, esta que finalmente, quando vai comunicá-los, o faz pelos sentidos. O processo racional de interpretação do mundo exterior começa e termina pelos sentidos. O homem está condicionado

---

<sup>154</sup> Cf. LII, XII, p. 475

<sup>155</sup> Sugiro aqui simplesmente a operação orgânica das faculdades sensitivas do indivíduo. Essas faculdades são aqui observadas por Montaigne, conforme sugerimos, segundo os tropos do sujeito e objeto do material de Enesidemo. E sobre a razão, sugiro os seguintes fragmentos: Cf. LII, XII, p. 472-473 Razão: (1) *aparência de juízo que cada um forja em si mesmo* (2) *e que a respeito de um mesmo assunto pode levar a cem apreciações diversas e contraditórias*, (3) *instrumento feito de chumbo e cera, que se estica e dobra* (4) *e se ajeita a todas as circunstâncias, a todos os compromissos*, (5) *e que um pouco de habilidade basta para levar a amoldar-se a quaisquer moldes*. Ainda em LI, XXIII, p. 118 [...] *A razão humana é um amálgama confuso em que todas as opiniões e todos os costumes, qualquer que seja a sua natureza, encontram igualmente lugar. Infinita em sua matéria, infinita na variedade de formas que assume*. (os grifos são nossos)

<sup>156</sup> Cf. LII, XII, p. 475

<sup>157</sup> Quesnel, François. *Montaigne*. Publicado na web, Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2004. (p. 3-6) Disponível em <[www.seop.leeds.ac.uk/montaigne/](http://www.seop.leeds.ac.uk/montaigne/)> Acessado em 10/2006.

<sup>158</sup> Por ordem de entrada, sugiro os seguintes fragmentos: Cf. LII, XII, p. 491 *Esta dissertação induziu-me a considerar os sentidos a grande causa e a prova, a um só tempo, de nossa ignorância*. Cf. LII, XII, p. 491-492 *São a via pelas quais a evidência penetra no santuário do espírito humano*. Cf. LII, XII, p. 492 *Não me parece seja o homem provido de todos os que existem na natureza*.

a essas limitações, não chegará à essência ou a verdade sobre o que quer que seja, pois os objetos se apresentam sempre sobre disposições enviesadas ou estranhas ao seu equipamento perceptual<sup>159</sup>.

O exercício de buscar a verdade absoluta será apresentado como uma atividade de prestidigitação, onde o formato terá mais a dizer do que o conteúdo<sup>160</sup>. A experiência do sujeito lhe basta, já que a verdade e o conhecimento não se abatem igualmente sobre todos os indivíduos com mesma forma e conteúdo, cada qual o receberá de um modo único<sup>161</sup>. Dessa maneira, com um conhecimento da verdade se abatendo com uma grande diversidade de formas, o que se produz é uma verdade atenuada e idiossincrática<sup>162</sup>.

Dessa posição podemos refinar algumas conexões, das quais, convém destacar, pelo menos rudimentarmente antecipadas: a substituição da verdade e do conhecimento pela opinião, o pensamento livre no lugar da busca de universais. Pelo menos mais um pequeno excerto dos Ensaios pode tornar menos inóspito o que pensa Montaigne do homem em geral e também daquilo que constitui a porta de saída do seu labirinto cético para os propósitos desse rápido ensaio no que diz respeito à reflexão.

Parece-me que a origem dos maiores erros de nosso julgamento, tanto do indivíduo como da massa, e o que nos mantém vivos, é a opinião demasiado favorável que o homem tem de si. Esses sujeitos que cavalgam a órbita de Mercúrio e vêem tão claramente o que ocorre no céu, fazem-me dar de ombros<sup>163</sup>.

<sup>159</sup> Cf. LII, XX, p. 54 *A fraqueza de nossa condição faz que não possamos apreciar as coisas em sua simplicidade e pureza naturais [...]*

<sup>160</sup> Cf. LIII, VI, p. 228 *É fácil verificar que os grandes autores, ao tratar das causas de tais ou quais fatos, não se referem apenas às que acreditam serem verdadeiras, mas também às que não imaginam justas, conquanto comportem alguma beleza e invenção. Dir-se-ia que pensam expressar-se de maneira útil e certa desde que expresse com talento. Não podendo estar seguros da causa principal, enumeram umas tantas outras, na esperança de que se encontre por acaso entre elas [...]*

<sup>161</sup> Sugiro as seguintes páginas e fragmentos: Cf. LIII, XII, p. 332, 333, 334 e 338. Cf. LIII, XIII, p. 354, 355 (*O que encontramos nas coisas mais semelhantes é a diversidade, a variedade*), 362

<sup>162</sup> Cf. LIII, XIII, p. 356 *Sabemos por experiência que a pluralidade de interpretações dissipa e desagrega a verdade.*

<sup>163</sup> Cf. LII, XVII, p. 25

Da passagem temos uma origem desordenada e difusa produzindo um efeito benéfico para o agregado humano. A arrogância da razão humana produzindo algo fora do seu controle, o efeito não tem nada haver com a causa, a manutenção do ordenamento e a preservação da massa dependendo ainda da intervenção do julgamento. O que Montaigne antecipa indiretamente na passagem é a motivação particular desejando vaidosamente interferir no agregado, em outros termos, a ingerência humana sobre a melhor maneira de se promover a organização social e religiosa.

### **Religião**

A opinião e o pensamento livre operam sobre um referencial claro no pensamento de Montaigne, eles estão represados na experiência aceita pela sociedade. A opinião coletiva sobre as referências sociais serão o guia privilegiado das ações de modo que um produto intelectual, seja ele originário da opinião do vulgo ou na do filósofo, não sobrepõe outro. Por opinião coletiva podemos ler o estatuto do hábito e da tradição, o efetivo uso, aquilo que está em curso entre as práticas sociais são o invólucro, o amálgama da sociedade. Aquilo que a sociedade compreende habitualmente como aceito para as práticas diárias são o guia seguro e isento ante as perturbações vaidosas e precipitadas dos dogmáticos.

A ontologia montaigniana pode ser lida numa perspectiva agostiniana, tal como lembrado por Friedrich, disso a uma antropologia escrita pelo ensaísta que põe o homem rebaixado, sobretudo num momento onde é este mesmo homem e sua vaidade que inflamam e colaboram para a partição do agregado humano<sup>164</sup>. Vista pelo momento de crise e disputa de dois partidos religiosos de plataformas pouco distintas, aquilo que o uso corrente consagrou, na visão do perigordiano, é o insólito critério capaz de resolver ou aplacar a ambição vaidosa da verdade preconizada pelos reformadores<sup>165</sup>.

---

<sup>164</sup> Agostinho, Santo. *Confissões*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 2004 (p. 263) *Há, porém, coisas no homem que nem sequer o espírito que nele habita conhece. Mas Vós, Senhor, que o criastes, sabeis todas as suas coisas.* Cf. Friedrich, 1968 (p. 120)

<sup>165</sup> Birchal, Telma de Souza. *Fé, Razão e Crença na Apologia de Raymond Sebon? Somos cristãos como somos perigordianos ou alemães?* *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 111, 2005, p. 44-54 (p. 48)

Dessa posição de Montaigne emerge então uma refletida e ostensiva adesão pela religião e partido católico, face ao absurdo humano trazido pela razão, dessa vez erguida com pretensão de reformar aquilo que é evidente pelo seu termo rival<sup>166</sup>. O predomínio dessa razão que deseja transformar, em termos concretos, claramente leva ao estado de doença daquilo que é um corpo concreto e de vida sadia se guiado pelo hábito. O que Montaigne observa no homem constitui um corpo frágil e débil, operado pela razão pesquisadora inclinada a ficções e quimeras protagonistas de efeitos devastadores, pois desejar definir e abarcar o que é e deve ser seguido pela massa traz sim a capacidade de uma ampla e irrestrita perturbação<sup>167</sup>. Dito de outra maneira, aquilo que é informe, desejando reconformar algo já conformado e consagrado pela sociedade, ou ainda, o desordenamento esperando aplicar o seu inverso, o ordenamento social. Defronte a isso cabem pelo menos duas perguntas percussivas.

Poremos fim algum dia a essa mania de interpretar? Teremos feito algum progresso no caminho da tranquilidade?<sup>168</sup>

O experimento humano pode caminhar sem a submissão a uma experiência ontológica meramente privada, dessa maneira, ouvir a experiência em curso na comunidade, aquela condição estatuída e que preserva o corpo público, é primordialmente o que deve pautar uma vida sem perturbações de efeitos tão incontroláveis<sup>169</sup>. A insistência na revelação da verdade por meio de um intérprete operado pela razão quimérica, a declarar os reais desejos divinos, é algo pelo menos bizarro para uma natureza humana tão corrompida. Pois uma discussão binária e idiossincrática sobre aquilo que é aceito no público, é, ao menos, uma discussão de fundo racional<sup>170</sup>.

<sup>166</sup> Cf. Birchal, 2005 *A aceitação da autoridade da Igreja funda-se, de forma mais geral, numa reflexão sobre os poderes da razão e de seus limites, o que se revela claramente no título de um de seus capítulos: 'É loucura condicionar ao nosso discernimento o verdadeiro e o falso'*. (p. 51) Cf. Birchal, 2005 *Submeter os dogmas da religião ao crivo da razão significaria uma ignorância maior: a ignorância de si mesmo, ou dos limites da razão*. (p. 52)

<sup>167</sup> Cf. LIII, XI, p. 331 *Todos esses exemplos confirmam o que disse a princípio; que a procura da causa se antecipa por vezes em nós à constatação do resultado e isso vai tão longe que chegamos a julgar não o que existe, mas o que não existe*. (grifo nosso) Eva, Luis. A. *Sobre as Afinidades Eletivas Entre a Filosofia de Francis Bacon e o Ceticismo*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 113, Jun/2006, p. 73-97 (p. 85)

<sup>168</sup> Cf. LIII, XIII, p. 356

<sup>169</sup> Cf. LIII, XIII, p. 362

<sup>170</sup> Cf. Popkin, 1996 (p. 2)



O ponto impõe uma rápida pausa. O tópico colocado por Montaigne, hoje, pode incitar pelo menos uma fúria anacrônica, contudo, convém sublinhar, uma posição de moderação e adesão aos costumes, em quase nada lembram as posturas e identidades políticas dicotômicas em curso. A conservação no seu trabalho se coloca para a manutenção da vida, o que ele preconiza são os particulares, a adesão e respeito ao conteúdo da religião consagrada por uma comunidade<sup>171</sup>. Tal preconização poderia ventilar, em tese, algo contemporâneo como um princípio de autodeterminação dos povos<sup>172</sup>. Decisões intelectuais sobre a verdadeira relação com Deus rendem-se a dogmatismos de efeitos humanos deletérios na religião, na sociedade e na política<sup>173</sup>. Assim, a conservação do agregado se dá pela moderação como critério adequado a manutenção do uso ante a verdade ou essência universal teológica, filosófica ou científica<sup>174</sup>. Isso, se temos em vista que a precipitação dogmática se manifesta, ao tempo montaigniano, pela eliminação prática e casuística, pois é idiossincrática, do seu adversário<sup>175</sup>. Voltemos ao ponto.

Tal discussão só pode ser cativa de mau gosto e extravagâncias, o que justifica pelo menos a concentração nos seus próprios ensaios. Contudo, a capacidade de refletir, dada pela natureza, o impele a um senso de identidade social e política, assim, os próprios Ensaios podem contribuir para aplacar a nutrição da arrogância<sup>176</sup>.

<sup>171</sup> Cf. LIII, I, p. 147 *Minha palavra e a confiança que possa inspirar pertencem, como tudo o que há em mim, à minha comunidade.*

<sup>172</sup> Cf. LIII, IX, p. 294 *Envergonho-me com ver meus compatriotas hostilizarem e criticarem os costumes contrários aos seus; parece-lhes estar fora de seu elemento, mal saem de sua aldeia.* Ainda em: LI, XXIII, p. 122 *Os povos, afeitos à liberdade e a se governarem por si mesmos, encaram qualquer outra forma de governo como monstruosa e contrária à natureza.*

<sup>173</sup> Decisões mobilizadas pelos intelectuais na política tais como desenhados por Tocqueville séculos depois de Montaigne. Tocqueville, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo, UnB/Ucitec, 1989. 3 ed. (p. 143)

<sup>174</sup> Cf. LIII, I, p. 144, 145 *(Nada impede que inimigos leais se conduzam de maneira sensata. Tratemos com igual moderação, senão com idêntica afeição – pois esta pode realmente variar – e não nos dediquemos a ninguém a ponto de lhe dar o direito de tudo exigir de nós.),* 152 e 153 *(... atentemos para exemplos mais humanos).*

<sup>175</sup> Cf. LIII, IX, p. 282 *Mil vezes vi-me recolhido em minha residência a imaginar que, naquela noite mesmo, seria vítima de alguma traição e trucidado; e pedia ao destino que isso acontecesse sem delongas inúteis e sem que eu me sentisse amedrontado.*

<sup>176</sup> Cf. LII, XVIII, p. 47

A fim de forçar nossa imaginação a pôr ordem no próprio devaneio e conduzi-la na direção de dados objetos, impedindo-a de se perder em extravagâncias, nada melhor do que desenvolver as idéias ocasionais. É o que faz que dê atenção às minhas, pois impus a mim mesmo consigná-las em meus escritos<sup>177</sup>.

Apresentada uma de suas motivações para a confecção dos Ensaios é imperativo narrar como a reflexão de Montaigne se posta analiticamente diante da querela religiosa levantada. Se pensarmos a partir de pelo menos um pressuposto, no qual temos que há uma controvérsia em curso, disso se imporá que deve haver uma solução. A sugestão forte de Montaigne é uma solução pela moderação, a calma e, preferencialmente, que se acomodem a diversidade de *opiniões*, ou noutra chave, a diversidade de crenças justificadas. A solução é pela vertente de Pirro.

Uma vez que o edifício da razão está erguido sobre um alicerce viciado, os sentidos, de onde se começa e se finda o conhecimento dos objetos exteriores, se temos assim estrutura comprometida, todo o prédio está por desabar<sup>178</sup>. A querela então pede um juiz, alguém que decidirá o objeto em questão. Isso introduz a passagem abaixo pelo menos como cavilosa e empresta ao ceticismo apelidos como o de *máquina de guerra*<sup>179</sup>.

Dizemos que quando se trata de controvérsias religiosas seria necessário um juiz neutro, isento de preconceito ou preferência, o que não se encontra entre os cristãos. [...] Fora preciso alguém que nunca tivesse estado em nenhum desses casos para que se pronunciasse sem prevenção por uma ou outra das diversas opiniões em presença. Ora, um juiz desse tipo não existe<sup>180</sup>.

Da passagem podemos perceber pelo menos uma posição contra o próprio campo em disputa, já que entre os cristãos não há sequer um indivíduo equipado e isento de preconceito e preferência. Os dois lados são tragados pela análise montaigniana, ele pega com a mesma bateia os reformadores e contra reformadores<sup>181</sup>. Mais do que isso, a passagem, entre tantas de igual obscuridade, apresenta como conclusão evidente pelo menos uma questão:

<sup>177</sup> Cf. LII, XVIII, p. 49 (o grifo é nosso)

<sup>178</sup> Cf. LII, XII, p. 501

<sup>179</sup> Cf. Popkin, 1996 (p. 26)

<sup>180</sup> Cf. LII, XII, p. 501 (o grifo é nosso)

<sup>181</sup> Cf. LIII, IX, p. 300 *Nessas dissensões que nos perturbam e fizeram da França a presa dos partidos, cada qual (mesmo os melhores) defende sua causa com dissimulação e mentira.*

Montaigne não está ao lado da religião católica? Deixemos a resposta em suspenso e vejamos mais uma pequena passagem de conteúdo suspensivo por meio da regressão ao infinito.

(a) Para aquilatar da aparência das coisas, precisaríamos de um instrumento aferidor; para controlar esse instrumento necessitaríamos de experiências e mais um instrumento para comprová-las. (b) Se os sentidos não podem decidir serem imperfeitos, é preciso que a razão decida. Mas nenhuma razão se aceitaria sem que outra lhe demonstrasse a validade; e eis-nos de volta ao ponto de partida<sup>182</sup>.

Os dois pontos destacados prestam-se ao mesmo efeito, qual seja o de conduzir a *isosthenéia*. A invenção de uma máquina de decisão isenta de defeitos humanos, para assentar sobre impasses humanos haveria de ser aplicada por eles, o que comprometeria o uso e o resultado do equipamento, desse modo pendendo para um dos lados. Como alternativa, o recurso a uma razão humana traria consigo o problema da demonstração suscetível de ser ou não aceita por uma outra razão. Essa razão, se humana, não se encontra dentro ou fora do universo cristão, já que não existe um juiz sem prevenção.

Como resposta a pergunta levantada anteriormente, temos que a resposta é preliminarmente sim<sup>183</sup>. Ainda que todo material bélico aponte para católicos e huguenotes, o recurso a suspensão do juízo, via equípolência, para ambos os lados deseja a promoção da moderação. A virulência cética está postada contra o despautério humano, a anomalia, a intolerância exibida pela guerra civil<sup>184</sup>. O aparelho cético foi empregado por ambos os lados em disputa, o que gera então uma aquecida dúvida se de fato ele é um católico<sup>185</sup>. Podemos concordar que em sendo, ele é de fundo racional, pois é depois de um longo percurso da reflexão que ele conclui pelo catolicismo.<sup>186</sup>

<sup>182</sup> Cf. LII, XII, p. 501. (o grifo é nosso)

<sup>183</sup> É o que pensa também Weiler. Weiler, Maurice. *Para Conhecer o Pensamento de Montaigne*, in. M. de Montaigne, *Ensaíos*, Brasília/São Paulo, Ed. UnB/Hucitec, 1987, vol. 3. Trad. Sérgio Milliet. 1-132 p. [...] *não é necessário acreditar que tenha mentido quando se disse bom católico. Sem dúvida imaginava sê-lo.* (p. 55); Também Cf. LIII, X, p. 313 *Nas agitações que perturbam atualmente o país, meus interesses não me fazem desprezar as qualidades louváveis de meus adversários nem ignorar os defeitos de meus correligionários.*

<sup>184</sup> Cf. Skinner, 1996 (p. 552-555)

<sup>185</sup> Cf. LIII, I, p. 144 [...] *pois entendo não ser escravo senão da razão, e ainda assim mal o consigo.*

<sup>186</sup> Cf. Weiler, 1987 (p. 55)

Resultam dessa perspectiva de Montaigne as considerações sobre o fideísmo cético<sup>187</sup>. Como a religião e a fé pertencem a domínios distintos, ao céu e a terra, a discussão racional pode passar ao largo de considerações sobre a revelação. É o domínio racional o vetor que opera a doença do século de Montaigne, ou pelo menos uma fé fraca e humana, quem deflagra a guerra civil, sendo assim, ambos os lados podem perfeitamente ser atacados<sup>188</sup>. O emprego do pirronismo serve como elemento capaz de arrefecer, curar a patologia do século, ele constitui o antídoto contra a depauperação do agregado<sup>189</sup>. Noutra ponta, isso não impede que Montaigne conserve sua fé e sua devoção a religião conforme a liberdade que a sua comunidade lhe dá<sup>190</sup>.

A manutenção da defesa do catolicismo e da conservação tem preocupação diretamente associada à pretensão corretora e conversora presentes na letra reformadora *que impele e agita*<sup>191</sup>. Os efeitos imediatos dessa disputa fazem Montaigne se perder para levar alguém à perdição, portanto, ele sai do seu caminho habitual, para entrar no berço da disputa.

Quanto ao método de discussão que venho empregando, cumpre só recorrer a ele em última instância; é em caso de desespero que largamos nossas próprias armas para usar as do adversário; é golpe secreto que cabe utilizar raramente e com discrição<sup>192</sup>.

Com a passagem podemos afirmar com mais segurança que a preocupação de Montaigne não se reduz a um auto-retrato. Há uma preocupação fina com a filosofia e os seus vínculos com a vida em curso. A observação internalista por um lado é perceber a limitação de si, por outro, compreender o meio. Montaigne não faz que fale a loucura como teóloga ou intelectual tal como Erasmo<sup>193</sup>. Mas promove a comunicação de uma razão limitada, incrustado

<sup>187</sup> Cf. Popkin, 2000. Também em Brahami. Brahami, Frédéric. *Le scepticisme de Montaigne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997 (p. 29-33, 73-79)

<sup>188</sup> Cf. LII, XXIX, p. 80. Cf. LIII, X, p. 313 [...] *uma obra não perde seus méritos só porque foi escrita contra mim. Salvo quanto à razão essencial do debate (pois sou e continuarei católico), mantenho-me equânime e indiferente: fora das exigências da guerra, não desejo nenhum mal a meus inimigos*.

<sup>189</sup> Cf. LII, XXVII, p. 70 *Nossa conduta atual leva-nos a buscar a morte de quem ofendemos da mesma forma que buscamos a de quem nos ofende*.

<sup>190</sup> Cf. LII, XVII, p. 41

<sup>191</sup> Cf. LII, XXIX, p. 77

<sup>192</sup> Cf. LII, XII, p. 466

<sup>193</sup> Rotterdam, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2000 (p. 66-67)

pelo ceticismo, ou por um pirronismo católico, como aventa Popkin, capaz de um amplo relacionamento intelectual com o tema da política e religião.

## Aplicação

[...] pois não dou nenhuma garantia do que digo, a não ser a de que o tinha na cabeça, embora confusamente, ao escrever<sup>194</sup>.

Apresentado como cético, perfilando o seu relacionamento com o conhecimento e a religião, cabe aqui ainda uma breve nota de aplicação do pensamento de Montaigne. Ele pode nos conduzir para várias direções em suas reflexões, o que faz dele, não raro, um pensador cortejável<sup>195</sup>. O trabalho de Friedrich nesse aspecto é angular ao explorar a inteligência de Montaigne<sup>196</sup>. No entanto, nos interessa destacar nesse ponto, um emprego livre da reflexão sobre si, onde introduz o que pensa por inteiro ou pelo menos em parte de maneira capciosa.

Antecipamos a sua disposição por um andar simpático a saltos e desvios<sup>197</sup>. Exploremos um pouco mais disso que aparece. A decisão de escrever pode ter diversas origens, contudo, uma pergunta pode nos ajudar: por que ensaiar-se? Se filosofar é conhecer-se, o que temos é parte da resposta. Em seguida, o encontro com a tradição filosófica antiga e uma disposição original faz que comece então alguma metodologia<sup>198</sup>. Façamos apenas uma rápida pausa para uma comparação que pode aproximar Montaigne de outra fonte que não apenas Sexto:

1. Sofro com meus concidadãos da mesma carência no que se refere a esse assunto, e me censuro a mim mesmo por não saber absolutamente nada sobre a virtude. E, quem não sabe o que uma coisa é, como poderia saber que tipo de coisa ela é?<sup>199</sup>

2. [...] Como saber se uma coisa se assemelha a outra cuja essência desconhecemos?<sup>200</sup>

<sup>194</sup> Cf. LIII, XI, p. 331

<sup>195</sup> Villey investiga se o perigordiano influenciou Bacon. Villey, Pierre. *Montaigne et Fraçois Bacon*. Geneve: Slatkine, 1973 (109p)

<sup>196</sup> Cf. Friedrich, 1968 (p. 317-339)

<sup>197</sup> Cf. LII, X, p. 349 (*Só o acaso guia meus passos na escolha de meus assuntos*), 350

<sup>198</sup> Cf. LII, X, p. 350 *Quase não leio livros novos; prefiro os antigos que me parecem mais sérios e bem feitos;*

<sup>199</sup> Platão. *Menon*. Rio de Janeiro, Editora PUC/Rio e Loyola, 2001 (p. 21) (o grifo é nosso)

<sup>200</sup> Cf. LII, XII, p. 470 (o grifo é nosso)

2.1 Mas como podem a alma e os sentidos assegurar-se da exatidão da semelhança?<sup>201</sup>

Platão é uma das fontes reiteradamente citadas no seu trabalho<sup>202</sup>. Na passagem acima o grego passa pelo sofrimento da ignorância com rebatimento sobre seus concidadãos, o que parece, o estimula a conhecer a virtude. Não sabe o que seja e, portanto não pode proceder por analogia, ou qualificar o objeto. Na seqüência Montaigne apresenta o mesmo sofrimento de Platão com relação ao conhecer. Dessa forma, podemos aproximar ambos de um desejo em comum: uma busca filosófica da propriedade ou impropriedade das coisas com vistas a sanar a ignorância e sofrimento a começar por si, além da já óbvia possibilidade da suspensão do juízo ou da manutenção da pesquisa<sup>203</sup>.

Decorre então que, se lembrarmos que o tema da ignorância em Montaigne é a plataforma de sua reflexão, tal como antecipamos em Friedrich, e que há um fenômeno concreto que mobiliza parte dos seus Ensaios, temos como corolário que o gascão ensaia para conhecer o que ignora em si e também sob a preocupação com o sofrimento com a sua comunidade<sup>204</sup>.

Se combinarmos então ignorância, a pesquisa de si e uma atitude pela *sképsis*, o ensaio se apresentará para Montaigne como uma metodologia em construção, que, segundo Frame, ele descreve, mas nunca define e que, ao cabo, o seu livro é a própria definição<sup>205</sup>. O ensaio é uma aplicação ostensiva de uma pesquisa inovadora pelo objeto e pelo meio<sup>206</sup>. Para Frame o ponto se expressa da seguinte maneira:

<sup>201</sup> Cf. LII, XII, p. 501 (o grifo é nosso)

<sup>202</sup> Cf. LII, X, p. 353 [As idéias de Platão] *estão isentas de exagero e se acomodam à sociedade tal qual é.* Também em LII, XI, p. 360 *Seu raciocínio era tão perfeito, e tal seu domínio sobre si mesmo, que nunca deve ter nele o menor apetite repreensível.* (os grifos são nossos)

<sup>203</sup> Cf. LII, VI, p. 326 *De que fala Sócrates mais abundantemente que de si próprio? Para que encaminha suas conversações com seus discípulos, senão para as suas pessoas? E nunca uma lição dos livros mas para os movimentos da alma e do ser.* (grifo nosso)

<sup>204</sup> Cf. LIII, IX, p. 271 *Facilmente me consolaria dessa corrupção tendo em conta o interesse geral: [...] mas no que me diz respeito sofro demasiado;* Cf. LIII, I, p. 147 *Minha palavra e a confiança que possa inspirar pertencem, como tudo o que há em mim, à minha comunidade.* (grifo nosso)

<sup>205</sup> Frame, Donald. *Montaigne's Essais: A Study.* New Jersey, Prentice-Hall, 1969.

<sup>206</sup> Cf. LII, VI, p. 327 *Eu me mostro por inteiro [...] Não são apenas meus gestos que descrevo, sou eu mesmo, é a minha essência.*

[...] and that Montaigne seems to have had two main overlapping meanings in mind, related to this subject of self-study, of which the *Essais* were rather the method than the vehicle: tests or trials of his judgment, the instrument of self-study; and probings and samplings of that self<sup>207</sup>.

Montaigne se aplicará na busca do auto conhecer a partir de uma atenção ao juízo, e de sua existência a sua capacidade ou não de se manter uniforme, de se estabelecer ou não alguma constância para tirar dele alguma referência segura ou mesmo a verificação de algum conhecimento, em face da antecedência da ignorância<sup>208</sup>. Para a apresentação dessa aplicação, ou dos seus resultados parciais, prefere não apenas os tropos do ceticismo grego, mas também seu vocabulário capaz de mitigar a certeza.

Eu chego a odiar as coisas verossímeis se me são apresentadas como infalíveis, e prefiro as expressões que atenuam a audácia da proposição, como, por exemplo: ‘talvez, até certo ponto, dizem, penso’, e outras do mesmo gênero<sup>209</sup>.

[Referindo-se aos Pirrônicos] Suas expressões habituais são: ‘não pretendo ter estabelecido’, ‘não há mais razões para que seja assim do que de outro jeito’, ‘não percebo’, ‘as aparências são iguais em um caso como noutro’, ‘não há como falar mais a favor do que contra’, ‘nada parece verdadeiro que não possa ser falso’. Sua palavra sacramental é ‘sustento’, isto é, ‘argumento, mas não vou além e não julgo’. Eis seus estribilhos<sup>210</sup>.

As passagens sugerem pelo menos duas portas de saída por onde se vertem as análises ou as parcelas de resultados da aplicação de Montaigne. Na primeira, sua pesquisa é capaz de dialogar com outros resultados, desde que sejam comunicados com radical arrefecimento das pretensões definitivas, libertas das expressões que estabelecem. Pesquisador obstinado e senhor de um objeto definido, demonstra que domina, claramente, quais são as capacidades e limitações intelectuais, bem como os tipos de percursos

<sup>207</sup> Cf. Frame, 1969 (p. 3) (grifo nosso)

<sup>208</sup> Cf. LII, X, 351 quanto a fraqueza de meu juízo, reconheço-a e a confesso. Cf. LII, X, p. 349 [...] a idéia que desenvolvo [...] é sempre minha. Cf. LII, XII, p. 471 [...] nosso julgamento não tem fundamento sólido. Quantas vezes julgamos diversas vezes as coisas? Quantas vezes mudamos de idéias? O que hoje admito e creio, admito e creio na medida do possível. Também em LII, XII, p. 476 Conhecendo a instabilidade de meu julgamento, reagi e, excepcionalmente, cheguei a uma certa continuidade de opinião, conservando ou menos intatas as que a princípio tivera. Cf. LII, X, p. 348, Quem busca sabedoria, que a busque onde se aloja; não tenho a pretensão de possuí-la. O que aí se encontra é produto de minha fantasia. Ainda em LIII, XI, p. 327 Quem deseja curar-se de sua ignorância precisa confessá-la. [...] e há tanta ciência em conceber essa ignorância como em conceber a própria ciência. (os grifos são nossos)

<sup>209</sup> Cf. LIII, XI, p. 327 (grifo nosso)

<sup>210</sup> Cf. LII, XII, p. 423 (grifo nosso)

cognitivos empregados na pesquisa dogmática. Da mesma maneira como sabe que desenha sim uma metodologia na prática, se pesquisando, e expressa também tolerância condicionada contra os dogmáticos.

Na segunda há uma apreciação não apenas teórica, mas também formalista. Montaigne aparece sensibilizado pela capacidade peculiar de investigar erguida pelos pirrônicos e disso a sua maneira de comunicar. Todas as pesquisas devem ser encaminhadas, o que inclui a pesquisa dogmática, entretanto, há um ponto de encontro, aquilo que há de comum, seu resultado, que pode acontecer pelo menos pela linguagem, aquilo que comunica. Assim, a capacidade da língua é de natureza interacional, ela não expressa a essência, mas os resultados das tentativas sistemáticas. No entanto, em Ehrlich esse tema é recebido da seguinte maneira,

En considérant le langage comme un instrument de communication, Il mettait en lumière son grand pouvoir, mais em démasquant les 'menteurs', en montrant que ces derniers ne présentent pas les choses comme elles sont, mais comme ils veulent les faire paraître, il avilissait la valeur du langage<sup>211</sup>.

Das duas inferências extraídas de Dos Coxos e Apologia podemos então concluir que a aplicação de Montaigne, de sua necessidade e decisão de escrever a pesquisa, tal como em Frame, extrai da vertente de Pirro a ferramenta adequada e a maneira de dispor os resultados<sup>212</sup>. Sua escrita será livre e assistemática, contudo, será circundada pelo referencial sextiano.

Finalmente, em boa hora, da perspectiva provocativa do trabalho de Ehrlich temos que, ao mesmo tempo que ilustra o problema da língua, apresenta um dos elementos sobre os quais o perigordiano irá se debruçar continuamente, que é o seu diagnóstico de mascaramento posto no sujeito de modo geral e, aqui nesse tópico, está contextualizado no sujeito que opera ou pensa operar conhecimento. No entanto, creio que esta breve nota pode dar algumas pistas ou referenciais programáticos para um tipo de entrada aos Ensaios.

---

<sup>211</sup> Ehrlich, Hélène-Hedy. *Montaigne: La Critique et le Langage*. Paris, Editions Klincksieck, 1972. (p. 70) Ver também: Conche, Marcel. *Montaigne et la philosophie*. Paris: PUF, 1996 (sobre a comunicação p. 79-110; e pirronismo e método 27-42)

<sup>212</sup> Cf. Frame, 1969 (p. 17, 22-31)



## Epílogo

A despeito de querer instalar o reingresso do ceticismo no centro dos grandes debates intelectuais apenas no século XVI em França e num autor, tal como bem observado em Popkin e o embaraço religioso, fazemos peso arbitrário na recepção de seu aparelho na obra de Michel de Montaigne. Dessa recepção de Montaigne, se o trabalho obteve êxito, pintamos de ceticismo as cores vivas do filósofo perigordiano. Posta a recepção, imaginamos então que a pesquisa levada a cabo por Michel de Montaigne se prende primordialmente para ele próprio e só então para o ambiente.

A observação da obra do gascão é pensada então a partir da investigação do sujeito, de modo que a interpretação de tipo contextual nos serve apenas para fins indiretos. Assim, as narrativas factuais propostas na obra de Montaigne são, para propósitos analíticos, observadas para demonstrar que tipo de uso da pesquisa de si ele leva a efeito. Ao mesmo tempo, alguns dos resultados narrados de si, se prestam a um debate oportuno sobre a natureza das coisas e a melhor forma do ordenamento social, de onde extraímos a evidência pirrônica de Montaigne.

Em face desse material cético introduzido de modo pulverizado tentamos condensar a obra Montaigniana como oportuna e sistematicamente cética. O ponto que esse trabalho observa como senhor da capacidade de associar as duas principais posturas de Montaigne, a sua análise interna e a análise do problema político de sua comunidade, foi marcado como assolado pela vertente de Pirro.

O percurso de sua própria pesquisa é estabelecido a partir do recurso a descrição contínua tomada da premissa da ignorância conforme demonstramos rapidamente com o apoio da obra de Friedrich. A insistente narrativa de si mesmo lhe trará ou não alguma regularidade ou pista de um mapa da ciência ou da ignorância completa. Ao longo do trabalho percebemos peso equivalente atribuído por Montaigne aos dois contrários, o conhecimento e a ignorância.

Todavia, há uma forte alusão da ignorância confundida com o seu termo antagônico.

Entre as novidades do ceticismo de Montaigne é possível anotar o objeto de estudo, o “eu”. Essa pesquisa não nos permite concordar completamente com uma apresentação de tipo fasista, de modo que seria, do meu ponto de vista, um modo de rendição ao conteúdo dogmático a que Montaigne leria com influência direta sobre os seus Ensaios. Um dos principais aspectos de inconsistência grassa no fato de que vários aspectos de um *late Montaigne* estão apresentados no *Montaigne novo*, e vice versa, segundo a descrição de antagonistas da visão de *fases* da obra. Além disso, algumas citações do próprio Montaigne oferecem menção contrária à perspectiva *etapista*.

Assolado por essa discrepância, identificamos um tipo peculiar de relacionamento com o que seja conhecer. A priori, para os nossos propósitos, está claro o domínio de Montaigne sobre o percurso da pesquisa dogmática, e contra essa, sua pesquisa combina elementos distintos para uma tentativa de definição peculiar do que seja pensar. Na equação montaigniana, a fábrica das idéias combinará ao menos os sentidos, a razão, novamente os sentidos e um conjunto de paixões. Como efeito, o que se reproduz disso será traduzido como um grande número de imagens ou figuras difusas. Como conclusão do percurso e pesquisa dogmática, fica a comparação entre a metodologia desta com os recursos empregados pelos adivinhos.

Essa conclusão tão próxima de uma pesquisa do conhecimento estimula então uma pergunta sobre o tipo de adesão que Montaigne leva a efeito diante da religião católica. Montaigne é um cético fideísta, ou seja, embora, esteja radicalmente contra a certeza ficcional dos dogmáticos, acredita que a discussão sobre a natureza das coisas se apresenta em dois planos distintos: o céu e a terra. As especulações humanas não se abatem sobre a revelação divina, de onde emana a verdadeira essência de tudo que há, de modo que ele se põe efetivamente como um católico nessa matéria, embora não concorde com a conduta intelectual dos sequazes do método contra-reformador, seja em

meio de elaboração teórica ou na qualidade do péssimo diagnóstico da conduta ética desses operadores.

O que tentamos demonstrar também foi uma postura de Montaigne com relação aos marcos que circunscrevem a reflexão. Segundo Montaigne apenas uma experiência pública pode promover uma aceitação universal. Contudo, as pesquisas dogmáticas produzem um conjunto de percursos meramente privados do que seja a verdade e que, não raro, um dos principais elementos que promovem essa visão são pressupostos idiossincráticos que tentam explicar o que aparece para todos, pelo seu contrário, aquilo que só aparece ao sujeito de conhecimento dogmático.

No último ponto desse trabalho pensamos um Montaigne Aplicado. Nesse caso a ação montaigniana promove uma reflexão livre, pouco inscrita nos parâmetros sistemáticos tal como preconiza a pesquisa convencional. Sua prática intelectual se define como um ensaio que não tem fim, uma vez que a descrição cumpre o papel de tentar promover algum sentido ou não ao juízo e o seu pensamento. A pesquisa é paradigmática na medida em que o seu objeto de estudo é ele mesmo, por outro lado o fato de que a sua pesquisa pode encontrar-se com uma produção intelectual dogmática. Ainda que esse encontro possa ser condicionado a sua predileção por uma comunicação que arrefeça a certeza de algumas proposições, surge disso, por inferência, um poderoso clima de tolerância intelectual.

Percebemos com essa escrita livre e de conteúdo capcioso, que Montaigne detêm uma forte preocupação com o público e a política. Essa matéria é extraída por meio de uma analogia e também através de uma conexão com a vertente de Pirro. Percebemos o forte paralelo entre a preocupação socrática da busca do conhecer com vistas a sua comunidade e, de modo análogo, a preocupação montaigniana com o tormento doentio pelo qual passa a sua comunidade. No entanto, o que precede a pesquisa de Montaigne é uma forte inscrição na vertente pirrônica, no sujeito e só então no cenário francês.



## **Capítulo 3**

### **Configuração Política em Michel de Montaigne**

#### ***Índice***

**Apresentação** p. 70

**Recepção** p. 76

**Natureza e Governo** p. 76

**Máscara** p. 82

**Moderação** p. 87

**Dragão Maldito e o Espaço da Quimera** p. 92

**Epílogo** p. 97

## **Apresentação**

Esse terceiro capítulo procura produzir coerência entre Ceticismo, Michel de Montaigne e a Política. Tentamos por seu intermédio o que chamamos de Configuração Política em Michel de Montaigne. E a exemplo dos dois capítulos anteriores, está igualmente dividido em seis partes além dessa apresentação.

A entrada desse trabalho, a qual foi chamada de Recepção, possui dois momentos distintos: o primeiro aponta a trilha que seguiremos para conectar a reflexão de Montaigne a Política. O segundo tenta produzir um breve ajuste entre a vertente cética e a política em sentido estreito, ao mesmo tempo em que tenta ligar Michel de Montaigne, em sentido agregado, com os negócios da cidade.

A segunda parte do trabalho introduz uma reflexão sobre o significado de Natureza para Michel de Montaigne bem como a imagem de ordem sobre as diversas comunidades humanas. A partir da noção de diaphonia apresentamos uma narrativa que deseja expressar um roteiro ontológico montaigniano, e nesse interior, onde ele localiza a política.

A terceira parte fala sobre a noção ou disposição humana para o mascaramento. Procuramos produzir dessa noção o tipo de adesão que se verifica na política e os seus efeitos, bem como buscamos extrair disso uma postura normativa. A quarta parte põe a moderação como um dos elementos centrais que devem constituir a política dado o diagnóstico da falibilidade humana. Ela deve produzir a convivência entre as diaphonias entre os sujeitos e as comunidades, bem como ligar as várias maneiras de ordenar as comunidades humanas.

A quinta esboça o estabelecimento do espaço adequado ao ceticismo na interpretação montaigniana no contexto das reflexões políticas. Apresentamos algumas produções humanas segundo a razão e o tipo de discordância entre as cadeias causais esperadas e as verificadas. Finalmente, articulamos as cinco partes anteriores.

## **Configuração Política em Michel de Montaigne**

## Recepção

A leitura do trabalho de Montaigne possui várias fendas pelas quais podemos entrar e que, podemos dizer, são cânulas por onde se observam recortes mais ou menos claros duma produção assistemática. Para esse trabalho de ensaiar sobre os Ensaios, elegemos pelo menos um ponto de partida discricional seguido de uma cadeia causal preliminar. Assim sendo, imagina-se que uma apresentação do aparelho cético constituiu um elemento decisivo para se chegar ao pensamento de Michel de Montaigne. E, por conseguinte, não é ocioso dizer, pensamos que há um encadeamento de causas entre ceticismo antigo e moderno que pelo menos conduzem algumas análises dentro da obra do ensaísta.

Dessa premissa, sustenta-se ainda que há na aplicação cética de Montaigne um programa de reflexões epistêmicas que emolduram pelo menos duas imagens que tentaremos demonstrar: a) um roteiro cognitivo de filosofia pirrônica que resulta numa ontologia possível da política; e b) um conjunto de resultados temáticos removidos dos Ensaios que podem introduzir e configurar o que Montaigne pensa da política.

Podemos considerar como roteiro o ostensivo material cético empregado na pesquisa do sujeito em Montaigne que comunica o apregoamento do acidente, da variedade e da dessemelhança humana em relação à natureza. Por outro lado, compreendo que há um grupo de elementos que sugerem uma matriz possível de reflexão de imagens da política. Embora o equipamento perceptual do ensaísta esteja aparentemente mais voltado para o sujeito, há um conjunto de aproximações empreendidas entre o sujeito e alguns objetos ou fenômenos que ajudam no encaminhamento dessa abordagem da questão.

Podemos operar, por compressão, as duas imagens propostas numa tautologia. A resolução de um caminho filosófico via pirronismo tem nuances mais amistosas, pois falamos da filosofia como um pensamento livre segundo a vertente *ataráxica* prefigurada por Pirro. Não obstante, a reflexão de temas na obra de Montaigne, especificamente por imagens *da política* ainda carece de

observação mais atenta. Um convite ao trabalho de Wolff pode ajudar inicialmente.

A política não passa da realização de si, uma vez que o 'si' é relação com o outro. A política, cruzamento de 'pensamento racional' e da *polis*, tem finalmente um terreno tão amplo, que seus limites confundem-se com os limites do humano, e um valor tão eminente, que de certo modo engloba todos os outros valores<sup>213</sup>.

O autor dá acolhimento a uma matéria cara ao pensamento grego, no entanto, nessa definição preliminar do seu trabalho – uma vez que ele está de passagem para uma definição da política via Aristóteles, autor a quem Montaigne chama de cético pela linguagem que emprega –, o indivíduo e a comunidade estão muito próximos um do outro, da mesma maneira a reflexão e a cidade. Podemos então, obsequiados por essa analogia, declarar que o tratamento que damos tenta fincar uma possível filosofia política no trabalho de Montaigne por constituir a um só tempo a reflexão filosófica de si e da polis, ou ainda, dos *negócios da cidade*.

O trabalho de Montaigne não traz uma definição ordenada dos assuntos mais comuns em teoria política, assim sendo, o caminho mais seguro para operar esse intento, imaginamos, é pelo ceticismo. Numa acepção dogmática, estranha ao seu trabalho, não há definições a priori, mas sim um conjunto de temas mais ou menos recorrentes refletidos livremente que podem introduzir uma leitura dos Ensaios como vetor de imagens da política.

É possível recolher dos Ensaios outros fragmentos e inferir soluções antagônicas ao percurso proposto, de modo que em vários momentos há, em profusão, um conjunto de pequenas certezas definitivas ao longo dos três livros. Todavia, ainda que se proceda dessa maneira, uma tal observação dogmática do trabalho de Montaigne não inibe uma réplica. É factível conduzir a uma coleção de pequenas certezas contrárias à réplica dogmática com igual disposição dogmática. E como resultado dessa disputa simulada poderemos encontrar a obstrução suspensiva (*epoché*) que julgamos mais ajustada a proposta que tenta ligar coordenadamente Ceticismo, Montaigne e Política.

<sup>213</sup> Wolf, Francis. *Aristóteles e a Política*. São Paulo: Discurso, 1999. (os grifos são nossos) (p. 8) Maclean não deixa incólume o relacionamento de Montaigne e Aristóteles. Maclean, Ian. *Montaigne Philosophe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996 (p. 21)



Decorre desse mapa analítico diverso a extração do mínimo de segurança metodológica adicional.

Já com finalidade introdutória, uma boa tarefa que se apresenta é uma breve exposição de um elo de conexão existente entre modo cético de filosofar e política. Ao observarmos panoramicamente a vertente cética, poderemos entrever que é possível detectar algo que constitui um aparelho de múltiplas capacidades, a partir da disposição do conjunto de seus tropos, especialmente equipados para o arrefecimento de enunciados dogmáticos<sup>214</sup>. Entretanto, isso ainda não satisfaz o problema de uma vinculação cristalina entre os objetos das teorias de conhecimento e o objeto teoria política num sentido estreito.

Se procedermos ao exame dos tropos exclamados por Sexto Empírico não veremos uma demonstração coordenada para a política, mas sim ao conhecimento dogmático de modo geral. Contudo, há nos tropos de suspensão do julgamento, em Enesidemo, pelo menos um que vincula estritamente a suspensão do julgamento face aos diferentes costumes e também a frequência com a qual percebemos os objetos. A anotação que segue é de Laursen:

From Aenesidemus [Enesidemo] only the last two tropes have clear political implications. Only the tenth specifically mentions political factors: it brings out the influence of law, habit, and tradition on value judgments. Since social and political values, institutions, and practices differ among the different nations, they cannot represent some universal true nature of things. The ninth trope stresses the effects of frequency or rarity on value judgments, with obvious bearing on political life although conventional political examples are not used<sup>215</sup>.

Na passagem Laursen revisita a narrativa de Sexto com relação à função de leis, hábitos e da tradição, bem como o papel introduzido pela frequência com a qual o sujeito percebe um objeto como fatores presentes ou implicados na teoria política. Entretanto, a despeito de ser o décimo tropo aquele cuja

<sup>214</sup> Empiricus, Sextus. *Outlines of Scepticism*. Edited by Annas, Julia and Barnes, Jonathan. Cambridge: Cambridge University Presses, 2000 (250p)

<sup>215</sup> Laursen, J. Christian. *The Politics of Skepticism in the Ancients, Montaigne, Hume, and Kant*. Leiden: E. J. Brill, 1992. (Os grifos são nossos) (p. 22) No trabalho de Renato Lessa há uma sugestão de legado pirrônico para a observação da política a partir da seguinte trilha: 1. a definição de *ataraxia*; 2. o quarto e o décimo Modos de Enesidemo, sobre a *epoché*; 3. os Modos de Enesidemo sobre a *Causalidade*; 4. os Modos de Agripa, em especial o da *hipótese* e o da *diaphonia*; 5. a definição *ceticismo como terapia*. Lessa, Renato. *Veneno Pirrônico: Ensaio sobre o Ceticismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995 (p. 212)

proeminência da política se manifesta de maneira aberta e pétrea, uma visão genérica da política a partir do ceticismo também pode ser extraída. Para o interesse geral em curso, essa primeira conexão pode servir de sala de recepção, portanto momentaneamente satisfatório, para percorrermos um contorno preliminar de uma tentativa de narrativa política de corte pirrônico no edifício montaigniano.

Podemos reforçar que o mundo montaigniano não é tão esquemático e, portanto, ao longo dos Ensaio são expressos indistintamente os argumentos da vertente de Pirro remetidos a si e a dogmas de modo geral tanto quanto a imagens clássicas da teoria política antiga e moderna. O afluxo mais concentrado da matéria pirrônica está entalhado no ensaio Apologia de Raymond Sebond<sup>216</sup>. Para Frame essa confirmação é expressa da seguinte maneira: *Skepticism in its systematic or doctrinal form is found mainly in the 'Apology'. In a sense it is everywhere [...]*<sup>217</sup>.

A partir desse momento temos um pouco mais de cautela para oferecer alguns enunciados liminares. Em primeiro lugar, há uma solução cética para os problemas articulados pelo sujeito de entendimento e, da mesma maneira com relação aos objetos. Isso que por sua vez produz um aporte capaz de abarcar duplamente a política, intermediado ou não por algum tropo ou tópico específico da vertente de Pirro, mas que possibilitam uma investigação e o delineamento de traços ou primeiros esboços de um pensamento político via sképsis.

Em seguida, podemos afirmar que esse percurso pode ser atestado na obra de Montaigne. Está em curso nos Ensaio uma radical aplicação dessa matéria referida a sujeito e objetos de entendimento em sentido extenso. Mais especificamente, a política se apresenta ostensivamente no trabalho, por intermédio de pontos recorrentes, ou mesmo contingentes tratados

---

<sup>216</sup> Montaigne, Michel de. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Col. Os Pesadores) LII, XII. A partir desse ponto empregarei a marcação dos Ensaio da seguinte maneira: Livro representado pelo algarismo arábico seguido de vírgula (1,), por sua vez seguido do Capítulo e Página de maneira análoga. Ou seja, a representação do ensaio Apologia será escrita, por exemplo, da seguinte maneira: Cf. (2, 12, 370)

<sup>217</sup> Frame, David. *Montaigne's Essais: A Study*. New Jersey, Prentice-Hall, 1969 (p. 25)

filosoficamente ou não. Fala de si, de si e do mundo exterior e do mundo exterior; de outra forma, narra o sujeito, sujeito e objeto, e objetos. Em vários desses momentos podemos capturar algo que concorra a nos credenciar a erguer uma matriz de pensamento cético da política, e a rigor, o que Montaigne *pensa da política*.

Em terceiro lugar, conforme antecipado, ainda que o trajeto em marcha não seja muito visitado, estamos diante de uma tentativa de demonstrar uma adesão montaigniana a determinados objetos. Portanto, de nenhuma maneira esse caminho se isenta de equívocos ou promove o alojamento definitivo do ensaísta na filosofia política.

Isto posto, agora me parece ser adequado em última análise, introduzir uma parte do relacionamento de Montaigne com a sua comunidade, algo que pode nos remeter aos primeiros passos de uma aderência ao tema da política, esta, preliminarmente, tal como lembrada pelo trabalho de Wolff. Na passagem o perigordiano fala, amorosamente, do geral ao particular e desse novamente ao geral ao tratar um Estado.

Não me revolto jamais tanto contra a França que não olhe Paris com bons olhos. Tem ela o meu coração desde a minha infância [...]. Amo-a por si mesma. E mais no seu próprio ser que carregada de estranhas pompas; amo-a ternamente, até nas suas verrugas e nos seus defeitos. Não sou francês senão por esta grande cidade, grande na felicidade dos seus assentos, grande em povos, mas, sobretudo, grande e incomparável em variedade e diversidade de bem estar; a glória da França é um dos mais nobres ornamentos do mundo. Que Deus afaste dela as nossas dissensões. Inteira e unida, vejo-a defendida de qualquer violência. Advirto-a que, de todos os partidos, o pior será aquele que a ponha em discórdia; e não temo por ela senão por ela própria; e temo por ela tão certamente quanto por outra parte deste Estado<sup>218</sup>.

A narrativa vai de França a Paris e retorna ao Estado. Se por um lado a passagem denota uma análise e um relacionamento apaixonado e preocupado com a cidade e os atores e fenômenos encarregados de sua manutenção, por outro há pelo menos uma noção da capacidade desses agentes desarticularem um todo. Ainda no seio da passagem, outra marca ontológica forte da pesquisa de Montaigne que ele transfere para a cidade é a variedade e a diversidade, ali convertida pela noção de bem estar coletivo.

<sup>218</sup> Gide, André. *O Pensamento Vivo de Montaigne*. Trad. José Pérez. São Paulo: Livraria Martins, 1940 (Os grifos são nossos)

## Natureza e Governo

A articulação entre a parte e o todo em Montaigne é empurrada por duas extremidades sob a diaphonia. Consideremos o sujeito como a menor parte, e a comunidade como o todo. Entre um só sujeito a concordância e a constância de opinião serão reféns da descontinuidade<sup>219</sup>. O todo, a comunidade, ainda que dotado de mecanismos que promovam certezas compartilhadas localmente importantes para a manutenção da condição humana, tais como leis, crenças e hábitos, quando comparada a outras, não observarão concordância entre si. De modo que a maneira de ordenar o todo será sempre conduzida de acordo com mecanismos dessemelhantes entre si<sup>220</sup>.

As duas partes em questão marcham sob desacordo inerradicável, em diaphonia, de modo que a produção de universais humanos se apresenta para Montaigne como artifício quimérico sem vestígio de coerência. O equipamento possível mobilizado para a preservação do agregado não é então senhor de certeza, verdade ou valor ubíquo, apenas constitui um artifício possível, meramente local, voltado para arrefecer a inconstância e uma miríade de certezas momentâneas, mediante a tutela humana<sup>221</sup>.

Se há um universal que dirija o homem, algo que se abata igualmente sobre todas as comunidades, é a natureza<sup>222</sup>. Ela é o princípio que preside as relações sociais entre seres sem, contudo, por eles ser decifrado pela razão dogmática que apenas opera por intervenções artificiais. Vejamos duas passagens.

Estando tudo que sob o céu submetido às mesmas leis, como diz a Bíblia, admitem as pessoas sensatas que nas questões dessa ordem [a origem do hábito], para distinguir as leis naturais das por nós inventadas, é preciso que

<sup>219</sup> Cf. (1, 1, 35) *Em verdade o homem é de natureza muito pouco definida, estranhamente desigual e diverso. Dificilmente o julgaríamos de maneira decidida e uniforme.*

<sup>220</sup> Cf. (3, 5, 221) *Assim acontece, como em certos países, serem os crimes erros e os erros crimes; e em outras nações, em que as regras da boa educação são poucas e sem consequência, o bom-senso faz que se observem mais estritamente as leis naturais.* (grifo nosso)

<sup>221</sup> Cf. (2, 12, 467) *amarram-no com a religião, as leis, os costumes, a ciência, os preceitos...*

<sup>222</sup> Cf. (2, 8, 31) *Se alguma lei natural existe, isto é, algum instinto que se manifeste sempre em todos, bichos e gente (embora haja quem diga o contrário), é, ao meu ver, a da afeição que quem engendra dedica ao engendrado, sentimento esse que vem logo após o cuidado que cada qual tem com a sua conservação e com evitar o que lhe pode ser nocivo.*

nos reportemos às regras gerais que presidem ao trabalho da natureza neste mundo e que não sofrem alteração<sup>223</sup>.

Somos todos constituídos de peças e pedaços juntados de maneira casual e diversa, e cada peça funciona independentemente das demais. Daí ser tão grande a diferença entre nós e nós mesmos quanto entre nós e outrem: ‘Crede-me, não é coisa fácil conduzir-se como um só homem’ (Sêneca)<sup>224</sup>.

Em primeiro lugar, se há um debate acerca de leis naturais entre os homens, sobre um todo que seja a vértebra da conduta especificamente humana, será preciso pelo menos observar o universal original que é a natureza. Contudo, esse esforço não passa de mero engenho mediante um grande número de afecções que operam sobre o sujeito interrompendo uma conclusão definitiva. É difícil para Montaigne, que na passagem é ajudado por Sêneca, ser apenas um homem coerente, quanto mais ser um intérprete iluminado capaz de decifrar sequer um universal em si próprio.

Ao que aparece, Montaigne se inclina para uma premissa que instala a natureza como arché. E o acordo possível entre os seres conduzidos por esse princípio é via ataraxia, liberto de discussões cabais sobre a essência que regula os seres, o homem e os seus derivados, ou seja, os artificios humanos<sup>225</sup>. Natureza e ataraxia parecem preencher o resultado do caminho equípolência e epoché deflagrando a calma e o soberano bem<sup>226</sup>. Vejamos um par de modos montaignianos de perfilar a natureza na posição de centro.

A natureza cria sempre leis melhores do que as nossas. Atestam-no a idade de ouro de que falam os poetas e o estado natural em que vemos viverem os povos que não conhecem leis artificiais<sup>227</sup>.

Existe na organização da natureza uma maravilhosa correlação e uma similitude que não resultam do acaso nem podem provir da vontade de muitos<sup>228</sup>.

<sup>223</sup> Cf. (1, 36, 210) (grifo nosso)

<sup>224</sup> Cf. (2, 1, 292) (grifo nosso)

<sup>225</sup> Cf. (2, 16, 12); Ver também a discussão da tese de Conte sobre a natureza em Hume especialmente a página 14. Conte, Jaimir. *A Natureza da Moral de Hume*. São Paulo: USP, 2004. Acessível em <www.cfh.ufsc.br>.

<sup>226</sup> Cf. (2, 12, 484); Também Cf. Laursen, 1992 *The activities of politics are subordinated to the goal of the individual's tranquility*. (p. 104). Cf. (1, 20, 93) [...] um dos principais benefícios da virtude está no desprezo que nos inspira pela morte, o que nos permite viver em doce quietude e faz com que se desenrole agradavelmente e sem preocupações nossa existência. (os grifos são nossos)

<sup>227</sup> Cf. (3, 13, 355)

<sup>228</sup> Cf. (2, 23, 61)

Na primeira passagem Montaigne avoca a noção de prova contra leis erguidas pelo artifício e introduz um estado humano natural, uma alusão direta ao Novo Mundo. Na segunda há uma premissa inegociável, as leis da natureza não resultam do acaso ou da vontade de uma maioria precária. Nessa passagem ainda a correlação a que se refere se dirige para o par: natureza, e natureza e ordenamento social, o que sugere que ele procura algum estatuto que possa refletir o agregado tal como está colocado pelas comunidades<sup>229</sup>.

A investigação acerca da natureza humana rumo a um princípio geral caminha livremente acompanhada da fantasia e da obsessão dogmática. Entretanto, há na pesquisa da causa primária humana pelo menos ingenuidade se observarmos numa perspectiva otimista. Vejamos uma avaliação de uma dessas pesquisas:

Os que se dedicam à crítica das ações humanas jamais se sentem tão embaraçados como quando procuram agrupar e harmonizar sob uma mesma luz todos os atos dos homens, pois estes se contradizem comumente e a tal ponto que não parecem provir de um mesmo indivíduo.

É aparentemente possível julgar um homem pelos fatos mais comuns de sua vida; mas, dada a instabilidade natural de nossos costumes e opiniões, pareceu-me muitas vezes que os melhores autores erravam em se obstinar a dar de alguém uma idéia bem assentada e lógica. Adotam um princípio geral e de acordo com este ordenam e interpretam as ações, tomando o partido de as dissimular quando não as deformam para que entrem dentro do molde preconcebido<sup>230</sup>.

Otimismo à parte, a visão dessa investigação é aterradora. A procura de um princípio geral de harmonização das coisas humanas é perpassada de doses elevadas de contradição e desacordo com as coisas ordinárias tais como são. Em seguida, o panorama de bons autores antecipa uma intensa discussão no trabalho de Montaigne, a dissimulação. Para preencher um princípio dos fenômenos esse pesquisador obstinado não mede esforços, para atestar o seu resultado é capaz de deformar a coisa pelo nome ou o objeto pelo pressuposto.

<sup>229</sup> Há outras citações diretas ou indiretas que lembram essa comparação ou mesmo atestam a superioridade absoluta da natureza sobre os artifícios e ignorância humanas, ainda que ele abra um precedente dúbio para as leis divinas. É possível percebê-las, pelo menos, nos seguintes endereços: (3, 5, 221); (1, 20, 97); (1, 23, 117); (1, 25, 141); (1, 28, 178); (1, 30, 195); (2, 1, 191); (2, 37, 122); (3, 1, 141); (3, 9, 296); (3, 10, 310); (3, 13, 390).

<sup>230</sup> Cf. (2, 1, 291)

Aquilo que Montaigne alude parece ter endereço fixo, o que está em pauta é um conjunto de imagens sociais forjadas em privado e trazidas ao público sob inarredáveis idiosincrasias encapadas em certeza e, portanto absolutamente sujeitas à fantasia do investigador. Por outro lado, há uma cláusula, o indivíduo é instável e disso deriva aquilo que guia a natureza de seus costumes e opiniões. Aqui há uma robusta lembrança aos modos do sujeito que nos são apresentados por Sexto Empírico.

Se existe um princípio que recebe os indivíduos em Montaigne, é no acaso e no acidente onde se instala e não na iluminação forjada da pesquisa precipitada à revelia de qualquer bom senso ou ética<sup>231</sup>. Depois deste objeto ou ponto de partida estabelecido em ambiente precário, a política dá o tratamento possível ao desfile das diaphonias dos indivíduos e produz os vários ordenamentos possíveis. Ela catalisa as múltiplas ordenações verificáveis e assume a função de tentar conduzir a ataraxia. Vejamos agora como Montaigne funda os Estados e compara a operação humana e a operação não-humana.

De qualquer jeito que se coloquem os homens, juntam-se e se ordenam, como esses objetos heterogêneos que pomos no bolso e que acabam por se ajeitar sozinhos, por vezes melhor do que o faríamos<sup>232</sup>.

A passagem não interdita a interferência humana, todavia a sua atividade é desenhada com uma participação de peso atenuado, de maneira que o *critério verdadeiro* de ordenar é um observador passivo de uma reunião casual de objetos heterogêneos. Passada a apresentação dos objetos que vão estatuir o corpo, o ordenamento se dá com ou sem a interrupção humana<sup>233</sup>.

O acaso cumpre a função de resposta possível diante da constatação do desacordo interminável entre as combinações sujeito e todo. O que está em

<sup>231</sup> Acidente tal como narrado em Mill séculos depois. Mill, Stuart. *Sobre a Liberdade*. Trad. Alberto Barros. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1942. *E jamais o perturba que um mero acidente tenha decidido qual desses numerosos mundos seja objeto de sua confiança*. (p. 45, 46)

<sup>232</sup> Cf. (3, 9, 271); Cf. (3, 9, 272) *A necessidade reúne e acomoda os homens e essa ligação fortuita transforma-se em seguida em leis*; (grifo nosso). Ele crê tola a discussão sobre formas de governo Cf. (3, 9, 273).

<sup>233</sup> Cf. (1, 28, 178); Para o bom trabalho de Eva, depois de uma caminhada cética, Montaigne funda a *ordem pública* com o costume. Eva, L. Alves. *A Figura do Filósofo: Ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Edições Loyola, 2007 (p. 151)

pauta é a constatação da falibilidade humana e da concomitante fundação da política nessas mesmas bases, onde o homem não possui o domínio de ferramentas definitivas para fiar a condução dos negócios públicos ou mesmo dos negócios privados. Instalada essa imagem de partida, isso promulga a atividade política num patamar de magnanimidade muito forte observando o imperativo da ignorância humana. A passagem de Laursen é conveniente:

For most skeptics, and for Montaigne, an acceptance of man's weaknesses did not imply misanthropy or any strong sense of pity. In fact, there is almost a sense of reveling in the challenge and heroism of living with fallibility. Over and over, Montaigne displays pride in living life conforming to this natural condition<sup>234</sup>.

A vida em concordância com a falibilidade é locupleta pela isenção das certezas do artifício, ou de acordo com a letra cética, é resultado do tratamento inaugurado pelo antídoto pirrônico<sup>235</sup>. A condição natural em Montaigne tocada na passagem de Laursen parece guardar estreita interlocução com uma vida liberada da convenção social mediada pelo artifício e do hábito investigativo dogmático. Isso faz sugerir que o enaltecimento do Novo Mundo parece espelhar um pouco da condição mais adequada aos ordenamentos segundo Montaigne<sup>236</sup>.

O cruzamento de dois estratos dos Ensaios concorre a nos ajudar a configurar a conclusão desse rápido esboço ontológico<sup>237</sup>.

[...] permitam-nos algo mais e chamemos natureza aos costumes e situação pessoal e fixemos assim os limites de nossas aspirações, levando em conta o que já possuímos. Parece-me desculpável agir desse modo, pois os costumes são uma segunda natureza, tão poderosa quanto a primeira.

Todas essas convenções não passam de pára-ventos atrás dos quais nos confiamos e regulamos nossas relações sociais; mas não nos permitem libertar-nos [...]<sup>238</sup>

Montaigne concorda em chamar de natureza apenas o costume idiossincrático e descontínuo do indivíduo. Sobre essa imagem, as convenções sociais não

<sup>234</sup> Cf. Laursen, 1992. (o grifo é nosso)

<sup>235</sup> Smith, Plínio J. *Terapia e Vida Comum*. Revista Sképsis, São Paulo, v1, n 1, p. 43-67, Ano 1, 2007. Disponível em <www.revista-skepsis.com.br>, acessado em 10/2007.

<sup>236</sup> Cf. (1, 30, 195) Onde não se verifica, entre outras coisas, "hierarquia política", "nem ricos e pobres", ou metade faminta e metade nutrida.

<sup>237</sup> A falha e a qualidade do artifício podem ser capturados nos seguintes endereços: (2, 17, 41); (3, 5, 221); (1, 23, 122); (1, 25, 141); (1, 30, 189); (2, 1, 291); (2, 2, 296); (2, 8, 331); (2, 37, 122); (3, 1, 141); (3, 1, 147); (3, 6, 236); (3, 9, 273); (3, 10, 310); (3, 11, 324); (3, 13, 361).

<sup>238</sup> Por ordem de entrada, respectivamente: Cf. (3, 10, 311); (2, 17, 41). (grifo nosso)



dissipam de modo algum aquilo que move cada um dos indivíduos, elas são o mero pára-vento coexistente com a verdadeira ação deles. Temos então um problema adicional, uma generalizada tendência humana a apresentar-se sob máscara e a simulação, uma vez que a convenção não consegue ter um reflexo concreto que a reforce. É possível reescrever esse percurso sob o seguinte plano simplificado:

## **Natureza**

### **Ataraxia**

*Seres Animados (SA) -> SA1 + SA2 + SA3 + ... + SAN\* = SA*

### **Acaso**

*SA1 = Seres Humanos (SH)*

### **Política**

*SH(1) + SH(2) + SH(3) + ... + SH(N) = SH*

**Ordenamento** (governos, leis, hábitos, crenças, convenções sociais e etc.)

### **Diaphonia T (Todo)**

*SH(1) = Comunidade A (CA), Ordenamento A (OA)*

*SH(2) = Comunidade B (CB), Ordenamento B (OB)*

*SH(3) = Comunidade C (CC), Ordenamento C (OC)*

*SH(N) = Comunidade N (CN), Ordenamento N (ON)*

### **Diaphonia P (Parte)**

*-> CA, OA = Indivíduos*

*Indivíduos = Indivíduo 1 + Indivíduo 2 + Indivíduo 3 + ... + Indivíduo N*

*Indivíduo 1 = Natureza A, Idiossincrasia 1*

*Indivíduo 2 = Natureza B, Idiossincrasia 2*

*Indivíduo 3 = Natureza C, Idiossincrasia 3*

*Indivíduo N = Natureza N, Idiossincrasia N*

## **Máscara**

A convenção pode ser entendida como um entre vários tipos de acordos tácitos de assentimento generalizado, que é vitimada ao menos por uma postura ambígua dos agentes sociais em qualquer domínio, pois é ávida postulante a promoção da unidade entre os homens<sup>239</sup>. A simulação ou máscara, por sua

· 'N' tende a um número grande, nessa e nas demais representações.

<sup>239</sup> Crê que nem ele a segue ao falar de si em público por meio de um livro Cf. (2, 17, 23)

vez, é uma imagem que articula pelo menos duas coisas entre parte e todo em Montaigne: o sujeito e a sua comunicação com a comunidade<sup>240</sup>.

A simulação é levada a efeito ao domínio público quando o sujeito não comunica coerência entre discurso e ato entre os seus pares<sup>241</sup>. O momento posterior, de implicações repulsivas segundo Montaigne, acontece quando essa narrativa se alista a política<sup>242</sup>. Esse tipo de procedimento configura a política como refém da manifestação de um ordenamento carregado de atores e papéis por um lado – tal como em Petrônio –, e como o fertilizante ideal para a experiência meramente privada sobre o domínio público<sup>243</sup>.

Há pelo menos um corolário adicional dessa inclinação do indivíduo para o emprego da máscara, a sua remoção não obsta a chance de percebermos uma superposição. De modo que se arrancarmos a primeira, não temos segurança se o que resta é o sujeito ou a sua representação, se removemos um discurso, ainda concorreremos a verificar outra retórica no lugar da anterior. O desmascaramento não restitui o sujeito e o que temos é uma ontologia extremamente pessimista aos olhos da máscara montaigniana, o que lhe empresta originalidade. Passemos a palavra ao próprio.

Só nos mesmos sabemos se somos covardes e cruéis, ou leais e religiosos; não nos vêem os outros, tão-somente nos adivinham de acordo com conjeturas duvidosas. Não é a nossa natureza real que percebem, e sim a aparência que, mediante artifícios, conseguimos exhibir<sup>244</sup>.

<sup>240</sup> Ver: Ehrlich, Hélène-Hedy. *Montaigne: La Critique et le Langage*. Paris: Editions Klincksieck, 1972. Especialmente o capítulo V, Le Masque et le Jeu. Nesse trabalho a máscara possui um conteúdo privado e ideológico muito forte e Montaigne é contra esse artifício.

<sup>241</sup> Cf. (3, 9, 298) *Em todo caso essa liberdade discutível de se apresentar com duas caras, um nas palavras e outra nos fatos, será talvez permitida a quem fale de certos assuntos, não a quem trate de si mesmo como o faço.*

<sup>242</sup> Cf. (1, 23, 128) *Considero com efeito soberanamente iníquo querer subordinar as instituições e os costumes públicos, que são fixos, às opiniões variáveis de cada um de nós (a razão privada tem jurisdição privada) e empreender contra as leis divinas o que nenhum governo toleraria contra as leis civis.* (grifo nosso).

<sup>243</sup> Ehrlich distingue máscara e sujeito. Cf. Ehrlich, 1972 (p. 59). Ver ainda: Cf. (1, 23, 127) *E direi francamente que me parece sinal de excessivo amor-próprio e grande presunção valorizar alguém sua opinião a ponto de tentar, a fim de vê-la triunfar, subverter a paz pública em seu próprio país, facilitando o advento dos males inevitáveis inerentes à guerra civil, sem falar no horrível corrupção da moral e nas mutações políticas que podem ocorrer.*

<sup>244</sup> Cf. (3, 2, 156)

Por um lado resta ao interlocutor externo, que deseja conhecer, o exercício frágil da conjectura, da especulação eternamente governada pela dúvida<sup>245</sup>. Por outro, um mesmo exercício não menos sisífico que o anterior, um empenho em promover artifícios capazes de gerar imagens que ao menos imitem o sujeito ou a natureza do indivíduo<sup>246</sup>. A convergência entre ambos nos coloca diante de um enclave retórico, uma comunicação continuamente pautada pela dúvida e pelo artifício.

O ponto clama uma sugestão senão uma hipótese de corte causal. Em vários Ensaio, e especialmente na Apologia, Montaigne percebe que ao menos uma forma de conhecimento pode começar pelo aparelho sensitivo do indivíduo, é por ele que as imagens dos objetos penetram no equipamento cognitivo, e como resultado da elaboração, os veículos que necessariamente comunicam esse produto são novamente os sentidos, e assim o que temos é um conteúdo decaído. O processo de conhecimento começa e termina pelos sentidos, a fabricação da imagem é corrompida na entrada e na saída e, no meio do processo, não há garantias de que a razão opere com isenção uma vez que ela age, por exemplo, necessariamente repercutindo a experimentação dos sentidos que por sua vez só capturam em condições que lhes são favoráveis<sup>247</sup>.

Desse modo, conduzir a verdade para a comunidade será sempre uma experiência privada e a remoção da máscara não produzirá senão mais dúvidas<sup>248</sup>. O diagnóstico erguido nessa perspectiva traz outra face em chave positiva. A dúvida sobre os sujeitos isentos de papéis, num relacionamento de implicações concretas na política, traz a pesquisa da justa condução dos negócios públicos.

<sup>245</sup> Cf. (1, 25, 143) *Pois detesto as pessoas que suportam mais dificilmente um terno mal feito do que uma alma e julgam a qualidade do homem pelas reverências, as atitudes, e as botas.*

<sup>246</sup> Cf. (1, 38, 217) *Sem dúvida nossas ações, em sua maioria, são máscara e artifício [...].*

<sup>247</sup> Cf. Lessa, 1995. Cf. (2, 12, 491) *...os sentidos [são] a grande causa e a prova, a um só tempo, de nossa ignorância.* (grifo nosso)

<sup>248</sup> É quase impossível falar desse assunto sem falar no trabalho de Starobinsk. Starobinsk, Jean. *Montaigne em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. *Atrás dos discursos ilusórios, Montaigne descobre apenas outros discursos, do mesmo estofa; atrás das sensações, outras sensações, igualmente incertas e enganadoras.* (p. 74)

Isso orienta pelo menos dois tipos de análises ao trabalho de Montaigne, a descrição da virtude em uso e a sua postulação normativa. A primeira delas mistura a um só tempo mais de um objeto que remete ao domínio da política em sentido amplo, além disso, aos acontecimentos comunitários que mais lhe afligem, entre eles, acima de tudo, o esfacelamento do ordenamento local em nome de uma falsa controvérsia em torno da religião<sup>249</sup>. O próximo extrato é capaz de contribuir para a ilustração proposta.

Somos um amontoado de peças juntadas inarmonicamente e queremos que nos honrem quando não o merecemos. A virtude vale por si mesma; se para outro fim tomamos a sua máscara, logo ela no-la arranca da cara. Quando nossa alma se impregna dela, forma ela uma espécie de verniz fortemente adesivo que só se tira com a própria pele<sup>250</sup>.

Ao que parece a paternidade do ordenamento é reivindicada pela impostura, uma vez que o ocupante da função pública avoca a si o predicado da virtude, quando deveria ser atribuído ao sinistro, ao acaso, a natureza. Ela é coisa cristalina e seu emprego via artifício arbitrário, por intermédio da dissimulação, é incapaz de passar incólume, de modo que a sua remoção acontece à revelia do ator. Quanto mais a alma se persuade de que toca a virtude e de que se confunde com ela, mais prejuízo há de ser verificado contra o intérprete da peça.

A inversa desse movimento é indissociável dessa perspectiva do perigordiano, a crítica da impostura evidentemente traz no mínimo o desejo da verdadeira virtude tal como destacado por Starobinsk, o que configura uma forte sugestão normativa, pelo menos velada; ou então, de modo menos elegante, dizer o que ela deve ser a partir daquilo que ela não vem sendo<sup>251</sup>. No plano comunitário há a inauguração de uma nova virtude, ou seja, não está em conformidade com a virtude de fato. O curso dos acontecimentos, observados pelo ensaísta,

<sup>249</sup> Ver os textos reunidos por: Dubois, Claude-Gilbert. *Montaigne et L'Histoire*. Paris: Editions Klincksieck, 1988. Especialmente *Montaigne et la rhétorique de la controverse religieuse* de Wim J. A. Bots. (p. 193)

<sup>250</sup> Cf. (2, 1, 195)

<sup>251</sup> E ao que algumas citações indicam, Montaigne deseja perpetrar a virtude em Sócrates narradas em vários momentos, inclusive quando silencia no cárcere. Ver como exemplo (2, 17, 362). Sugiro, de acordo com essa imagem proposta por Montaigne, a leitura de Críton onde Sócrates exacerba a virtude em absoluta obediência as condutas instaladas na cidade. Nega veementemente a idéia de evadir ao aprisionamento usando de expedientes astuciosos. Platão. *Críton*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores) (p. 99)

apresentam uma acachapante discrepância entre o nome e o significado. De outro modo, que fale Montaigne.

Quanto a essa nova virtude do artifício e da dissimulação, tão apreciada nestas eras, odeio-a supremamente. Entre todos os vícios, não conheço nenhum que revele tanta covardia e tanta baixaza. É característico da covardia e do servilismo, e predispõe à perfídia, fantasiar-se e mascarar-se e não se mostrar como se é<sup>252</sup>.

Há uma manifestação inequívoca de ódio declarado a impostura nessa dimensão da sociedade, trata-se de uma disposição do indivíduo que se apresenta ao nível mais baixo na hierarquia montaigniana. Essa nova acepção campeia os fenômenos locais em sentido vasto e um dos edifícios do Estado recebe particularmente esse problema por meio de uma querela de dimensões amplificadas, [...] *a questão religiosa, a que misturam tantas imposturas* [...] <sup>253</sup>.

Os dois lados em disputa prestam-se a impostura, introduzem o desacordo eterno no plano ideológico e no plano semântico<sup>254</sup>. No primeiro domínio acampam idéias meramente antagônicas, entretanto, os meios aplicados para fazer valer o que dispõem é refém do ódio montaigniano. O recurso vocabular dos querelantes não guarda relação de significado algum e carregam o duvidoso agravante de possuírem o genuíno programa de ordenamento dos indivíduos em seus discursos, de modo que, ao ponto montaigniano *a própria inocência não poderia, em nossa época, dispensar a dissimulação, nem negociar sem mentir*<sup>255</sup>.

No mundo montaigniano o ponto de partida da impostura no domínio público é mobilizado por uma imagem radicalmente equivocada, um desequilíbrio da paixão humana em campanha aberta. O amor próprio em demasia é capaz de deflagrar essa desordem das paixões e promover o lançamento do desacordo privado sobre os ordenamentos<sup>256</sup>.

<sup>252</sup> Cf. (2, 17, 35)

<sup>253</sup> Cf. (1, 23, 127)

<sup>254</sup> Os lados citados são a Liga Católica e os Huguenotes.

<sup>255</sup> Cf. (3, 1, 146)

<sup>256</sup> Cf. (2, 17, 22); E sobre a capacidade desestabilizadora das paixões, sugiro o seguinte endereço: (2, 12, 474) *Os abalos e golpes que atingem nossa alma por causa das paixões do corpo, atuam fortemente sobre ela;* e (2, 12, 475) *Que diferenças de sentidos e razão apresentam nossas paixões em sua diversidade e quantas idéias dessemelhantes disso resultam?*

Essa doença individual é seguida de patologias adicionais capazes de converter o erro privado em erro público<sup>257</sup>. A capilaridade desse diagnóstico no equipamento dos Estados faz Montaigne estabelecer uma radical divisão entre público e privado<sup>258</sup>. De acordo com a narrativa dos Ensaios, o próprio experimento montaigniano pode ser igualmente compreendido como uma pesquisa que interroga, em sentido amplo, o sujeito privado e o sujeito político num plano estreito<sup>259</sup>.

Ao menos um sintoma adicional capaz de incutir inclusive a tirania preocupa o ensaísta, uma segunda ordem de desacordo entre o nome e a coisa, desta vez quando o significado assume o nome, ou de maneira aberta, quando o sujeito se confunde com o cargo. Esse posicionamento patológico dessa maneira diante da política coloca-a como refém das desordens locais e inter-comunitárias. A identidade do indivíduo perde o sentido original e grassa na sua rotina um comportamento genuinamente autista. Vejamos um último fragmento.

Basta enfarinhar o rosto, não é preciso mascarar igualmente o peito. Há quem mude e se transforme em outro ser segundo o cargo que assume; neste mergulham até o fígado e os intestinos e mesmo na vida privada agem como se estivessem no exercício de suas funções. Gostaria de ensinar-lhes a diferençar as saudações que se dirigem a suas pessoas das que visam o mandado, o séquito ou a mula que montam<sup>260</sup>.

## Moderação

É possível desenhar com alguma segurança um conjunto de trilhas nos Ensaios, direta ou indiretamente que se desdobram nessa implacável intoxicação amorosa, das quais as mais marcadas, mas não mais inextricáveis,

<sup>257</sup> Cf. (3, 11, 325) *O erro individual forma o erro público, o qual por sua vez, cria o erro individual.*

<sup>258</sup> Cf. (2, 17, 35); (3, 10, 310); (3, 2, 157)

<sup>259</sup> Cf. Frame, 1969 (p. 46); Cf. Laursen, 1992 (p. 116); Ver: Friedrich, Hugo. *Montaigne*. Paris: Gallimard, 1968. Trad. Robert Rovini. (Col. Tel). Especialmente o Capítulo V, *Le Moi* (p. 220). E dado o imperativo métrico, apenas citamos. Contudo, para os tópicos discutidos nessa passagem, e também ao tema do domínio público e privado em Montaigne, sugiro ainda os seguintes endereços dos Ensaios: (1, 19, 91); (1, 9, 57); (1, 23, 177); (1, 23, 126); (1, 32, 203); (2, 8, 331); (2, 10, 348); (2, 11, 358); (2, 17, 22); (3, 2, 156); (3, 2, 157); (3, 2, 158); (3, 9, 283); (3, 9, 287); (3, 9, 290); (3, 9, 298); (3, 10, 212); (3, 10, 219); (2, 12, 370), neste último em várias passagens.

<sup>260</sup> Cf. (3, 10, 298)

podemos sugerir três. A experiência investigativa sistemática de um aparelho perceptual dogmático operada por um filósofo em geral, uma atitude dogmática assistemática operada por qualquer indivíduo e, finalmente uma inarredável inclinação humana a diaphonia assolada por um dos lados anteriores.

Em separado ou em conjunto, essa catalepsia generalizada apresenta uma nova interface à política, dessa vez como um espaço e uma atividade que requer moderação e, a rigor, ambos capazes de reforçar a plataforma de lançamento do ceticismo como terapia ante a doença dogmática<sup>261</sup>. Essa modalidade curativa do ceticismo coloca Montaigne talvez numa postura de vanguarda moderna de defesa dos indivíduos e do relacionamento amigável entre as diversas comunidades humanas<sup>262</sup>. Como pode ser inferida, essa postura que postula a moderação é uma projeção que se abaterá sobre o indivíduo, sobre a comunidade e sobre o relacionamento entre as comunidades. Passemos ao trabalho de Cresson que dará voz ao próprio Montaigne.

Non parce que Socrates l'a dict, mais parce qu'en verité c'est mon humeur, et à l'avanture non sans quelque excez, j'estime tous les hommes mes compatriotes, et embrasse un Polonois comme un François, postponan cette lyaison nationale à l'universelle et commune<sup>263</sup>.

Aqui o plano agregado da vertente de um sujeito chamado Pirro da cidade de Élis parece ter recepção afável. Se tratarmos o ceticismo como uma vertente filosófica prontamente capaz de arrefecer enunciados dogmáticos, ou exercendo sua face terapêutica, e se ignoramos os diversos discursos de uma comunidade e o vertemos num só enunciado em relação a outro, talvez a moderação montaigniana, acredito, se enquadre precisamente ao conjunto dos tropos quando, pelo menos, tratamos comunidades distintas. A partir desse dispositivo, uma definição de Estado ou discussão sobre o melhor ordenamento possível no plano doméstico e mundial será objeto de ataque sistemático no mundo montaigniano conforme verificamos em algumas

<sup>261</sup> Cf. Smith, 2007.

<sup>262</sup> Cf. (1, 28, 178) *A natureza parece muito particularmente interessada em implantar em nós a necessidade das relações de amizade e Aristóteles afirma que os bons legisladores se preocupam mais com essas relações do que com a justiça.* (grifo nosso)

<sup>263</sup> Cresson, André. *Montaigne: as vie, son oeuvre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952 (p. 142)

passagens precedentes bem como outras moléstias derivadas de caminhos semelhantes. Talvez esse posicionamento tenha celebrizado o ensaio Dos Canibais<sup>264</sup>.

O fragoroso abraço do *citoyen du monde* em volta de Polônia e França ou outro país, não porque o disse Sócrates, mas porque assim o crê adequado, faz desse filósofo algo bem aderido a política. Ao ponto em pauta, por um lado, a política como atividade de militância intelectual será capaz de deflagrar um movimento pela moderação e a publicação dos Ensaio serve sim para tentar incutir uma reflexão, tal como perseguido obstinadamente por Schaefer e também pela ostensiva recomendação de moderação que pode ser verificada de Montaigne para Margot<sup>265</sup>.

Da mesma maneira, o campo gravitacional da moderação, por outro lado, é ladeado de predicados num plano prescritivo com aspectos importantes que merecem alguma apreciação, entre eles, acredito que sem prejuízo do conjunto dos Ensaio, destacam-se a tolerância, as leis e a diversidade. Ao menos um pressuposto de Montaigne pode ser angular para entendê-los, o espraiamento da intoxicação dogmática no seio da política produz um efeito irrefutável aos seus olhos: a extinção apaixonada de vidas humanas<sup>266</sup>.

As três imagens são o produto combinado da repetida aplicação do julgamento via Ensaio e de sua experiência com o mundo exterior. Disso emerge inicialmente, como conseqüência desse percurso epistêmico, que diante da impossibilidade de se conduzir a verdade e a certeza via universais a partir do sujeito de entendimento, ao menos é possível experimentá-las a cada instante e da maneira como se apresentam, de modo que a tolerância deve ser algo

<sup>264</sup> Cf. (1, 31, 192) Ver: Quint, David. *Montaigne and the quality of mercy*. Princeton: Princeton University Press, 1998 *Montaigne asserts that the existence of the Brazilian cannibals surpasses in happiness [...] without the intervention of culture*. (p. 75) (grifo nosso)

<sup>265</sup> Schaefer, David Lewis. *The Political Philosophy of Montaigne*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990. Ver Apologia em: (2, 12, 370) e (2, 12, 467)

<sup>266</sup> Cerca de 300 vidas de huguenotes foram extirpadas na ocasião eternizada como a Noite de São Bartolomeu, para isso sugiro o trabalho de Lacouture. Lacouture, Jean. *Montaigne a Cavallo*. Trad. F. Rangel. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1996 (p. 159). Cf. (2, 11, 367) [...] *por causa de nossas guerras civis abundam exemplos de crueldade. Não vejo na história antiga nada pior do que os fatos dessa natureza, que se verificam diariamente e aos quais não me acostumo*.



que diga respeito a um só tempo ao sujeito e ao agregado humano<sup>267</sup>. Dessa tolerância generalizada não se promove toda sorte de liberdades apenas excetuando o assassinio, a conclusão é bem diferente. Há um poderoso composto lubrificante que opera impetuosamente com a política sobre o sujeito e os diversos tipos de ordenamentos humanos e que responde pelo nome de hábito<sup>268</sup>.

Ele constitui, ao mesmo tempo, o elemento que perpassa os diversos tipos de ordenamentos, bem como é parte da imagem que integra cada comunidade<sup>269</sup>. Ainda que seja distinto em cada local, ele serve como guia seguro na ausência de qualquer estatuto resultado das diversas verdades privadas elaboradas filosoficamente ou não<sup>270</sup>. Ele constitui aquilo que aparece a todos com igual força persuasiva logo após a primeira conformação dos objetos heterogêneos que erguem as comunidades e Estados. O próximo extrato pode contribuir para a explicitação do ponto, que também não é dotado de muito otimismo.

Em geral a melhor partilha que podemos fazer de nossos bens ao morrer consiste em obedecer aos costumes do país, e as leis os levaram em conta melhor do que fariamos, e é preferível que elas se enganem na escolha a incorrerem nós mesmos no erro agindo inconsideradamente<sup>271</sup>.

A passagem exprime um legado de significado ambíguo na entrada com um parâmetro de saída que permitem igualmente uma dupla interpretação, ambos em absoluta coerência com o programa fundado na falibilidade humana. No *input* Montaigne de fato fala de partilha de bens tangíveis, no entanto, a verdadeira herança para a comunidade é a manutenção de um procedimento de convívio que emerge do acordo tácito original definido pelo hábito. Como processamento desses insumos há por um lado a obstrução do erro individual por um instrumento artificial compartilhado, e por outro, estatui a lei como a ferramenta menos prejudicial para a comunidade ou como a melhor maneira de

<sup>267</sup> Cf. Starobinsk, 1992 (p. 74). Cf. (1, 23, 121) Aponta que o hábito é rei e senhor do mundo e aquilo que a filosofia não consegue ensinar ele o faz.

<sup>268</sup> Segundo o trabalho de Eva, o hábito em Montaigne age como um poderoso obstáculo cognitivo aos procedimentos racionais, e que em alguns momentos se confundem. Cf. Eva, 2007 (p. 151) Ver ainda: Bencivenga, Ermanno. *The Discipline of Subjectivity: An Essay on Montaigne*. Princeton: Princeton University Press, 1990 (p. 34-48)

<sup>269</sup> Cf. (1, 23, 122) [...] *ingerimos o primeiro leite com hábitos e costumes*.

<sup>270</sup> Cf. (3, 9, 294) *A diversidade de costumes entre um país e outro só me impressiona pelo prazer da variedade. Cada uso tem a sua razão de ser*.

<sup>271</sup> Cf. (2, 8, 341) (grifo nosso)

simular o hábito. O que nos permite chegar mais facilmente a ontologia montaigniana, que prescreve a absoluta rendição da razão humana ante a sua fraqueza, pois as leis são *feitas para remediar o mal inicial*<sup>272</sup>.

Está nesse diagnóstico o fundamento das leis segundo Michel de Montaigne, elas são um conjunto de cópias decaídas que auxiliam na manutenção do ordenamento promovendo as relações sociais em coordenação com a imagem do acordo produzida pelo costume local<sup>273</sup>. Por extensão, o mesmo acordo tácito é verificado em cada comunidade habitada das terras ocidentais e orientais conhecidas com exceção dos povos do Novo Mundo que se regulam de maneira mais adequada aos preceitos da boa convivência segundo o ensaísta que lamenta que nem Licurgo e Platão tenham visto.

A imagem das leis é outro instrumento empregado pela moderação para conter o horror radical das convicções humanas, ela reduz a termo os extremos opiniáticos da maneira que os costumes locais lhe oportunizam as imagens do agregado. É possível tomar a lei e introduzir o terceiro predicado proposto<sup>274</sup>.

Podemos relê-la da seguinte maneira: uma das manifestações possíveis dos vários ordenamentos possíveis<sup>275</sup>. Assim, ela compõe um dos ardis edificados nos Estados, de maneira que não possui autoridade racional positiva, mas sim a visualização do pessimismo ontológico de Montaigne, uma rendição epistêmica. Ao mesmo tempo em que regula as relações sociais, por conferir corpo a um tipo de convenção, se presta a tentar garantir à variedade humana mediante tentativas de harmonização da diaphonia<sup>276</sup>.

Pouca relação existe entre nossos atos, sempre em perpétua transformação, e as leis que são fixas e estáticas. O mais desejável a esse respeito é que estas sejam as mais simples possíveis e concebidas em termos gerais [...]<sup>277</sup>.

<sup>272</sup> Cf. (1, 23, 126). Ver também: Cf. Eva, 2007 (154-155)

<sup>273</sup> Cf. (1, 232, 122) *As leis da natureza nascem dos costumes, pois todos veneram interiormente as opiniões e os usos aprovados e aceitos pela sua sociedade.*

<sup>274</sup> Para mais desdobramentos e compreensões das leis, sugiro os seguintes endereços: (1, 23, 125); (1, 23, 128); (1, 39, 223); (3, 9, 278); (2, 12, 488)

<sup>275</sup> Cf. (2, 17, 42) *As nossas leis, como as nossas roupas, não têm forma definitiva. É fácil acusar um governo de imperfeição [...].* (grifo nosso). Cf. (2, 12, 485). É possível uma leitura pelos tropos de circunstâncias do objeto, Cf. Lessa, 1995

<sup>276</sup> Cf. (3, 1, 146) *Nossa vontade e nossos desejos só a eles mesmos obedecem, mas nossos atos devem atentar para as leis que regulam e resguardam a ordem pública.* (grifo nosso)

<sup>277</sup> Cf. (3, 13, 359); (3, 9, 298)

Há então uma interface prescritiva que deve apelar para um termo genérico, uma vez que há uma perpétua transformação dos indivíduos que se apresentam numa variedade muito superior a capacidade do simulador. Essa dimensão, o fabrico de leis, também não elimina a baixa capacidade concreta de produzir esses objetos, o homem confecciona bizzarrias<sup>278</sup>. Por outro lado, numa perspectiva interacional, a outra fonte de variedade é o conjunto de imagens desordenadas que cada indivíduo é capaz de lançar sobre a comunidade<sup>279</sup>. Numa palavra já citada, o *homem é de natureza muito pouco definida, estranhamente desigual e diverso*<sup>280</sup>.

A face terapêutica da política montaigniana não parece predispor um regime ideal ou uma camada de indivíduos que podem reter algum tipo de privilégio ou isenção de maneira que podemos descartar a avaliação dos Ensaios como uma pesquisa idiótica e de resultados meramente locais. A moderação é um recurso de contenção de colisões intoxicadas pelas filiações apaixonadas, e dentro de seu estatuto ou do seu campo gravitacional, não há brecha ou concessão a qualquer comunidade ou indivíduo<sup>281</sup>. Em outras palavras, ela é um meio que resulta de um processo racional e da experiência do sujeito Montaigne que, a partir de um mapa cognitivo, prescreve universalmente artifícios que conservem o agregado humano.

### **Dragão Maldito e o Espaço da Quimera**

A contínua variedade humana permite uma re-elaboração do acaso que reúne os homens, ela nos habilita a percebê-lo como igualmente contínuo, infinitos acidentes diários que determinam ao menos uma parcela instantânea da qualidade da natureza que o sujeito humano receberá via *primeiro leite*<sup>282</sup>. O que há então nas comunidades são as formações constantes de pequenos

<sup>278</sup> Cf. (3, 9, 297); Cf. (3, 13, 361) *Nada há tão grave, ampla e comumente defeituoso quanto as leis.* (grifo nosso)

<sup>279</sup> Cf. (2, 12, 499)

<sup>280</sup> Cf. (2, 12, 504)

<sup>281</sup> Ainda que assuma a demonstração corriqueira de que cada povo venere a sua comunidade e a sua forma de se conduzir, Montaigne não isenta a monarquia da submissão a leis, desdenha das cerimônias reais, da bajulação da corte e vários outros pontos. Sua submissão ao governo de França é absolutamente submetida à ausência de paixão. Cf. (1, 30, 40) *Os príncipes com efeito devem submeter-se às leis, pois não pairam acima delas.* (grifo nosso). Cf. (1, 37, 213)

<sup>282</sup> Cf. (3, 9, 271) *Pelo nosso exemplo verifico que a sociedade humana se perpetua de qualquer forma, aconteça o que acontecer.* (grifo nosso)

mundos se processando diariamente, o que lembra a definição de mundo em Mill. A política se apresenta para cada um dos mundos olhando para dentro e para fora de cada local, disso, Montaigne funda, de fato, um mundo, que aparentemente guarda algum nível de correlação com a natureza.

A formação desse planeta Montaigne é cautelosa e dá manutenção ao único princípio que se abate igualmente sobre homens e animais, a natureza, que por enxerto de significado, foi chamada arché. A passagem abaixo serve para sugerir ou ilustrar que nas cânulas que elegemos, grita uma pesquisa de sujeito e objetos de acordo com a canônica cética para os tipos de comunidades que podem acomodar os indivíduos sob um justo ordenamento. Trata-se de uma lembrança silogística, uma das experiências e testes de pequenas assertivas do julgamento do ensaísta<sup>283</sup>.

- (i) Nada, desprovido de alma e razão, fora capaz de criar um ser provido de razão e suscetível de dar a vida;
- (ii) o mundo produz-nos;
- (iii) logo tem alma e razão.

- (a) cada fração de nós mesmos é menor do que nós mesmos
- (b) somos uma fração do mundo
- (c) logo o mundo é dotado de sabedoria e razão e em grau superior ao nosso.

A conclusão é a um só tempo local e inter comunitária: *E uma bela coisa ter um bom governo; o mundo deste ponto de vista comprova pois a excelência do princípio que preside a nossos destinos*<sup>284</sup>. Descartes chama de Dragão Maldito um tipo de pesquisa que permite a reinterpretação constante de possíveis universais e uma incansável observação sobre as capacidades cognitivas do indivíduo e as suas diversas implicações com as relações sociais.

O fragmento abaixo explora um pouco mais do desenvolvimento da matéria montaigniana, difusa e sujeita a várias interpretações.

Como quer que encaremos este nosso mundo, vemo-lo cheio de imperfeições; nada é inútil entretanto na natureza, nem mesmo as inutilidades. Nada existe

<sup>283</sup> Há intérpretes otimistas, como Schaefer, que encontra uma rota clara em Da Amizade. Cf. Schaefer, 1990 (p. 40)

<sup>284</sup> Cf. (2, 12, 445)

que não tenha sua aplicação. Nosso ser é um aglomerado de qualidades que são ao mesmo tempo defeitos<sup>285</sup>.

O desarranjo do binômio qualidade-defeito contra o ordenamento é a demonstração amplificada e cabal da falha humana. A reunião imoderada das imperfeições humanas lança sobre os agregados um conjunto de imagens absurdas, toda sorte de monstros e horrores. Exploremos rapidamente alguns produtos humanos.

A elaboração das leis promove coisa diversa do que a mera cópia decaída do que um dia foi o hábito, além de ser a rendição da razão, ela ainda manifesta a imoderação do fabulador, que recorrentemente ignora a equidade. Por outro lado, sua peça legal faz que o todo prometa antecipadamente algo tão rígido que jamais será capaz de realizar. Os seus vários termos específicos produzem toda sorte de arbítrios capazes de render a moderação humana hoje e no futuro<sup>286</sup>.

Em matéria de fé os procedimentos estabelecidos também habilitam o absurdo humano, e na letra montaigniana, marcha sobre a fé, impávida, toda sorte de trejeitos humanos e nenhum resquício de plano divino<sup>287</sup>. A Reforma introduz por um lado os genuínos artigos da lei religiosa deflagrando todo tipo de assassínios, por outro, a persuasão de novas almas promove toda sorte de procedimentos pela crença no Novo Mundo. Depois de 460 indivíduos lançados à fogueira pelo exército de Deus, Montaigne define o sentido dessa prática religiosa. Pois *se esses bárbaros tinham a intenção de propagar a nossa fé, deviam pensar que não é de territórios que ela precisa e sim de almas*<sup>288</sup>.

---

<sup>285</sup> Cf. (3, 11, 141)

<sup>286</sup> Cf. (3, 9, 298) *O homem obriga-se a si mesmo continuamente a errar e passa a vida a criar deveres feitos para outros seres que não ele. Por que determinar o que não se espera que alguém cumpra? Teremos culpa de não fazer o impossível? As leis que nos condenam ao que não podemos, condenam-nos pelo que não podemos.*

<sup>287</sup> Cf. (1, 23, 126); Cf. (1, 30, 199) [...] *e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o vemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado.* (grifos nossos)

<sup>288</sup> Cf. (3, 6, 239)

A fabricação e a implementação de leis respondem pelo nome de justiça segundo Montaigne, ainda que sejam resultados de infinitas fábulas idiossincráticas individuais. Mais uma vez ele detecta pleno desacordo entre o nome e a coisa. A justiça responde então pela cerimônia processual pública da bestialidade humana, é por ela que toda sorte de imoderações, como a tortura, tomam o conhecimento geral<sup>289</sup>. Essa imagem merece justo polimento e a apresentação do próprio Montaigne.

Considerai as formas de justiça que nos rege: são um autêntico testemunho da imbecilidade humana, tal o número de contradições e erros que computam. [...] Quantos inocentes sabemos terem sido punidos, sem culpa sequer dos juizes? Quantas condenações mais criminosas do que o crime não teve a oportunidade de ver!<sup>290</sup>

A passagem dispõe apenas uma seleção arbitrária para demonstrar a visão precária sob a qual se ordenam artificialmente os povos segundo Montaigne. Seria pelo menos enfadonho proceder a um inventário completo das imagens da intolerância e rendição da ordem, segundo a razão, que pode bem ser compreendida como filosófica ou não, uma vez que ambas se credenciam a política. Mas podemos tomar a passagem que aparentemente é uma crônica da estupidez segundo um fenômeno experimentado pelo perigordiano e procedermos a um brevíssimo diálogo hipotético entre ceticismo e dogmatismo.

O dogmático veria na autoridade da instituição, fundada na razão, um procedimento regular e, se fosse um filósofo, diria que a sentença é justa e procede como causa de um crime. O primeiro interrogaria ambos se a justiça pode promover injustiças, e ao filósofo em particular, pelo menos, lembraria da ausência de nexos causal. Um inocente punido por um árbitro que sabe do equívoco de um termo geral que sacrifica um indivíduo.

Temos agora massa suficiente de recurso para invertermos uma posição, o dragão assume a posição da quimera e esta a daquele. Os vários mundos e produtos demarcados por Montaigne sob os auspícios da razão não cansam de ostentar aberrações monstruosas. A quimera montaigniana assume a vez de

<sup>289</sup> Cf. (2, 5, 318) ...*considero a tortura um processo inumano...*

<sup>290</sup> Cf. (3, 13, 359)

uma pesquisa livre de precipitação otimista de alguma maneira de entender e preservar um agregado tão heterogêneo e de contornos individuais tão difusos.

As almas viciosas são por vezes instadas à prática do bem; da mesma forma, as virtuosas são ocasionalmente solicitadas pelo mal<sup>291</sup>.

Há uma grande quantidade de passagens que trazem mensagem análoga, poderíamos multiplicá-las nesse trabalho, entretanto cabe comunicar que elas repercutem a variedade, a diversidade e a dessemelhança dos indivíduos e dos povos humanos. De maneira que há mais diferenças entre um indivíduo e outro do que entre um animal e outro, segundo Montaigne.

E retomando a passagem, a natureza humana não apresenta estabilidade comportamental ou confirmação dos caminhos dogmáticos padronizados como nexos causais, monocausalidades, certezas etiológicas e movimentos afins para ordenar o mundo. Com o pirronismo de Montaigne tanto o vício pode deflagrar fenômenos virtuosos como a virtude pode promover um conjunto de fenômenos viciosos como a crueldade<sup>292</sup>. De maneira que em assuntos humanos os resultados dogmaticamente otimizados podem redundar generalizados equívocos com perdas humanas.

Podemos arriscar que uma possível resposta montaigniana para essa profusão de dragões realistas é via suspensão do juízo sobre o estatuto de verdade e acerto contido nas proposições. Logo isso significa dizer que a matéria pode e deve continuar a ser observada, a suspensão não pressupõe imobilidade, é uma postura de cautela articulada por resultados auto-evidentes para Montaigne.

É possível afirmar ainda que o tipo de ordenamento que o perigordiano procura não se parece muito com a fabulação que se pratica. Podemos dizer que sua adesão a monarquia, por exemplo, é derivada de um percurso racional e, portanto, marcada de baixo entusiasmo ou paixão, ela se configura como uma adesão meramente acidental, em conformidade com sua filiação filosófica.

---

<sup>291</sup> Cf. (3, 2, 158)

<sup>292</sup> Cf. Quint, 1998 (p. 41-74)

Desse modo, ao que parece, o tipo de harmonização do indivíduo humano que ele procura parece combinar estratégias cognitivas céticas e dogmáticas, se considerarmos que o pirronismo constitui uma vertente de mobilização da reflexão para a prática.

Assim decorre que as imagens céticas que emergem em Montaigne parecem combinar o tipo de convívio interacional observado no Novo Mundo, onde as relações sociais são livres de artifícios demasiados, já que ele, por exemplo, elogia a grandeza de Cuzco e México, com alguns elementos em curso na sua própria comunidade. Entretanto, o seu pessimismo ontológico também sugere um artifício de animosidade contra as inovações embaladas em certeza, assim sendo, essa abordagem merece ser mais desenvolvida.

De qualquer forma, no que diz respeito a nossa matéria, ele preconiza uma criança monstruosa<sup>293</sup>. Se juntarmos essa imagem com o conjunto do equipamento cético, podemos dizer que uma regulação da política que acolha a plena manifestação do indivíduo demarcada por parâmetros de limitação amplamente compartilhados e harmonizados, perpassado por uma ostensiva tolerância e moderação inter comunitária, poderíamos considerar que temos um contorno político.

Se essa composição se parece com o liberalismo em política, é possível concordar com o resultado de Schaefer e Montaigne lança as bases do pensamento liberal<sup>294</sup>. Acaso seja esse mais um anacronismo, Montaigne apresenta ao menos uma criança monstruosa intoxicada de tolerância a pluralidade de manifestações humanas.

## **Epílogo**

Uma definição dos Ensaios de Michel de Montaigne como um complexo de matéria pirrônica não-sistemática foi uma opção que elegemos para penetrar no pensamento do ensaísta. Para chegar até os Ensaios pensamos ser

---

<sup>293</sup> Cf. (2, 30, 83)

<sup>294</sup> Cf. Schaefer, 1990



indispensável uma apresentação do que dispõe a vertente cética antiga, de maneira que a maior parte dos tropos e argumentos que foram sumariamente apresentados a partir do trabalho de Sexto Empírico fosse refletida durante a exposição do ceticismo moderno em Montaigne. Segue-se disso, que a aplicação de Montaigne pode gerar um conjunto de imagens que montam um pensamento da política.

Se o trabalho conseguiu atingir o objetivo, aproximamos o ensaísta do ceticismo referido a si, aos objetos e aos meios epistêmicos entre sujeito e objeto. De modo que em vários desses momentos podemos perceber algum nível de preocupação com os negócios públicos de sua comunidade, da menor parte a maior parte. Assim sendo, demonstramos que é possível relacionar os tropos céticos e a política, por intermédio do nono e décimo tropos de suspensão da obra de Sexto ou de maneira genérica, uma vez que o ceticismo em Montaigne se apresenta pulverizado ao longo dos Ensaaios o que pode nos ajudar a inferir o todo, o que fizemos com a ajuda de Laursen e Frame.

Em segundo lugar introduzimos uma discussão para checar que tipo de reflexão o ensaísta estabelece para comunicar um dos enunciados mais marcados na teoria política tal como a confecção do Estado e Governos. Como ponto de partida, identificamos que a diaphonia pode ser empregada para se chegar ao modo como Montaigne pensa os ordenamentos humanos a partir da reflexão da menor parte, o indivíduo, até o conjunto de imagens que se pode rebater no ordenamento dos Estados. Chegamos à conclusão de que o indivíduo e o ordenamento apresentam vários níveis e combinações de dessemelhanças.

A partir disso pudemos constatar que a confecção de universais a partir do aparelho cognitivo humano passa longe do modo montaigniano de pensar o agregado humano. Buscamos lançar algum tipo de luz sobre como ele recebe a possibilidade de estabelecer princípios. Inicialmente ele nega toda e qualquer chance de derivar o ordenamento de um princípio universal que não seja a natureza, ainda assim condicionada a algo indemonstrável, algo fora da capacidade de entendimento humano, a natureza como código fechado aos meios de entendimento disponíveis para perceber o que lhe preenche.

Montaigne parece gostar da idéia de só admitir a natureza como objeto que se abate sobre todos os seres animados com igual força persuasiva. Ela parece, a partir disso, ser o elemento que ordena as vidas, pois não resulta, em hipótese alguma, do acaso ou da seleção da maioria. Por outro lado, fica claro que ele não concorda com nenhum método dogmático de se atingir o objetivo de se conhecer a essência do que quer que seja, de maneira que opera ostensiva veemência sobre o método e faz pesadas críticas sobre a ética presente nesse tipo de investigação.

Se há um princípio ao alcance humano para remontar ao que origina os Estados e os vários ordenamentos sociais possíveis ele reside da natureza para o acaso. A partir disso, definimos a política como a dimensão que comunica os vários modos de ordenar as comunidades e também de articulá-las entre si sob algum nível de harmonia. O ensaísta é simpático a considerar a natureza humana algo em processo, afetada de humores diversos e uma grande quantidade de hábitos descontínuos. Dessa forma, o homem está encapsulado num tipo de apresentação social sempre pautada pelo esforço de se mostrar como se parece ser, nunca em termos definitivos.

Esse esforço de se apresentar provoca um desacordo entre sujeito e comunidade do qual retiramos um denso pessimismo dos Ensaios de Montaigne. Segundo essa perspectiva, o homem se apresenta facilmente pelo que não é segundo as convenções. Assim, o homem é capaz de se apresentar ao público sempre segundo o apelo da convenção em curso quando lhe é conveniente e não raro constantemente de maneira instável. Chegamos então à conclusão de que os universais são tentativas frágeis de se observar o comportamento dos indivíduos.

Quando o sujeito se comporta segundo aquilo que lhe é mais conveniente alojado a política, ele a configura como um grande teatro assolado de peças e atores e também como a plataforma capaz de fertilizar o erro privado sobre toda a comunidade. A natureza do indivíduo não permite a remoção da máscara seguida da exibição da verdadeira face, ao contrário, é humanamente

impossível perceber a verdade de dentro para fora ou vice versa. Esse embate de enunciados pode ser perfeitamente explicado pela vertente cética, o que produz como conseqüência a suspensão do juízo, mas sem, contudo, diminuir a dimensão do problema sobre a política.

Disso concluímos que Montaigne deflagra uma pesquisa então da justa condução dos negócios públicos e passa por temas consagrados na teoria política tais como justiça, leis, hábitos e, especialmente, a virtude. Percebemos que a virtude em curso pode sinalizar que tipo de fato ele procura por eliminação. Montaigne vê a impostura em negócios públicos como algo temerário capaz de assolar todo o edifício do Estado a partir de uma atitude irrefreada de amor subjetivo<sup>295</sup>.

A partir de um diagnóstico pessimista do indivíduo humano no plano cognitivo e no domínio da conduta ordinária, simultaneamente em contato com a política intermediado por uma intoxicação amorosa que afeta indivíduos e os conduz a comportamentos extremados, configuramos a política em Michel de Montaigne com objeto e como atividade que devem ser e conduzir a moderação.

Ao mesmo tempo, abrimos dessa perspectiva a tomada do ceticismo como a melhor maneira de arrefecer enunciados e a conduta de atores que apresentam esse comportamento em domínio público. Dessa maneira percebemos o ceticismo como terapia a patologia dogmática num domínio sensível a manutenção dos ordenamentos humanos. Colocamos Montaigne operando em dois campos concomitantes, um cético terapeuta interferindo a partir da interferência direta, sobre os agentes, e na ocasião tomamos o exemplo de uma representante do Estado francês, e ao mesmo tempo como intelectual capaz de rebater dogmatismos em curso no campo da filosofia, ou para sermos mais precisos, sobre a discussão teológica.

Apresentamos o gascão definindo mecanismos de promoção da moderação, inicialmente abraçando todos os povos possíveis e usamos a expressão idiomática que o marcou como *cidadão do mundo*. Usamos a imagem da

---

<sup>295</sup> Ver o estudo da política como subjetividade em: Reiss, Timothy J. *Montaigne and the Subject of Polity*. Edited by Parker, Patricia and Quint, David. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, Cap. 7 (p. 116-149)

tolerância, das leis, do hábito e da diversidade para oferecer concretude conceitual à imagem agregada da moderação. Em conjunto elas podem oferecer a prescrição de acordos tácitos humanos como um fio precário capaz de orientar algum nível de esfriamento da manifestação de intolerância e imoderação a que se inclina o espírito humano. De algum modo o tipo de regulação levada a efeito no Novo Mundo produz em Montaigne um referencial auto evidente de que o tipo de ordenamento que ele vive, é a expressão da incompetência humana.

À medida que Montaigne observa o homem como um processo, ainda que numa perspectiva negativa, reelaboramos o tipo de visão que ele remete ao agregado. Inferimos um dos testes de fabulação de mundos a partir de uma estrutura de forte lembrança silogística. Essa formação obedece coerência e cuidado com a rendição humana em relação a natureza, único universal possível. Dessa peça removida de dentro da Apologia percebemos que o perigordiano de algum modo procura a formação de agregados que possam promover a ataraxia ou a vida fora de perturbações e estorvos dogmáticos.

Apresentamos em seguida a pesquisa montaigniana com a flexibilidade e vigor necessários para a configuração desse ordenamento. A natureza humana encerra um conjunto de predicados de orientações dinâmicas e díspares capazes de expressar absurdos e contradições descontínuas ou não, é a própria manifestação da diversidade, de modo que é preciso muito cuidado com otimismo ontológicos e epistêmicos tal como notados nas pesquisas que se pressupõe dotadas de razão universal.

Em seguida, demonstramos algumas imagens e artifícios produzidos pela razão passeando os resultados mais devastadores possíveis para uma matriz de pensamento unificada de etiologias. A pintura de um quadro de manifestações racionais produzindo várias imagens absurdas e desconexas de corte dogmático. O devaneio otimista deflagrando a partição lógica do agregado possível em curso na comunidade de Montaigne e fora dela. Simulamos um diálogo que pode atestar que a posição cética pode não ter em si matéria que

expresse indiferença ou absurdo lógico, na passagem pintamos de ficcionais as produções dogmáticas.

Finalmente, a ausência de filiação apaixonada ao próprio ordenamento, a pesquisa em curso e a sugestão de uma criança monstruosa, alusão que fiz ao ensaio A Propósito de Uma Criança Monstruosa, contida no Livro 2 (Capítulo 30, página 82) podem indicar uma postura crítica local e sugerir a política como capaz de reproduzir outra imagem, diferente da que Montaigne viu em curso em sua comunidade. Por outro lado, os reiterados apelos a variedade, diversidade e moderação podem nos sugerir ainda, em tese, uma vez que o veneno do anacronismo é latente, que a elaboração montaigniana pode se coadunar com a fundação de algumas vertentes da teoria política posterior; pois afinal, como diz o próprio, ele é gascão.

## Conclusão

Uma busca de caracteres genuínos que coordenem o bojo ou uma parcela do ceticismo grego e moderno para a reflexão política e de suas imagens desagregadas podem presumir coexistência compatibilizada. As indicações explícitas em alguns tropos, que proferem obstruções diretamente sobre algumas imagens, não interrompem ligações de enunciados dogmáticos originadas da reflexão ou teoria política agregada. A trilha de ambas as orientações pode conduzir a essa harmonização sem concorrência despótica de qualquer dos lados.

Na reflexão do moderno Michel de Montaigne o purgante cético é oferecido para dogmas das teorias de conhecimento, para a política e também para os seus objetos aparentemente mais conexos como leis, hábitos e crenças que conferem identidades a comunidades e Estados. Se concordarmos que há uma teoria do conhecimento da política, temos que Montaigne é um representante da categoria que estamos sugerindo nessa conclusão.

Os Ensaios perfilam um ataque a busca de universais ao mesmo tempo em que parecem lhes restituir, de modo que a natureza e o acaso assumem as funções que cooperam os ordenamentos dos seres e que conferem à política a capacidade de mobilizar as diaphonias dos indivíduos e comunidades humanas entre si. Assim como o sujeito é processo em Montaigne, tal como no trabalho de Starobinsk, todas as representações que daí surge vão operar definições mutáveis e concorrentes entre si, e assim a política poderá ser vista nos três volumes da fala do *eu* como teoria, função ou atividade, que, por exemplo, recebe a mudança e pluralidade humana.

O fio que alinhava esse pensamento da política, entendemos, é um ceticismo reelaborado. A variedade dos sujeitos humanos será o ponto de partida para a compreensão dos diversos tipos de relacionamentos estabelecidos entre indivíduos e povos, esse mesmo diagnóstico porá o trabalho de Montaigne como um tipo de guia de promoção da tolerância e uma prescrição original de

plena capacidade de cada povo conduzir os seus negócios, de acordo compartilhado com aquilo que apenas lhe parece correto.

## **Anexo ao Capítulo 3**

### **Guia de Fragmentos**

#### **Configuração Política em Michel de Montaigne**

**Recepção** p. 107

**Natureza e Governo** p. 111

**Máscara** p. 119

**Lei** p. 125

**Moderação (tolerância)** p. 129

**Ficção (idéias e realismo)** p. 134

**Epílogo** p. 144



## **Apresentação e Método**

Essa guia auxilia parte dos esforços de pesquisa do trabalho de dissertação para o capítulo terceiro de título Configuração Política em Michel de Montaigne. Ela foi elaborada sob a percepção de que a quantidade de citações feitas ao longo do capítulo torna pouco aprazível, para a pesquisa e para a banca avaliadora, uma reiterada comparação entre a citação no corpo do texto e o seu rebatimento nas referidas páginas dos Ensaaios de Michel de Montaigne que é utilizada como referência principal.

Ela reflete a proposta de índice que a precede com exceção de duas passagens não abordadas *Ficção e Realismo em Montaigne e Lei*. Assim, para cada tópico enumerado, procedemos a uma hierarquia do livro um ao livro três em termos temáticos, de maneira que os temas capturam fragmentos. Assim, para a Recepção, retiramos um conjunto de fragmentos que se coadunam com a sua proposta de conteúdo, do Livro um ao Três. E assim sucessivamente.

## Recepção

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

**Livro 1:** 57 Ensaio;

**1, 23, 125** (dos costumes...) “O sábio precisa concentrar-se e deixar a seu espírito toda liberdade e faculdade de julgar as coisas com serenidade, mas quanto ao aspecto exterior delas cabe-lhes conformar-se sem discrepância com as maneiras geralmente aceitas. A opinião pública nada tem a ver com o nosso pensamento, mas o resto, nossas ações, nosso trabalho, nossas fortunas, cumpre-nos colocá-lo a serviço da coletividade e submetê-lo a sua aprovação.”

**1, 23, 128** (dos costumes...) “Considero com efeito soberanamente iníquo querer subordinar as instituições e os costumes públicos, que são fixos, às opiniões variáveis de cada um de nós (a razão privada tem jurisdição privada) e empreender contra as leis divinas o que nenhum governo toleraria contra as leis civis.”

**1, 25, 140** (do pedantismo) “Sabem dizer ‘como observa Cícero’, ‘eis o que dizia Platão’, ‘são palavras de Aristóteles’, mas que dizemos nós próprios? Que pensamos? Que fazemos? Um papagaio poderia substituir-nos.”

**1, 25, 140** (do pedantismo) “Cuidamos das opiniões e do saber alheios e pronto; é preciso torná-los nossos. [...] Que adianta ter a barriga cheia de comida se não a digerimos? Se não a assimilamos, se não nos fortalece e faz crescer!”

**1, 25, 142** (do pedantismo) “Tais mestres, como os sofistas seus parentes próximos a que alude Platão, são de todos os homens os que parecem mais úteis à humanidade. No entanto são os únicos que não somente não melhoraram a matéria-prima que se lhes confiou, como fazem o carpinteiro e o pedreiro, mas a estragam e ainda cobram por tê-la estragado.”

**1, 26, 140** (da educação das crianças) “Exponho aqui meus sentimentos e opiniões, dou-os como os concebo e não como os concebem os outros; meu único objetivo é analisar a mim mesmo e o resultado dessa análise pode, amanhã, ser bem diferente do de hoje, se novas experiências me mudarem.

Não tenho autoridade para impor minha maneira de ver, nem o desejo, sabendo-me demasiado mal instruído para instruir os outros.”

**1, 40, 266** (sobre Demócrito e Heráclito) “Ao acaso escolho um assunto, pois todos me são igualmente bons e não pretendo esgotar nenhum, porquanto de nenhum chego a ver o fundo. E os que nos prometem mostrá-lo não cumprem suas promessas”. “Entre cem aspectos da mesma coisa, tomo um. E ora o debico apenas, ora o mordisco, ora vou até o osso.”

### **Recepção (Cont. 1)**

**Livro 2:** 37 Ensaio;

**2, 16, 12** (da glória) “Há em tudo o nome e a coisa. O nome é a palavra que marca e significa a coisa: não faz parte dela, a ela não se incorpora; é um acessório que se acresce, por fora”. Ele emprega Deus e o nome de Deus como exemplo.

**2, 16, 12** (da glória) “A glória a que aspiro é a de ter vivido tranqüilo, não como o entendem Metrodoro, Arcesilau ou Aristipo e sim a meu modo. Em sendo a filosofia incapaz de mostrar o caminho que conduz ao repouso da alma e a todos convém, que cada qual por seu lado o procure”.

**2, 16, 18 -19** (da glória) os estranhos o concebem pela aparência, mas ele é outra coisa.

**2, 17, 41** (da presunção) “A razão humana é uma espada de dois gumes, perigosa de se manejar. Na própria mão de Sócrates apresenta mil e uma soluções para o mesmo caso! Por isso sigo os outros e deixo-me arrastar pela massa; não tenho bastante confiança em minhas forças para comandar e dirigir; e apraz-me encontrar aberto o atalho pelo qual caminho. Se devo correr o risco de uma escolha incerta, prefiro seguir alguém mais seguro de sua opinião, à qual me filio mais do que à minha, a meu ver sempre assentada em base escorregadia.

Entretanto, não sou homem a que iludam facilmente, tanto mais quanto distingo muito bem o lado fraco das opiniões contrárias: ‘dar constantemente seu assentimento pode acarretar muitos erros e perigos’ (Cícero). Isso é principalmente verdadeiro nos negócios políticos, que apresentam um campo

aberto às discussões e incertezas: ‘a balança cujos pratos se acham carregados de pesos iguais, não se abaixa nem levante de nenhum lado (Tíbulo).

Os princípios de Maquiavel são, por exemplo, bastante sérios a esse respeito, e no entanto têm sido facilmente refutados, e os que os refutam apresentam razões igualmente refutáveis. Qualquer argumento encontra sempre duas, três ou quatro réplicas, sem contar que dão azo a inextricáveis debates, prolongados ainda pela chicana a fim de que não se encerre a discussão: ‘vence-nos o inimigo, vencemo-lo por nosso turno’ (Horácio). As razões de ambas as partes assentam unicamente na experiência, e os acontecimentos humanos produzem-se sob tantas formas que, em cada caso, infinitos são os exemplos.

Assim penso das discussões políticas: qualquer que seja a tese, teremos a mesma probabilidade de acertar que os nossos adversários, conquanto não nos choquemos de encontro a princípios elementares e evidentes. Entretanto, nos negócios públicos, não há direção, por má que seja, que, se continuamente seguida durante algum tempo, não se deva preferir a mudanças perturbadoras. Nossos costumes são por demais corruptos e tendem a piorar; entre nossas leis e nossos usos, muitos há bárbaros e monstruosos; entretanto, em razão da dificuldade em melhorar o que existe e do perigo da destruição atribuível a qualquer mudança, se pudesse cravar uma cunha que sustasse o movimento de nossa roda do ponto em que se acha eu o faria de bom grado: ‘não há ação, por vergonhosa e infame que seja que não encontre pior’.

## **Recepção (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaio**

**3, 5, 221** (a propósito de Virgílio) “Devo ao público um retrato realista de mim. Estes ensaios são edificantes porque a verdade, a realidade e a liberdade neles reinam. Recuso-me a trocar um dever real por essas regras mesquinhas, hipócritas, fictícias e de uso restrito. Atenho-me às leis gerais e constantes que a natureza nos dita e de que são filhas, mas filhas bastardas, a civilidade e as convenções sociais. Que importam os vícios que parecemos ter, ao lado dos

que realmente temos? Quando houvermos acabado com estes, atacaremos os outros se acharmos necessário. Pois corremos perigo em imaginar novos deveres a fim de desculpar-nos por não termos cumprido os verdadeiros, estabelecendo a confusão. Assim acontece, como em certos países, serem os crimes erros e os erros crimes; e em outras nações, em que as regras da boa educação são poucas e sem conseqüência, o bom-senso faz que se observem mais estritamente as leis naturais. A multidão inumerável dos deveres exige tal atenção, que chegamos a negligenciá-los e ouvida-los. Um excesso de aplicação às coisas de nonada desvia-nos das importantes. Fácil é o caminho homens que vêem as coisas superficialmente! Todas essas convenções não passam de pára-ventos atrás dos quais nos confiamos e regulamos nossa relações sociais; mas não nos permitem libertar-nos, antes aumentam nossos deveres para com o grande juiz que, afastando trapos e ouropéis, nos examina em nossa nudez total, pois não lhe escapam nem mesmo as nossas vergonhas e os nossos vícios mais secretos”.

**3, 9, 268** (da vaidade) “Acho que servir ao público e ser útil ao maior número é o que há de mais honroso, ‘nunca apreciamos melhor os frutos do gênio e da virtude como quando os repartimos com o próximo’ (Cícero)”. Lembra que Platão se negou a cargos públicos, ele também o faz.

**3, 9, 271** (da vaidade) “De qualquer jeito que se coloquem os homens, juntam-se e se ordenam, como esses objetos heterogêneos que pomos no bolso e que acabam por se ajeitar sozinhos, por vezes melhor do que o faríamos”.

**3, 9, 291** (da vaidade) “Cabe aos bons escritores, aos que escrevem coisas úteis, fixá-la [a língua] até certo ponto; quanto à duração da mudança, dependerá de nosso estado político. Não hesito entretanto em introduzir aqui alguns temas que são mais da alçada de certas pessoas de nossa época, que se especializaram em determinadas ciências; compreendê-los-ão por isso melhor do que a generalidade de meus leitores”.

**3, 9, 300** (da vaidade) “O leitor distraído é que perde de vista meu tema; eu não. Sempre, em algum lugar, umas poucas palavras hão de mostrar que o tenho em mente. Passo de um assunto a outro sem regra nem transição; meu estilo e meu espírito vagabundeiam juntos”.

## **Natureza e Governo**

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

**Livro 1:** 57 Ensaaios;

**1, 3, 40** homem de natureza pouco definida e julga diversamente as coisas.

**1, 3, 39** pouco disposto a paixões violentas.

**1, 6, 50** a guerra admite como lícitas práticas condenáveis.

**1, 9, 55** os negócios públicos exigem boa memória. (-) memória = (+) verdade.

**1, 10, 59** conhece por experiência os que dispensam os estudos e falam com alegria de improviso.

**1, 20, 97** (de como filosofar...) “Em verdade, sem certa anuência da natureza é difícil que a arte e a indústria progridam nas obras que produzem. Eu não sou melancólico, sou sonhador”

**1, 20, 102** (de como filosofar...) “A natureza nos ensina: saís deste mundo como nele entrastes”.

**1, 23, 117** (dos costumes e da...) “Os milagres decorrem de nossa ignorância da natureza”...

**1, 23, 122** (dos costumes e da...) “imaginamos” que as idéias aceitas em torno de nós, trazidas pelos nosso pais, “são absolutas e ditadas pela natureza”

**1, 23, 122** (dos costumes...) “Os povos, afeitos à liberdade e a se governarem por si mesmo, encaram qualquer outra forma de governo como monstruosa e contrárias à natureza”.

**1, 25, 141** (do pedantismo) “A natureza, para mostrar que não há nada selvagem em sua obra, permite que surjam nos países onde as artes se acham menos desenvolvidas produções do espírito que ombreiam com as demais admiráveis.”

**1, 28, 178** (da amizade) “A natureza parece muito particularmente interessada em implantar em nós a necessidade das relações de amizade e Aristóteles afirma que os bons legisladores se preocupam mais com essas relações do que com a justiça.”

**1, 30 189** (da moderação) “Calicles tem razão: levada ao exagero, a filosofia escraviza nossa franqueza natural e, mediante sutilezas importunas, nos desvia do belo caminho que a natureza nos traça.”

**1, 30, 195** (dos canibais) “àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto [de selvagem]”.

**1, 30, 195** (dos canibais) “As qualidades e propriedades dos primeiros são vivas, vigorosas, autênticas, úteis e naturais; não fazemos senão abastardá-las nos outros a fim de melhor as adaptar a nosso gosto corrompido”.

**1, 30, 195** (dos canibais) “Não há razão para que a arte sobrepuje em suas obras a natureza, nossa grande e poderosa mão. Sobrecarregamos de tal modo a beleza e riqueza de seus produtos com as nossas invenções, que a abafamos completamente”.

**1, 30, 196** (dos canibais) “As leis da natureza, não ainda pervertidas pela imisção dos nossos, regem-nos até agora e mantiveram-se tão puras que lamento por vezes não as tenha o nosso mundo conhecido antes, quando havia homens capazes de apreciá-las”.

**1, 30, 195** (dos canibais) “Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia”.

**1, 30, 195** (dos canibais) “Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres”. ... “as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia e o perdão só excepcionalmente se ouvem”. “Como essas, foram as primeiras leis da natureza (Virgílio)”.

**1, 30, 203** (dos canibais) “Três dentre eles (e como lastimo que se tenham deixado tentar pela novidade e trocado seu clima suave pelo nosso!), ignorando quanto lhes custará de tranqüilidade e felicidade o conhecimento de nossos costumes corrompidos, e quão rápida será a sua perda, que suponho já iniciada, estiveram em Ruão quando ali se encontrava Carlos IX”. Estranharam barbudos obedecendo criança e a *metade* faminta não se insurja contra os

alimentados. Tudo isso é interessante, “mas, que diabo, essa gente não usa calças!”

**1, 36, 210** (do hábito de se vestir) “...e pergunto a mim mesmo se o fazem [andam nus] por causa da temperatura elevada (como o dizem, no que respeita aos índios e aos mouros) ou porque originalmente assim andaram os homens. Estando tudo o que sob os céus submetido (1) às mesmas leis, como diz a (A) Bíblia, admitem as pessoas sensatas que nas questões dessa ordem, para distinguir as (1.1) leis naturais das (1.2) por nós inventadas, é preciso que nos reportemos às **regras gerais** que presidem ao trabalho da (B) natureza neste mundo e que não sofrem alteração”.

**1, 36, 211** (do hábito de se vestir) “É fácil de se compreender que é o costume que nos faz parecer natural o que não o é, pois, entre os povos que não usam roupa, alguns habitam em climas semelhantes ao nosso e outros bem mais rudes.

**1, 41, 269** (vãs são as palavras) “As repúblicas bem organizadas e administradas não deram muita importância aos oradores. Assim foi em Creta e na Lacedemônia. [...] Sócrates e Platão a definem como a arte de enganar e adular”.

### **Natureza e Governo (Cont. 1)**

**Livro 2:** 37 Ensaios;

**2, 1, 291** (da incoerência de nossas ações) “Os que se dedicam à crítica das ações humanas jamais se sentem tão embaraçados como quando procuram agrupar e harmonizar sob uma mesma luz todos os atos dos homens, pois estes se contradizem comumente e a tal ponto que não parecem provir de um mesmo indivíduo.”

**2, 1, 291** (da incoerência de nossas ações) “É aparentemente possível julgar um homem pelos fatos mais comuns de sua vida; mas, dada a instabilidade natural de nossos costumes e opiniões, pareceu-me muitas vezes que os melhores autores erravam em se obstinar a dar de alguém uma idéia bem assentada e lógica. Adotam um princípio geral e de acordo com este ordenam e interpretam as ações, tomando o partido de as dissimular quando não as deformam para que entrem dentro do molde preconcebido”.



**2, 1, 292** (da incoerência de nossas ações) “Hesitamos em tomar partido; nada decidimos livremente, de maneira absoluta, coerente. Se alguém traçasse e estabelecesse determinadas leis de conduta e regime político de vida, veríamos brilhar em seus atos e atitudes uma harmonia cabal e em seus costumes uma ordem e uma correlação evidentes”.

**2, 1, 292** (da incoerência de nossas ações) “Somos todos constituídos de peças e pedaços juntados de maneira casual e diversa, e cada peça funciona independentemente das demais. Daí ser tão grande a diferença entre nós e nós mesmos quanto entre nós e outrem: ‘Crede-me, não é coisa fácil conduzir-se como um só homem’”. É muito difícil julgar alguém pelos seus atos exteriores, é preciso penetrar na pessoa, e como isso é difícil, recomenda que poucas pessoas o façam.

**2, 2, 296** (da embriaguez) “O mundo não é senão variedade e dessemelhança. Os vícios têm em comum o fato de serem vícios”. [...] “Há tanta diversidade no vício quanto em qualquer outra coisa”.

**2, 8, 331** (da afeição dos pais pelos filhos) “Se alguma lei natural existe, isto é, algum instinto que se manifeste sempre em todos, bichos e gente (embora haja quem diga o contrário), é, ao meu ver, a da afeição que quem engendra dedica ao engendrado, sentimento esse que vem logo após o cuidado que cada qual tem com a sua conservação e com evitar o que lhe pode ser nocivo. A própria natureza o parece ter desejado, a fim de que as diferentes peças da máquina por ela criada se desenvolvam e prodigam”.

**2, 23, 61** (dos meios e dos fins) “Existe na organização da natureza uma maravilhosa correlação e uma similitude que não resultam do acaso nem podem provir da vontade de muitos. As doenças, as condições diversas de nosso corpo, vêm-se também nos Estados e governos. Como os indivíduos, os reinos e repúblicas nascem, crescem e definham ao ser atingidos pela idade”.

**2, 30, 83** (a propósito de uma criança monstruosa) “Esse duplo corpo e esses múltiplos membros ligados a uma só cabeça, poderiam muito bem constituir um bom prognóstico para o nosso rei, pressagiando a coexistência de vários partidos sob as suas leis. Mas é melhor deixá-lo de lado, pois os acontecimentos podem desmenti-lo. É mais seguro prognosticar os fatos consumados ‘mediante interpretações que os enquadrem nas conjeturas’,

como diz Cícero e também Epimênides, de quem afirmavam que adivinhava 'para trás'."

**2, 30, 83** (a propósito de uma criança monstruosa) Só Deus pode saber o que é monstruoso, o que se apresenta para os homens não o são para os olhos divinos. Acredito que ele quer descaradamente influenciar, tal como Schaefer o fala. "Tudo o que emana de Sua infinita sabedoria é belo e decorre de leis gerais; mas, as relações dessas coisas entre si e sua ordenação escapam-nos".

**2, 37, 122** (da semelhança dos filhos com os pais) "Não sou hostil ao aproveitamento dos produtos naturais e não duvido da eficiência dos recursos da natureza, nem da possibilidade de os utilizarmos. Bem vejo como os pássaros e os peixes têm razão de confiarem nela, desconfio das intervenções de nosso espírito, de nossa ciência, de nossa arte que não sabemos conter dentro de prudentes limites e pelas quais nós abandonamos a natureza e suas leis".

## **Natureza e Governo (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaaios**

**3, 1, 141** (do útil e do honesto) "Como quer que encaremos este nosso mundo, vemo-lo cheio de imperfeições; nada é inútil entretanto na natureza, nem mesmo as inutilidades. Nada existe que não tenha sua aplicação. Nosso ser é um aglomerado de qualidades que são ao mesmo tempo defeitos".

**3, 1, 147** (do útil e do honesto) "A justiça em si, em seu estado natural, é universal e tem regras diferentes e mais elevadas do que essa justiça especial, nacional e condicionada às necessidades dos governos: 'Não temos modelo sólido e positivo do verdadeiro direito e da justiça perfeita; temos apenas uma imagem dela, uma sombra' (Cícero).

**3, 6, 236** (dos coches) "Nosso mundo acaba de descobrir outro não menor, nem menos povoado e organizado do que o nosso (e quem nos diz que será o último?) e, no entanto, tão jovem, que ignora o a-bê-cê [...] Receio, porém, que venhamos a apressar a decadência desse novo mundo com nosso contato e que ele deva pagar caro nossas artes e idéias".

**3, 9, 273** (da vaidade) “Pois todas as medidas imaginadas artificialmente [*para organizarem os homens por meio das leis*] revelam-se ridículas e ineptas na prática. Essas grandes e prolixas discussões acerca da melhor forma de governo somente são úteis como exercícios espirituais, semelhantes nisto a certas questões artísticas que só interessam como temas de controvérsia, porquanto fora desse clima não existem. Alguns desses projetos de governo poderiam talvez aplicar-se a um muno novo, mas estamos em um mundo já velho em que reinam certos costumes; não o criamos, nós outros, como fizeram Pirro ou Cadmo. Quaisquer que sejam as possibilidades que tenhamos de corrigi-lo e reorganizá-lo, não podemos, sem o quebrar, dobrá-lo até perder o vinco antigo. [...] A melhor forma de governo de um país é aquela que vem sendo adotada tradicionalmente e não a ideal, pois sua eficiência depende somente dos costumes. Nós nos queixamos das condições presentes; mas creio errado querer, em uma democracia, que o poder se concentre em poucas mãos, ou, numa monarquia, que outro governo substitua o existente [...] Nada me parece mais grave para um país do que uma mudança radical. Esta é que permite o aparecimento da tirania e da injustiça. Quando uma peça qualquer se estraga, cabe consertá-la, pois assim podemos evitar que a alteração e a corrupção inerentes a todas as coisas não nos afastem demasiado de nossos princípios e instituições; mas querer refundir tão grande massa e trocar os alicerces de tamanho edifício é fazer como os que, para melhorar, apagam tudo, para corrigir um defeito tudo desmantelam, para curar matam o doente: ‘Não é bem mudar que pretendem; é destruir’(Cícero)”. [*Aqui as analogias remetem a comparação do Estado a um corpo refém de procedimentos da medicina*] [...] todas as grandes mudanças abalam o Estado e provocam a desordem. “Quem consultasse os interessados antes de tentar a cura ficaria logo hesitante”.

**3, 9, 274** (da vaidade) “A conservação dos Estados é coisa que provavelmente ultrapassa nossa inteligência. Um governo é, como diz Platão, uma força difícil de se dissolver; resiste muitas vezes a doenças mortais que o roem interiormente; mantém-se, apesar das leis injustas, a despeito da tirania, da prevaricação, da ignorância dos magistrados, da licença e da sedição dos povos”.

**3, 9, 275** (da vaidade) “Se o mal é universal, podemos encontrar nessa generalização razões de sobra para nos consolarmos e até a esperança de durarmos, pois nada cai quando tudo cai. Uma doença que a todos atinge torna-se um estado normal de saúde para os indivíduos. Onde tudo é igual não pode haver dissolução”.

**3, 9, 280** (da vaidade) “Já me dão muito os príncipes, quando nada me tiram, e fazem-me um bem suficiente quando não me prejudicam. E tudo o que lhes peço. Como agradeço a Deus por somente dever a Sua bondade, tudo o eu possuo!”

**3, 9, 283** (da vaidade) “A febre atual atacou nosso corpo, sem entretanto agravar o estado em que se encontrava; a brasa dormia e agora surge a chama, eis tudo”.

**3, 9, 296** (da vaidade) “Devemos agir de maneira a não ir de encontro à natureza universal, sem entretanto deixar de seguir nossas próprias tendências”(Cícero).

**3, 10, 310** (do domínio da própria vontade) “As leis da natureza nos ensinam. Os sábios dizem que a natureza não faz indigentes e quem o é, só o é em consequência da desordem de sua imaginação. E distinguem com sutileza os desejos naturais dos que nós mesmos criamos. Os que são realizáveis vêm dela; os que não podemos satisfazer nascem de nossa fantasia. A pobreza de bens é facilmente remediável; a da alma não tem cura. ‘Se o homem se contentasse com o suficiente, eu seria rico; mas como o homem não contenta, não há riqueza bastante para mim’ (Lucílio).

**3, 10, 311** (do domínio da própria vontade) “A natureza exige muito pouco para nossa conservação, tão pouco que foge aos golpes possíveis da má sorte. Entretanto, permitam-nos algo mais e chamemos natureza aos costumes e situação pessoal e fixemos assim os limites de nossas aspirações, levando em conta o que já possuímos. Parece-me desculpável agir desse modo, pois os costumes são uma segunda natureza, tão poderosa quanto a primeira”.

**3, 11, 324** (dos coxos) “Nosso raciocínio é capaz de reconstruir um mundo como o nosso e descobrir-lhe os princípios e a organização; não precisa para tanto nem de base nem de materiais; basta-lhe deixar-se levar, ‘hábil que é em dar um corpo a fumaça’ (Pérsio). Constrói tão bem sobre o vazio como sobre o cheio, com nada como com alguma coisa”.

**3, 11, 325** (dos coxos) “Disso resulta conhecermos as causas e os efeitos de mil coisas que nunca existiram, e discutirem os indivíduos acerca de assuntos em que o pró e o contra são igualmente falsos...”.

**3, 11, 325** (dos coxos) “O erro individual forma o erro público, o qual, por sua vez, cria o erro individual. Assim, vai-se a coisas enraizando, de mão em mão, a ponto de cada nova testemunha se achar mais bem-informada do que a precedente, e a última mais convencida do que a primeira. É uma progressão natural; quem quer que acredite em algumas coisas, considera obra convencer a outrem”.

**3, 12, 332** (da fisionomia) “Nosso mundo é feito de ostentação; os homens incham-se de vento e andam aos saltos como os balões”.

**3, 12, 332** (da fisionomia) “Nessas doenças dos povos, podem-se, no início distinguir os enfermos dos sãos. Mas quando a doença se prolonga, como em nosso caso, todo o corpo se ressentente, da cabeça aos pés, nenhuma parte permanece isenta de corrupção, pois não há ar que mais gulosamente se respire e penetre um organismo do que o ar da licença”.

**3, 13, 355** (da fisionomia) “A natureza cria sempre leis melhores do que as nossas. Atestam-no a idade de ouro de que falam os poetas e o estado natural em que vemos viverem os povos que não conhecem leis artificiais”.

**3, 13, 361** (da experiência) “Nesse grande todo abandono-me despreocupado e ignorante à grande lei geral que rege o mundo; conhecê-la-ei suficientemente quando lhe sentir os efeitos. Meu saber não pode afastá-la de seu caminho; não se modificará por mim, seria loucura esperá-lo; e maior loucura ainda aborrecer-me, pois necessariamente é ela igual, para todos e a todos se aplica. A bondade, o poder de quem governa o mundo exime-nos de qualquer ingerência em suas leis. As pesquisas e as contemplações dos filósofos servem apenas de alimento para nossa curiosidade. Têm razão quando apontam a natureza; mas de que vale tão sublime conhecimento?”

**3, 13, 389** (da experiência) “Mas eu, homem de gosto pouco requintado, não posso ventilar tão singelo tema sem deixar de inclinar-me fortemente para os prazeres presentes da lei humana e geral, intelectualmente sensíveis e sensivelmente intelectuais”.

**3, 13, 390** (da experiência) “A boa mãe natureza fez que os atos que somos instigados a praticar, para satisfazer às nossas necessidades, nos dessem

igualmente prazer. Incita-nos não somente pela razão mas ainda pelo desejo, e é erro ir de encontro a suas regras”.

**3, 13, 390** (da experiência) “Não soubesses então dirigir a vossa vida? Tereis nesse caso cumprido a mais bela das tarefas. Para se manifestar e frutificar, a natureza não precisa da fortuna; sua ação se exerce em todas as condições sociais: às ocultas como a descoberto”.

### **Máscara**

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

**Livro 1: 57** Ensaio;

**1, 19, 91** (somente depois da morte...) “na última cena, a que se apresenta entre nós e a morte, não há como fingir”

**1, 9, 57** o campo de ação da mentira não comporta limites; não tem força de vontade para não fazer uso da mentira em situação perigosa.

**1, 23, 117** (dos costumes e da...) ... “a questão religiosa, a que misturam tantas imposturas”...

**1, 23, 126** (dos costumes...) “empregam eufemismos para qualificar as piores paixões políticas, para apresentá-la de um ângulo favorável, desculpar-lhes os atos, alterar e atenuar as idéias que teriam despertado se usassem seus verdadeiros nomes.”

**1, 23, 127** (dos costumes...) “E direi francamente que me parece sinal de excessivo amor-próprio e grande presunção valorizar alguém sua opinião a ponto de tentar, a fim de vê-la triunfar, subverter a paz pública em seu próprio país, facilitando o advento dos males inevitáveis inerentes à guerra civil, sem falar no horrível corrupção da moral e nas mutações políticas que podem ocorrer.”

**1, 38, 217** (como uma mesma coisa nos faz rir e chorar) “Sem dúvida nossas ações, em sua maioria, são máscara e artifício, e é verdade por vezes que ‘as lágrimas do herdeiro se fazem risos sob a máscara’ (Públio Siro). Segue-se disso a explicação das diversas paixões que agitam a alma. Humores, sentimentos, idiotia; a alma muda o ponto de vista, vê com outros olhos, por outros ângulos, diferentes lados e aspectos diversos.

**1, 25, 143** (do pedantismo) “Pois detesto as pessoas que suportam mais dificilmente um terno mal feito do que uma alma e julgam a qualidade do homem pelas reverências, as atitudes, e as botas.”

**1, 32, 203** (de como é preciso prudência...) “No desconhecido situa-se o verdadeiro campo de ação da impostura; já porque a própria extravagância a favorece e lhe dá crédito, já porque, escapando à razão comum, não temos meios para a combater.” Fabula, alquimia, quiromancia, alguns teólogos.

### **Máscara (Cont. 1)**

**Livro 2:** 37 Ensaios;

**2, 1, 295** (da incoerência de nossas ações) “Somos um amontoado de peças juntadas inarmonicamente e queremos que nos honrem quando não o merecemos. A virtude vale por si mesma; se para outro fim tomamos a sua máscara, logo ela no-la arranca da cara. Quando nossa alma se impregna dela, forma ela uma espécie de verniz fortemente adesivo que só se tira com a própria pele”. Assim, para conhecer alguém é preciso seguir os seus passos e achar a constância, se mostrar diferente, abandonemo-lo.

**2, 8, 331** (da afeição dos pais pelos filhos) “...devemos atentar para os desígnios da natureza, sem contudo nos escravizarmos a ela, pois somente a razão deve regular as nossa inclinações”.

**2, 10, 348** (dos livros) “O que escrevo resulta de minhas faculdades naturais e não do que se adquire pelo estudo”.

**2, 11, 358** (da crueldade) “Parece-me que a virtude é coisa diferente, e mais nobre, do que as inclinações para a bondade, que nascem em nós. As almas nascidas e naturalmente bem equilibradas seguem caminhos idênticos e apresentam em suas ações fisionomia igual à das virtuosas. Mas a virtude revela não sei que de maior, mais ativo, do que deixar-se, sob a influência de uma feliz compleição, serenamente conduzir pela razão.”

**2, 11, 358** (da crueldade) Virtude não é apenas fazer o bem. “... que a virtude recusa a companhia da felicidade; e que esse caminho cômodo, de declive suave, pelo qual nos deixamos levar naturalmente, não é o da verdadeira virtude. O caminho desta é árduo e espinhoso”.

**2, 11, 362** (da crueldade) Ele está procurando uma definição de virtude e chega em Platão. “Quem tem em seu cérebro algumas noções, embora sucintas, de filosofia, poderá representar-se Sócrates em sua prisão, acorrentado e condenado, livre unicamente de seus temores?” Quer induzir que havia em nele a virtude.

**2, 17, 22** (da presunção) “Há outro tipo de glória que consiste em termos opinião demasiado boa de nós mesmos. Essa afeição imprudente faz que nos representemos aos nossos próprios olhos diferentes do que somos. E atua como a paixão amorosa, que empresta ao objeto de seu amor a beleza e a graça, turvando e alterando a razão de quem ama e fazendo da pessoa amada um ser muito mais perfeito do que é.”

**2, 17, 23** (da presunção) ele acredita que não segue as convenções ao falar de si mesmo e seus atos.

**2, 17, 35** (da presunção) Em relação ao século: “Quanto a essa nova virtude do artifício e da dissimulação, tão apreciada nestas eras, odeio-a supremamente. Entre todos os vícios, não conheço nenhum que revele tanta covardia e tanta covardia e tanta baixeza. É característico da covardia e do servilismo, e predispõe à perfídia, fantasiar-se e mascarar-se e não se mostrar como se é”.

**2, 17, 35** (da presunção) “Não sei que vantagem podem esperar dissimulando e agindo continuamente ao contrário do que pensam, senão a de que os outros acreditam como quando falam a verdade”. Mas dizer abertamente que quem não dissimula o pensamento em público não governa, é dizer que só se governará com mentiras”.

**2, 27, 68** (a covardia é mãe da crueldade) “Vi gente cruel ter a lágrima fácil a propósito de coisas insignificantes”.

## **Máscara (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaio**

**3, 1, 145** (do útil e do honesto) “As pessoas de duas caras são úteis pelo que trazem, mas é preciso atalaia para que levem o menos possível”.

**3, 1, 146** (do útil e do honesto) “...a própria inocência não poderia, em nossa época, dispensar a dissimulação, nem negociar sem mentir. Daí não serem os cargos públicos do meu agrado;”



**3, 2, 156** (do arrependimento) “Só nos mesmos sabemos se somos covardes e cruéis, ou leais e religiosos; não nos vêem os outros, tão-somente nos adivinham de acordo com conjeturas duvidosas. Não é a nossa natureza real que percebem, e sim a aparência que, mediante artifícios, conseguimos exhibir”.

**3, 2, 156** (do arrependimento) “Deliciosa é a vida de quem obedece à regra, mesmo na intimidade. Todos podem fazer-se comediantes e representar o papel de um personagem honesto. Mas dentro de nós, onde somos senhores, onde tudo permanece secreto, é difícil não nos afastarmos da regra. E ser ponderado em assunto que não suporta a interferência alheia, é aproximar-se da perfeição”.

**3, 2, 157** (do arrependimento) “Há quem passe aos olhos do mundo por ter realizado milagres, sem que a mulher ou o criado o tenham percebido. Poucos homens suscitaram a admiração de seus lacaios; ninguém é profeta em sua casa, nem mesmo em seu país, dizem as lições da História”.

**3, 2, 157** (do arrependimento) “E mesmo que os atos humildes da vida privada se ordenassem admiravelmente, fora preciso um juízo penetrante e particularmente lúcido para constatá-lo, pois a ordem é uma virtude sem brilho e que não atrai atenção”. Ele fala das discrepâncias entre o que aparece para o público e o que acontece no privado, na vida doméstica. Ele procura a perfeição quando ambas se equilibrarem.

**3, 2, 158** (do útil e do honesto) “O mérito da alma não consiste em se elevar mais algo e sim em se conduzir ordenadamente. Sua grandeza não se manifesta na grandeza, mas na mediocridade”.

**3, 2, 158** (do útil e do honesto) “Os que nos julgam pelas aparências brilhantes que percebem de fora deduzem que por dentro somos iguais; não podem estabelecer uma ligação entre as faculdades comuns, semelhantes às deles e que também existem em nós, e as que os espantam e se acham tão longe do que procuram ver”.

**3, 2, 159** (do arrependimento) “... antes me encontro sempre bem firme em meu equilíbrio, como os corpos pesados e maciços. Se não estou na inteira posse de mim mesmo, acho-me no ponto de me dominar”.

**3, 2, 159** (do arrependimento) “O que verdadeiramente nos condena, e afeta a maneira de se ser de todos, é que o próprio arrependimento se acha corrompido pelas más intenções. Temos apenas confusamente o desejo de

nos corrigir, iludimos a penitência e nos conduzimos então pior ainda do que no pecado”.

**3, 9, 283** (da vaidade) “Não quero esquecer-me de que, por mais irritado que ande contra a França, não deixo de olhar Paris com bons olhos. Esta cidade conquistou-me o coração desde criança e quanto mais belas cidades conheço tanto mais ela cresce na minha afeição. Amo-a pelo que é e como é, e mais em sua vida habitual do que nas épocas de festas; amo-a com ternura e até em suas imperfeições e seus vícios; e só me sinto francês por causa dessa grande cidade, grande pelo seu povo e pela sua localização, e grande ainda, e principalmente, pela variedade e diversidade dos prazeres e vantagens que nos oferece. É a glória de França e um dos mais nobres ornamentos do mundo. Que Deus afaste dela as nossas dissensões!”

**3, 9, 287** (da vaidade) “Na verdadeira amizade, e bem a conheço, damos ao amigo mais do que tiramos. Não somente prefiro fazer-lhe bem a receber dele favores mas ainda prefiro que o faça a si mesmo a fazê-lo a mim”.

**3, 9, 289** (da vaidade) “Tiro deste estudo de meus costumes um inesperado proveito: serve-me até certo ponto de regra de conduta. Obriga-me por vezes a não desmentir o que sempre fui. Esta declaração pública força-me a manter-me obediente à direção tomada e a não desacreditar a descrição de minhas condições, por certo menos desfiguradas e contraditórias do que seriam através de falsos juízos”.

**3, 9, 290** (da vaidade) “Gostaria de viver em um país onde tais questões [cargos e honrarias] fossem reguladas ou desprezadas”.

**3, 9, 297** (da vaidade) “Vi outrora um senhor de boa sociedade dar ao público por um lado um punhado de versos notáveis pela beleza e o despudor e por outro propagar uma defesa violenta da Reforma. Assim são os homens; deixam que os príncipes e as leis sigam um caminho e eles próprios seguem outro, e não somente por desregramento de costumes, mas também porque não raro pensam e julgam diferentemente”.

**3, 9, 297** (da vaidade) “Sólon, por exemplo, ora se apresenta como indivíduo, ora como legislador, falando ora para si mesmo, ora para as massas. No primeiro caso atém-se às regras naturais e diz com liberdade o que pensa, ‘ao passo que o doente grave precisa ser tratado pelos mais hábeis médicos’(Juvenal).

**3, 9, 298** (da vaidade) “Em todo caso essa liberdade discutível de se apresentar com duas caras, uma nas palavras e outra nos fatos, será talvez permitida a quem fale de certos assuntos, não a quem trate de si mesmo como o faço”.

**3, 9, 298** (da vaidade) “A virtude que as coisas deste mundo exigem é uma virtude flexível, capaz de se adaptar à fraqueza humana; não é pura nem simples; não é reta, constante, imaculada”.

**3, 10, 312** (do domínio da própria vontade) “A maior parte das funções públicas tem algo de cômico, ‘todos representam’, dizia Petrônio. Cumpre desempenhar devidamente seu papel, mas sem transformar a máscara e a aparência em realidade nem deixar que o estranho se encarne em nós. Não sabemos distinguir a pele da camisa. Basta enfarinhar o rosto, não é preciso mascarar igualmente o peito. Há quem mude e se transforme em outro ser segundo o cargo que assume; neste mergulham até o fígado e os intestinos e mesmo na vida privada agem como se estivessem no exercício de suas funções. Gostaria de ensinar-lhes a diferenciar as saudações que se dirigem a suas pessoas das que visam o mandado, o séquito ou a mula que montam”.

**3, 10, 310** (do domínio da própria vontade) “Montaigne prefeito e Montaigne simples particular sempre foram homens distintos”.

**3, 10, 319** (do domínio da própria vontade) “Em sua maioria os acordos com que hoje pomos fim a nossas dissensões são vergonhosos e hipócritas; procuramos apenas salvar as aparências e por isso traímos e negamos nossas verdadeiras intenções. Sabemos em que circunstâncias falamos, o sentido que deve ser dado às nossas palavras; sabem-no também os assistentes, como sabem igualmente os amigos perante os quais quisemos engrandecer-nos. De forma que é a expensas da nossa fraqueza, de nossa honra e de nossa coragem que negamos nosso pensamento; e buscamos as escapatórias da falsidade para alcançar o acordo”.

## **Lei**

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

### **Livro 1: 57 Ensaio;**

**1, 3, 40** príncipe submetido a leis, devemos-lhe disciplina e obediência sincera; justiça privada e prejuízo público.

**1, 23, 115-129** (dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor) lei decorre do hábito

**1, 23, 122** (dos costumes...) “As leis da natureza nascem dos costumes”, pois todos aclamam os que existem em sua sociedade

**1, 23, 123** (dos costumes...) o pudor se impõe pelo costume, não pela natureza.

**1, 23, 125** (dos costumes...) “Observar as leis do país em que nos encontramos e a primeira das regras, e uma lei que prima sobre as demais: ‘e belo obedecer às leis de seu país’.”

**1, 23, 125** (dos costumes...) “Encaremos a questão por outro ponto de vista. É duvidoso que a vantagem que pode haver em modificar uma lei por todos acatada, seja incontestavelmente maior do que o mal resultante da mudança; tanto mais quanto os usos e costumes de um povo são como um edifício constituído de peças diversas de tal maneira juntadas que é impossível abalar uma sem que o abalo se comunique ao conjunto.”

**1, 23, 126** (dos costumes...) “As nossas próprias leis, feitas para remediar o mal inicial, fornecem meios e desculpas a todos os maus empreendimentos.”

**1, 23, 128** (dos costumes...) “No que diz respeito à grande querela que nos divide atualmente, em que há cem artigos a suprimir ou a introduzir e todos de primeira importância, só Deus sabe quantas pessoas podem vangloriar-se de terem estudado as razões essenciais, a favor ou contra, de cada partido.”

**1, 39, 223** (da solidão) Por que, desobedecendo às suas leis, nos colocaríamos no que respeita à nossa comodidade, sob a dependência de outrem?

### **Lei (Cont. 1)**

### **Livro 2: 37 Ensaio;**

**2, 8, 341** (da afeição dos pais pelos filhos) “Em geral a melhor partilha que podemos fazer de nossos bens ao morrer consiste em obedecer aos costumes do país, e as leis os levaram em conta melhor do que faríamos, e é preferível que elas se enganem na escolha a incorreremos nós mesmos no erro agindo inconsideradamente”.

**2, 17, 42** (da presunção) “As nossas leis, como as nossas roupas, não têm forma definitiva. É fácil acusar um governo de imperfeição, coisas comuns a tudo o que é mortal; é fácil impelir o povo ao desprezo pelo que apreciava antes; quem quer que o tenha tentado alcançou-o. Mas substituir por algo melhor o que se destruiu, muitos o experimentaram sem resultado. Em minha conduta, dou pouca importância à minha própria opinião; sigo aquilo que assegura a ordem pública. Feliz o povo que faz o que lhe ordenam melhor do que quem ordena, e entrega serenamente à Providência. Quem discute e critica nunca obedece sem segunda intenção, e totalmente.”

**2, 27, 74** (a covardia é a mãe da crueldade) “Tudo o que ultrapassa a morte pura e simples se me afigura cruel. Nossa justiça não pode esperar que se amedronte ante a morte pelo fogo ou tortura, e deixe de cometer crimes, quem os comete apesar da ameaça da força e da decapitação. Ademais, suspeito que estejamos instigando ao desespero aqueles a quem infligimos tais suplícios, pois em que estado da alma pode achar-se um homem que permanece vinte e quatro horas sobre uma roda, membros partidos, ou pregado a uma cruz como outrora?”

**2, 37, 122** (da semelhança dos filhos com os pais) “Assim como enfeitamos como o nome de justiça um amontoado de leis, não raro aplicadas de maneira inepta e iníqua (e quem as critica não pensa em condenar a nobre virtude mas tão-somente o abuso de colarem um respeitável rótulo em tão lamentável sistema)”... ele está fazendo uma analogia com a medicina.

## **Lei (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaaios**

**3, 1, 145-146** (do útil e do honesto) “Pouparam-me as leis graves dificuldades: indicaram-me o partido que me cumpria tomar, apontaram-me o meu chefe;” [...] Nossa vontade e nossos desejos só a eles mesmos obedecem, mas

nossos atos devem atentar para as leis que regulam e resguardam a ordem pública”.

**3, 9, 272** (da vaidade) “A necessidade reúne e acomoda os homens e essa ligação fortuita transforma-se em seguida em leis; entre as quais se deparam as mais selvagens imagináveis, deram resultados mais felizes e duradouros do que as que Platão e Aristóteles teriam sido capazes de fazer”.

**3, 9, 278** (da vaidade) “Lamento não estar protegido por leis e ser obrigado a buscar outra salvaguarda. Vivo assim em boa parte graças à benevolência alheia, o que me pesa extraordinariamente”.

**3, 9, 297** (da vaidade) “Como nossa licença nos solicita quase sempre mais do que o razoável, não raro apertaram-se mais do que fora indicado às leis e os preceitos de nossa vida. ‘Nunca se pensa delinquir além do limite permitido’ (Juvenal). Seria desejável que entre a ordem e a obediência houvesse mais justa proporção; parece estúpido propor-nos um objetivo que não temos a possibilidade de atingir. Não há homem de bem, dedicado aos estudos das leis, que não se encontre de vezes na vida no caso de ser condenado à forca. E entre eles alguns seriam punidos mui injustamente”.

**3, 9, 298** (da vaidade) “Estamos longe de ser gente de bem segundo a doutrina divina. Nem o poderíamos ser com as regras que nós mesmos criamos. A sabedoria humana não cumpriu jamais os deveres que ela própria se propôs; se o houvesse conseguido, estabeleceria desde logo outros mais rigorosos ainda, pois nossa natureza é hostil a tudo o que é realizável. O homem obriga-se a si mesmo continuamente a errar e passa a vida a criar deveres feitos para outros seres que não ele. Por que determinar o que não se espera que alguém cumpra? Teremos culpa de não fazer o impossível? As leis que nos condenam ao que não podemos, condenam-nos pelo que não podemos”.

**3, 9, 300** (da vaidade) “Enquanto souber da existência de algum representante das leis que a monarquia nos deu, não o abandonarei; mas se porventura uma cisão se verificasse sob a ação dos partidos contrários que as entravam, e a escolha entre os dois fosse difícil e duvidosa, creio que me decidiria por fugir à tempestade, no que, possivelmente, fora ajudado pela natureza ou os azares da guerra”.

**3, 13, 355** (da experiência) Não concorda que a quantidade de leis diminua o poder do juiz. Os legisladores inventaram cem mil leis e não deram fim a infinita

quantidade de exemplos na experiência humana. “Pouca relação existe entre nossos atos, sempre em perpétua transformação, e as leis que são fixas e estáticas. O mais desejável a esse respeito é que estas sejam as mais simples possíveis e concebidas em termos gerais;”

**3, 13, 359** (da experiência) “Considerai as formas de justiça que nos rege: são um autêntico testemunho da imbecilidade humana, tal o número de contradições e erros que computam”. “[...] Quantos inocentes sabemos terem sido punidos, sem culpa sequer dos juízes?”

**3, 13, 359** (da experiência) “Quantas condenações criminosas do que o crime não teve a oportunidade de ver!” Conclui que a justiça só se monta com prejuízo do particular ao geral.

**3, 13, 361** (da experiência) “A autoridade das leis não está no fato de serem justas e sim no de serem leis. Nisso reside o mistério de seu poder; não têm outra base, essa lhes basta. Foram não raro feitas por tolos; mais vezes ainda por indivíduos que, no seu ódio à igualdade, incorriam em falta de equidade; mas sempre por homens e portanto por autores irresolutos e frívolos. Nada há tão grave, ampla e comumente defeituoso quanto as leis; quem as obedece porque são justas, labora em erro, pois é a única coisa que em verdade não são”.

### **Moderação (tolerância)**

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

**Livro 1:** 57 Ensaaios;

**1, 20, 93** (de como filosofar...) “um dos principais benefícios da virtude está no desprezo que nos inspira pela morte, o que nos permite viver em doce quietude e faz com que se desenrole agradavelmente e sem preocupações nossa existência.”

**1, 13, 66** (cerimonial das entrevistas reais) país, cidade e profissão, cada um tem os seus usos em questões de civilidade.

**1, 14, 67** (o bem e o mal...) “Se aquilo a que chamamos mal não é nem mal nem tormento, e se somente nossa fantasia lhe atribui tal qualidade, podemos modificá-lo.” “Pois o *destino* apenas suscita o incidente; a nós é que cabe determinar a qualidade de seus efeitos.” “Se as coisas que tememos tivessem um caráter próprio, a todos se imporiam de igual maneira, produzindo idênticas conseqüências.” “diversidade de opiniões”

**1, 23, 115-129** (dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor)

**1, 23, 118** “Não são os bárbaros motivo de maior estranheza pra nós do que nós para eles” há diversos exemplos.

**1, 23, 121** o que a filosofia não ensina aos ignorantes o hábito faz; ele é rei e imperador do mundo

**1, 23, 122** (dos costumes...) “...ingerimos o primeiro leite com hábitos e costumes”

**1, 23, 122** (dos costumes...) “Os povos, afeitos à liberdade e a se governarem por si mesmo, encaram qualquer outra forma de governo como monstruosa e contrárias à natureza”.

**1, 23, 128** (dos costumes...) inovação imposta pela violência.

**1, 26, 153** (da educação das crianças) “Por isso o comércio dos homens é de evidente utilidade, assim como a visita a países estrangeiros; não para nos informar, como fazem nossos fidalgos franceses, acerca das dimensões da Santa Rotonda, ou da riqueza das calças da Signora Lívia, dizer-nos se a cabeça de Nero em uma velha ruína qualquer é mais comprida ou mais larga



do que em certas medalhas, mas para observar os costumes e o espírito dessas nações e para limpar e polir nosso cérebro ao contato dos outros.

**1, 30, 188** (da moderação) “A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicamos com demasiada avidez e violência.”

**1, 30, 188** (da moderação) “Aprecio os caracteres moderados e prudentes: ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta, se não me incomoda, e a que não sei como chamar.”

**1, 31, 193** (dos canibais) “Isso [chamar alguém de bárbaro] a que ponto devemos desconfiar da opinião pública. Nossa razão, e não o que dizem, deve influir em nosso julgamento.

**1, 31, 194-195** (dos canibais) “O homem que tinha a meu serviço, e que voltava do Novo Mundo, era simples e grosseiro de espírito, o que dá mais valor a seu testemunho.” As pessoas finas deformam o relato e a verdade do que viram.

**1, 31, 195** “...não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito.”

**1, 37, 213** (Catão, o jovem) “Não cometo esse erro tão comum de julgar os outro por mim. Acredito de bom grado que o que está nos outros possa divergir essencialmente daquilo que está em mim. Não obrigo ninguém a agir como ajo e concebo mil e uma maneiras diferentes de viver; e, contrariamente ao que ocorre em geral, espantam-me bem menos as diferenças entre nós do que as semelhanças. Não imponho a outro nem meu modo de vida nem meus princípios; encaro-o tal qual é, sem estabelecer comparações.”

### **Moderação (Cont. 1)**

**Livro 2:** 37 Ensaio;

**2, 5, 318** (da consciência) “A tortura é uma invenção perigosa que parece antes pôr à prova a resistência a dor do que a sinceridade”. [...] “Daí ocorre que aquele a quem o juiz inflige a tortura para não se expor a condenar um

inocente, na realidade morre inocente e torturado”. [...] “... considero a tortura um processo inumano e bem pouco útil”.

**2, 11, 365** (da crueldade) “Entre os vícios, um há que detesto particularmente: a crueldade. Por instinto e por reflexão, considero-o o pior de todos;”

**2, 11, 366** (da crueldade) “Os selvagens, que assam e comem o corpo dos mortos, provocam em mim uma impressão menos penosa do que os que os atormentam e torturam quando ainda em vida; não posso sequer assistir calmamente às execuções capitais impostas pela justiça, por mais razoáveis que sejam”.

**2, 11, 367** (da crueldade) por causa da guerra civil abundam exemplos de crueldade.

## **Moderação (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaio**

**3, 1, 143** (do útil e do honesto) Se dedica ao rei como cidadão, quanto à causa ele adere com moderação, racionalmente, evitando as paixões da maioria e por isso pode andar de cabeça erguida em qualquer canto.

**3, 1, 145** (do útil e do honesto) “Nada impede que inimigos leais se conduzam de maneira sensata. Tratem todos com igual moderação, senão com idêntica afeição – pois esta pode realmente variar – e não nos dediquemos a ninguém a ponto de lhe dar o direito de tudo exigir de nós”. Cuidemos da paixão, que ela não prevaleça.

**3, 6, 236** (dos coches) “Não o conquistamos pela justiça e a bondade; nem o vencemos pela nossa magnanimidade. Na maioria das negociações que conosco estabeleceram, provaram os indígenas do Novo Mundo que não nos eram inferiores em clarividência e perspicácia. Nem tampouco quanto à capacidade, como o comprova a grandiosidade de Cuzco e México onde, entre outras coisas surpreendentes, se encontrou uma reprodução exata, de tamanho natural e em ouro, de todas as árvores e frutos de um pomar”.

**3, 6, 239** (dos coches) “...os espanhóis mandaram queimar vivos em uma só fogueira quatrocentos e sessenta prisioneiros de guerra, dos quais sessenta eram fidalgos dentre os principais da região. Todos esses pormenores por eles próprios nos foram comunicados, pois não somente confessam tais

barbaridades como delas se vangloriam. Como testemunho de sua justiça ou para prova de seu espírito religioso? Como quer que seja, nossa santa causa os reprovava, exigente que é de meios bem diversos. Se esses bárbaros tinham a intenção de propagar a nossa fé, deviam pensar que não é de territórios que ela precisa apossar-se e sim de almas”.

**3, 6, 241** (dos coches) “A pompa e a magnificência que reinavam nesses países e que me induziram a ventilar o assunto, eram de tal ordem que nem em Roma, nem na Grécia, nem no Egito se viram iguais”.

**3, 8, 246** (da arte de conversar) “O mais proveitoso e natural exercício de nosso espírito é, a meu ver, a conversação. É-me a sua prática mais agradável do que qualquer outra. Eis por que, se me coubesse escolher, antes consentiria, penso, em perder a vista do que o ouvido ou a fala”.

**3, 9, 271** (da vaidade) “Vejo em nossos dias não fatos isolados, mas costumes aceitos, tão ferozes, desumanos e desleais – o que na minha opinião é o pior – que não os posso conceber sem horror”.

**3, 9, 284** (da vaidade) “Não porque o disse Sócrates, mas porque em verdade o penso, todos os homens são meus compatriotas; e sou mesmo levado a exagerar este sentimento. Abraço um polonês como abraçaria um francês, fazendo passar os laços que unem os indivíduos de uma nação após os que vinculam uns aos outros os habitantes do mundo. A doçura do clima natal não me enreda; as relações novas parecem-me valer as de minha vizinhança; e os bons amigos que adquirimos espontaneamente são em geral melhores do que os que devemos ao parentesco ou ao clima. Pôs-nos a natureza neste mundo, livres de quaisquer compromissos e nós nos prendemos dentro de estreitos limites [...]”.

**3, 9, 284** (da vaidade) “... viajar afigura-se-me um exercício proveitoso, pois o espírito vive então continuamente solicitado a observar coisas novas e desconhecidas; e, como digo amiúde, não sei de melhor escola do que essa que lhe mostra a grande diversidade de existência, idéias e usos entre os homens, bem como a contínua variedade de formas da natureza”.

**3, 9, 294** (da vaidade) “Adapto-me a tudo, e meus gostos são os de um homem igual aos outros. A diversidade de costumes entre um país e outro só me impressiona pelo prazer da variedade. Cada uso tem a sua razão de ser. [...]”

Vou ainda mais longe: não creio ter observado, em minhas peregrinações, costumes que não valham os nossos”.

**3, 13, 360** (da experiência) “... o mundo é maior e mais variado do que os antigos – e nós mesmos – imaginamos”.

**3, 13, 361** (da experiência) “Sou tão ávido de liberdade que, se me proibissem o acesso a algum recanto das Índias, passaria a viver por assim dizer incomodamente; e enquanto houver um lugar em que a terra e o mar sejam livres, não residirei onde precise esconder-me”.

**3, 13, 368** (da experiência) “Quantos povos, a dois passos daqui, não consideram ridículo o nosso medo do sereno?”. “[...] Na realidade, todo povo tem costumes e usos que não somente são desconhecidos dos outros como ainda lhes parecem estranhos e bárbaros”.

### **Ficção (idéias e realismo)**

Trata dos fragmentos abordados direta e indiretamente nesse item.

**Livro 1:** 57 Ensaios;

**1, 14, 69** (o bem e o mal...) qualquer idéa pode se abater sobre nós que a sustentemos até a morte.

**1, 20, 105** (a força da imaginação) “Sou desses sobre os quais a imaginação tem grande domínio”. “Não acho estranho que a imaginação dê febre e mesmo provoque a morte nos que não a controlam”.

**1, 21, 113-114** (a força da imaginação) estimularam que escrevesse sobre o presente, já que conhecia de perto líderes de ambos os partidos, ao que se negou por achar que não conseguiria um método e assiduidade que a tarefa exigiria. “Não sei estabelecer um plano de composição, nem o desenvolver” “pus-me a escrever o que sei dizer, adaptando o meu assunto às minhas forças”.

**1, 23, 118** (dos costumes e da...) Não se depara com nenhuma fantasia humana, embora desprovida de sentido, sem que não se encontre exemplos em algum costume”...

**1, 23, 126** (dos costumes...) A novidade o “aborrece profundamente e creio ter razão, pois vi os seus efeitos altamente desastrosos.” Ela foi a causa primeira de muitas desgraças. “A Reforma abalou e desmantelou as velhas instituições de nossa monarquia. Com ela, esse grande edifício perdeu o equilíbrio e vem rachando na velhice e dando acesso, através das fendas, a todas as calamidades.” “Se o mal é principalmente aos seus inventores (os huguenotes) do movimento, mais criminosos ainda são seus imitadores (a Liga) que se entregam aos mesmos excessos cujo horror presenciaram e de cuja repressão participaram.” Se o mal se gradua, os huguenotes são piores pela primazia da invenção. “Os fautores de perturbações desejosos de introduzir a desordem no Estado podem facilmente escolher seus modelos nuns como noutros; oferecem-lhos, ambos, de toda espécie.”

**1, 27, 177** (da loucura de opinar acerca do verdadeiro e do falso unicamente de acordo com a razão) o que causa confusão é o abandono parcial que os católicos fazem de sua fé; “Imaginam que são moderados e sensatos cedendo

aos adversários no que diz respeito a certos pontos em litígio”; acha que cedem espaço para avanços dos huguenotes.

**1, 30, 199** (dos canibais) “...e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado.”

**1, 32, 203** (de como é preciso prudência...) “No desconhecido situa-se o verdadeiro campo de ação da impostura; já porque a própria extravagância a favorece e lhe dá crédito, já porque, escapando à razão comum, não temos meios para a combater.” Fábula, alquimia, quiromancia, alguns teólogos.

**1, 32, 203** (de como é preciso prudência...) “O que eu reprovo é que se apele para os nossos sucessos felizes como meio de exaltar e consolidar nossa religião. Nossa fé se assenta em outros alicerces, e não lhe é necessária a ajuda dos acontecimentos.” Se há uma reviravolta, a fé pode ser abalada.

**1, 32, 203** (de como é preciso prudência...) “Deus quer mostrar assim que os bons têm outra coisa a esperar e os maus outra a temer, que não as graças e desgraças deste mundo.”

**1, 37, 213** (Catão, o jovem) “Nosso século, pelo menos no meio em que vivemos, é tão viciado que não somente não pratica a virtude como ainda não a concebe sequer. Dir-se-ia que já não passa ela de jargão acadêmico”.

**1, 37, 214** (Catão, o jovem) “Não se verificam mais atos de virtude. Os que assumem esse aspecto não lhe têm a essência. São o lucro, a glória, o hábito e o medo que nos levam a praticá-los”. “Dêem-me a ação mais bela, mais pura, e conseguirei sem dificuldade atribuir-lhe as piores intenções por móvel”. “Não hesitaria em ampliara ainda, quanto pudesse, a sua glória [dos homens da antiguidade] por meio de interpretações e de circunstâncias favoráveis a meu ponto de vista, que conseguiria inventar. E creio que o resultado da imaginação se situaria bem abaixo de seus méritos. É dever do homem de bem representar a virtude sob as mais belas formas e não teria nada a criticar se a paixão nos induzisse a exagerar os elogios a essas manifestações dignas de nosso respeito.

**1, 41, 233** (o homem não cede a outrem a glória que conquistou) “De todas as quimeras do mundo, a mais admitida e universalmente espalhada é a do

cuidado com nossa reputação e nossa glória, que apreciamos a ponto de, em troca de tão vã imagem, de uma simples voz sem corpo, renunciarmos às riquezas, ao repouso, à saúde, à vida, bens efetivos e substanciais”.

**1, 42, 235** (da desigualdade entre os homens) “No que concerne à apreciação das coisas, é espantoso que tudo julgando pelas suas qualidades específicas não nos encaremos da mesma maneira.”

**1, 42, 239** (da desigualdade entre os homens) “Platão está certo quando em seu ‘Górgias’ define como tirano aquele que na cidade tem licença de fazer o que bem entende e acrescenta que o espetáculo e a publicidade dos abusos chocam mais, por vezes, do que os próprios abusos.”

**1, 42, 240** (da desigualdade entre os homens) “Tampouco compreendo que se acomode melhor um rei com os serviços de alguém que possui dez mil libras de rendimento, que tomou Casal ou defendeu Siena, do que com os de um bom e experiente criado de quarto. As vantagens do príncipe são em sua maioria puramente imaginárias e cada camada social tem seus príncipes.”

**1, 42, 240** (da desigualdade entre os homens) “Em verdade, nossas leis dão-nos grande liberdade. O peso da autoridade real não se faz sentir mais do que duas vezes na vida de um fidalgo francês. A sujeição completa e efetiva só se impõe àqueles que a consideram vantajosa porque a trocam por proventos e honrarias. Quem permanece sossegado em suas terras e sabe dirigir seus negócios sem querelas nem processos é tão livre quanto o doge de Veneza [...]”

**1, 42, 241** (da desigualdade entre os homens) “Todas as verdadeiras vantagens de que gozam os príncipes são comuns aos homens de fortuna média (somente os deuses cavalgam animais alados e se alimentam de ambrosia); não diferem de nós quanto ao sono e ao apetite;”

**1, 42, 239** (da desigualdade entre os homens) “Mas lamento encontrar em meus compatriotas essa incoseqüência que faz que se deixem tão cegamente influenciar e iludir pela moda do momento, que são capazes de mudar de opinião tantas vezes quantas ela própria muda, isto é, de mês em mês, e forjando cada vez novas razões para justificar a seus próprios olhos seus juízos mais díspares.”

**1, 41, 269** (vãs são as palavras) “[a retórica] trata-se de um instrumento muito adequado a excitar ou acalmar o populacho alvoroçado e que, como a medicina, só se aplica aos Estados enfermos”.

**1, 41, 271** (vãs são as palavras) “Quando ouvís falar de metonímia, metáfora, alegoria e outras expressões da gramática não vos parece que sejam locuções de uma língua rara e peregrina? [...] É erro semelhante aplicar aos cargos de nosso Estado político os pomposos títulos que usavam os romanos, pois não há nenhuma relação nem quanto às funções nem no que concerne à autoridade e ao poder”.

**1, 45, 277** (das orações) “À semelhança do que fazem nas escolas os que põem em discussão questões controvertidas, enuncio idéias fantasistas e mal definidas: não a fim de provar a verdade pois não tenho tal pretensão mas para a procurar.” E ele só as submete a Igreja, na qual e nasceu e morrerá.

### **Ficção (Cont. 1)**

**Livro 2:** 37 Ensaaios;

**2, 3, 304** (a propósito de um costume da ilha de ceos) “Dizem que filosofar é duvidar. Com maior razão ainda fantasiar e divagar. Cabe porém aos aprendizes inquirir e indagar; e só aos mestres resolver. O meu mestre é a autoridade da vontade divina, a qual sem contestação possível nos rege, pairando acima das vãs indagações humanas”.

**2, 5, 316** (da consciência) com a guerra as cartas tanto se misturaram que não é possível saber nitidamente quem é o inimigo, pois seu irmão estava no partido contrário.

**2, 16, 21** (da glória) “Se, entretanto, a idéia falsa contribui para manter os homens no caminho do dever, e os predispõe a virtude; [...] deixemo-la desenvolver-se”.

**2, 16, 21** (da glória) “Se os homens são incapazes de apreciar a moeda verdadeira, usa-se a falsa. Todos os legisladores assim o fizeram; não há legislação em que não se depare com alguma mistura de cerimônias fúteis ou de lendas fantasistas que servem para manter o povo no caminho do dever. É por isso que em sua maioria têm elas origem na fábula e se enriquecem de mistérios sobrenaturais, o que deu crédito a essas religiões nascidas do erro e fez que pessoas sensatas as aceitasse.”

**2, 18, 49** (do desmentido) “Quantas vezes, aborrecido, aborrecido por não ter podido criticar abertamente tal ou qual ação, por civilidade ou prudência, eu o



fiz nestes ensaios com a esperança de contribuir assim para a edificação de alguém! Aliás esses golpes poéticos, ‘pan no olho, pan no focinho, pan nas costas do sagüi’ (Marot), produzem mais efeito ainda no papel do que na própria carne”.

**2, 27, 69** (a covardia é a mãe da crueldade) “Ninguém ignora que há mais bravura em vencer o inimigo do que em o exterminar; mais em forçar a ceder do que em o matar. Ademais, nossa vingança é assim bem mais completa, pois seu objetivo é sobretudo provocar o ressentimento do inimigo;”

## **Ficção (Cont. 2)**

### **Livro 3: 13 Ensaios**

**3, 1, 142** (do útil e do honesto) “Quem extirpasse o germe dos maus sentimentos do coração do homem destruiria nele as condições essenciais à vida. Da mesma forma, em todas as administrações existem cargos necessários que são abjetos, detestáveis. Os vícios aí têm sua função, e servem para soldar os diversos elementos da sociedade, como o veneno seu utiliza na conservação de nossa saúde”. Se assim o exige o interesse público, que o pratiquem. ...”o interesse público exige que se traia e mate”.

**3, 1, 142-143** (do útil e do honesto) ele se diz num enclave diante de suas práticas como diplomata, onde a carreira diga que se dissimule e ele não concorda, quer mostrar-se. “Meu falar franco poupou-me a suspeita de dissimulação”.

**3, 1, 142-143** (do útil e do honesto) Acha que no momento de divisão da política, o melhor é assumir uma posição.

**3, 1, 142-143** (do útil e do honesto) “Mas não devemos denominar ‘dever’, como fazemos diariamente, esse encarniçamento e essa rudez que engendram as paixões e os interesses, nem devemos considerar corajosa uma conduta prenhe de traições e crueldades”.

**3, 1, 146-147** (do útil e do honesto) “Mas seria desconhecer a realidade não dar à malandragem o mérito que lhe cabe; sei que não raro presta serviços e é necessária em mais de uma ocasião. Há defeitos lícitos como há boas ações ilícitas”.

**3, 1, 147** (do útil e do honesto) “Quanto a mim, emprego a linguagem comum, distinguindo as coisas úteis das honestas, e qualificando como desonestos e indecentes certos atos naturais, não apenas úteis mas necessários”.

**3, 1, 149** (do útil e do honesto) “Em algumas choupanas tomadas de assalto em nossas guerras civis, tive a oportunidade de ver indivíduos que, para salvar a pele, concordavam em enforcar os companheiros; seu destino pareceu-me bem mais lamentável”.

**3, 1, 150** (do útil e do honesto) “O príncipe que por uma circunstância qualquer ou acidente inopinado se vê forçado a faltar à sua palavra ou a desprezar o seu dever, deve encarar tal necessidade como uma prova imposta por Deus. Não se trata então de um defeito; sua razão vê-se constrangida a ceder diante de outra mais poderosa; mas trata-se de uma desgraça”. [...] “Mas tal exemplo é por certo perigoso porque faz exceção às regras naturais. É normal, pois, que ceda quando preciso, mas que se modere então. Nenhum interesse particular mas tão somente o interesse público deve levar-nos a violentar assim nossa consciência; assim mesmo quando perfeitamente definido”.

**3, 1, 150** (do útil e do honesto) “As guerras civis produzem com freqüência exemplos como esses. Castigamos os cidadãos por terem acreditado em nós quando éramos diferentes do que agora somos; o magistrado obrigado a mudar de orientação aplica a pena a quem nada tem com isso; o professor açoita o aluno por ter sido dócil demais, e o guia maltrata o cego. Linda imagem da justiça!

**3, 1, 152** (do útil e do honesto) “Aprendamos, pois, com tão nobre modelo, a pensar que, mesmo contra o inimigo, nem tudo é permitido e que o interesse geral não deve tudo reivindicar em detrimento do interesse particular: ‘O direito privado não deve ser olvidado em meio às dissensões públicas’(Tito Lívio). ‘Não há força que nos possa levar a infringir os direitos da amizade’ (Ovídio). Há coisas que um homem de bem não faz nem em defesa do rei, nem em defesa da ordem e da lei, ‘pois a pátria não destrói todos os deveres, e a ela própria convém ter cidadãos que honrem seus pais’ (Cícero). Parece-me oportuno apregoá-lo em nosso tempo”.

**3, 1, 152** (do útil e do honesto) “não é necessário que encouracemos nossas almas como fazemos com nosso corpo; e que nossas pensas molhem na tinta

e não no sangue”. Ele fala que não devemos desprezar família e amigos nessas ocasiões, por eles descumpre-se a lei e o príncipe.

**3, 2, 155** (do arrependimento) Montaigne fala em tom de desabafo, da coisa que ele pode dizer tranquilamente apesar dos tormentos. “nem tampouco de haver atentado publicamente contra as leis, ou contribuído para fazer que prevalecessem novidades, ou participado das perturbações da ordem, ou faltado à palavra dada. E, embora a licença da época o haja permitido e ensinado, não pus a mão nem nos bens nem na bolsa de nenhum francês.”

**3, 2, 156** (do arrependimento) “Nós, que não vivemos uma existência pública, temos necessidade de um juiz interior que julgue nossos atos e nos anime ou castigue.”

**3, 2, 158** (do útil e do honesto) “As almas viciosas são por vezes instadas à prática do bem; da mesma forma, as virtuosas são ocasionalmente solicitadas pelo mal. Não as devemos julgar, portanto, senão em seu estado normal, ou pelo menos quando mais perto se encontrem desse estado”.

**3, 2, 158** (do útil e do honesto) “Imaginamos mais facilmente um operário na privada ou com sua mulher, do que um venerável magistrado. Parece-nos que uma pessoa tão altamente situada não desce de seu trono para viver”.

**3, 2, 159** (do arrependimento) “Os que tentam corrigir os costumes de nossa época, com idéias em voga, só corrigem a aparência viciada das coisas, mas não o fundo delas, o qual talvez se agrave ainda. E acho a agravação possível, porque é fácil aceitar alguém as reformas exteriores e arbitrárias, menos custosas e de vantagens mais tangíveis que as interiores, satisfazendo assim os vícios essenciais sem maiores riscos”.

**3, 2, 160** (do arrependimento) “A devoção é a qualidade que mais facilmente se simula, quando se acordam a ela os costumes e a vida; pois se sua essência é abstrusa e oculta, sua aparência é pomposa e enganadora”.

**3, 5, 184** (a propósito de Virgílio) “Minha filosofia atem-se aos atos e ao presente; não se subordina à fantasia”.

**3, 5, 191** (a propósito de Virgílio) “Pediram a um de nossos reis que escolhesse entre dois candidatos a certo cargo, um dos quais era fidalgo. Ordenou ele que se nomeasse o mais capaz, sem se levar em conta a nobreza. Assim mostrava com precisão o lugar que esta deve ocupar”.

**3, 6, 232** (dos coches) “Os povos gostam que seus reis façam o que queremos que façam nossos criados: tudo nos dêem com abundância e em nada toquem. [...] A liberalidade não se justifica nos reis. Os particulares têm mais direito a ela, pois, a rigor, um rei nada possui de verdadeiramente seu e deve-se por inteiro aos outros. A administração não foi criada par o bem do administrador e sim para o do administrado. Não se cria um superior em vista de sua própria vantagem, mas em benefício do inferior;” “Não é pois a liberalidade uma grande virtude para um rei; é, aliás, a única, como dizia o tirano Dionísio, que se alia muito bem a tirania. A esses, príncipes, eu ensinaria de preferência este provérbio de um lavrador da antiguidade: ‘Semei-se com a mão e não com o saco de semente aberto’(Plutarco). Cabe distribuir a semente com cuidado e não espalhá-la ao acaso. Cumpre-lhes pagar os serviços de tanta gente, que é preciso que o façam com lealdade e prudência. E preferiria um príncipe avarento a sabê-lo de uma liberalidade insensata e indiscreta”.

**3, 6, 233** (dos coches) “A virtude predominante em um rei deve ser antes a justiça, e de todas as partes desta a que melhor lhe assenta é saber distribuir suas dádivas. As demais justiças exercem-nas os reis através de intermediários. Uma largueza imoderada é um meio ineficiente de angariar simpatias, porquanto aliena maior número de pessoas do que as que atrai”.

**3, 7, 243** (dois inconvenientes das grandezas) “O ofício mais difícil deste mundo é sem dúvida o de rei. Desculpo-lhes os erros de bom grado, pois considero extremamente pesado o fardo que lhes cumpre carregar. É difícil conservar a medida no exercício de tão grande poder, embora constitua excepcional incentivo à virtude o fato de saber que todas as ações, boas ou más, ficam registradas na história e atingem tanta gente. Por outro lado, tudo o que façam visa o povo, juiz que se ilude sem maiores percalços e se contenta com pouco”.

**3, 9, 271** (da vaidade) O desacordo de costumes na França o impele a viajar. “Facilmente me consolaria dessa corrupção tendo em conta o interesse geral: ‘Suportaria estes tempos piores do que a idade do ferro, em que faltam nomes para os crimes e que a natureza não pode designar por nenhum novo metal’(Juvenal); mas no que me diz respeito sofro demasiado, pois, em conseqüência dos desregramentos inerentes a nossas guerras civis, toda a vida decorre em um ambiente perturbado: ‘em que o justo e o injusto se

confundem'(Virgílio). 'Lavram a terra armados, diariamente cometem atos de banditismo e vivem de saques'(Virgílio). Pelo nosso exemplo verifico que a sociedade humana se perpetua de qualquer forma, aconteça o que acontecer".

**3, 9, 281** (da vaidade) "Se o destino me tivesse feito nascer em condições de ocupar altos cargos, desejaria tornar-me estimado mais do que temido e admirado. Teria antes me esforçado por agradar do que por tirar proveito".

**3, 9, 283** (da vaidade) "As mais diferentes vestimentas encobrem consciências idênticas; a crueldade, a deslealdade, o roubo são piores ainda quando protegidos pelas leis; detesto menos a injustiça declarada nas desordens da guerra do que a que se verifica na paz e reveste formas legais".

**3, 9, 298** (da vaidade) "Tentei outrora aplicar à gestão dos negócios públicos as regras e os princípios a que obedeco na vida particular, regras e princípios rudes, pouco requintados, mas impolutos, que nasceram comigo ou adquiri com minha educação e que sigo com segurança, senão com prazer. E verifiquei que essa virtude inexperiente e escolástica é insuficiente e perigosa nas coisas públicas".

**3, 9, 299** (da vaidade) "Julgar que alguém está apto a gerir os negócios públicos pelas qualidades reveladas em sua vida particular, é julgar erroneamente".

**3, 9, 299** (da vaidade) "Quem, em tempos tão ruins, se jacta de pôr a serviço público uma virtude cândida e sincera, ou não a conhece (pois, com as opiniões, corrompem-se os costumes) ou, se a conhece, vangloria-se totalmente e faz, o que quer que diga, mil coisas de que sua consciência o acusa".

**3, 9, 300** (da vaidade) "Mesmo o partido mais certo não é senão parte de um organismo corroído; mas o membro menos doente desse organismo não deixa de passar por são, porque somente por comparação é podemos julgar. A inocência na vida pública mede-se segundo os lugares e as estações".

**3, 10, 307** (do domínio da própria vontade) "Se por vezes me convenceram de me encarregar de negócios alheios, nunca prometi apaixonar-me. Prometi encarregar-me deles, não incorporá-los a mim".

**3, 10, 307** (do domínio da própria vontade) "Os homens alugam-se; suas faculdades não lhes são úteis senão a quem eles se escravizam. São os locatários que vivem neles e não eles próprios. Essa disposição de espírito

habitual não me seduz. Cumpre zelar pela liberdade de nossa alma e não a comprometer senão em circunstâncias excepcionais, as quais são poucas”.

**3, 10, 308** (do domínio da própria vontade) “Meu pai ouvira dizer que é necessário sacrificar-se pelos outros; que o interesse particular não deve ser levado em conta que não está em jogo o interesse geral. Em sua maioria, as regras e os preceitos deste mundo abundam nesse sentido, tendendo a expulsar-nos de nós mesmos em benefício da sociedade. Assim nos desviam do que nos interessa diretamente, com receio de que nos apeguemos exageradamente a isso, e nada se poupou nesse sentido, pois é comum aos sábios legislar segundo a utilidade das leis e não de acordo com a realidade das coisas”.

**3, 10, 309** (do domínio da própria vontade) “Desempenhei cargos públicos sem me afastar de mim mesmo e entreguei-me a outrem sem me perder de vista”.

**3, 10, 310** (do domínio da própria vontade) “Quem só aplica nos negócios públicos a inteligência e a habilidade, age com melhores resultados, porque pode dissimular, ceder, diferir à vontade, segundo as circunstâncias”.

**3, 10, 310** (do domínio da própria vontade) “Quem menos se irrita ou se apaixona é quem melhor dirige o jogo, e com maiores probabilidades”.

**3, 10, 310** (do domínio da própria vontade) “não pensa então em como exercer o cargo, mas em quanto tempo se poderá exercê-lo; já ao assumi-lo temos que atentar para o momento de deixá-lo”.

**3, 10, 313** (do domínio da própria vontade) “Não sei dar-me por inteiro, e quando minha vontade me induz a optar por um partido não crio obrigações que contagiem meu entendimento”.

**3, 10, 313** (do domínio da própria vontade) “Os que estendem seu ódio além da causa que o motiva, como costumam fazer os homens, mostram que defendem outra coisa e por razões de ordem pessoal”.

**3, 10, 318** (do domínio da própria vontade) “Nem sempre se governa como fora desejável; não raro mesmo atuam com violência com violência e aspereza. Como quer que seja, a tática é boa e dá-nos algum alívio e alguma vantagem, salvo aos que não desejam vantagem que não acarrete com ela a estima alheia”.

**3, 10, 320** (do domínio da própria vontade) “Criticom minha inatividade em um momento em que se censuram os outros por fazerem demais”.

**3, 10, 322** (do domínio da própria vontade) “Como prefeito, cabia-me apenas conservar e continuar, o que é possível sem ruído e sem que percebam. As inovações ressaltam naturalmente, mas não são recomendáveis em épocas como a nossa em que temos sobretudo que nos defender contra as novidades. Abster-se de fazer é por vezes tão meritório como fazer; mas isso dá menor relevo e o pouco que valho está nesse caso”.

**3, 12, 326** (da fisionomia) “Monstruosa guerra! As outras são dirigidas para fora; esta volta-se contra nós mesmo; destrói-se a si própria e morre de seu próprio veneno. É de natureza tão maligna e desastrosa que se arruína com a ruína que provoca; na sua cólera, esquarteja-se a si mesma”.

**3, 13, 366** (da experiência) “Acontece não raro que, dada a natureza das coisas, dizer a verdade ao ouvido do príncipe pode ser contraproducente e mesmo injusto. Uma crítica merecida pode aplicar-se erroneamente, porque o interesse do conteúdo deve por vezes dar prioridade às exigências imediatas da conveniência”.

**3, 13, 371** (da experiência) “Reis e filósofos precisam diariamente esvaziar os intestinos; e também as mais belas damas. Aqueles cuja vida decorre sob as vistas do público precisam manter um certo decoro; a minha é obscura e gozo a vantagem de algumas liberdades naturais; demais sou soldado e gascão, um e outro algo indiscretos; posso pois dizer o que penso desse ato”.

## **Epílogo**

Todos os temas reelaborados.

Universidade Federal Fluminense

Curso de Mestrado em Ciência Política

Dalton Franco (daltonfranco@yahoo.com.br)